



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Educação

ALEXSANDRO LELIS MOREIRA

A EDUCAÇÃO NA TEORIA DA REVOLUÇÃO DE ANTONIO GRAMSCI

**CAMPINAS
2018**

ALEXSANDRO LELIS MOREIRA

A EDUCAÇÃO NA TEORIA DA REVOLUÇÃO DE ANTONIO GRAMSCI

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para a obtenção do título de mestre em Educação, na área de concentração de Filosofia e História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Renê José Trentin Silveira

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO ALEXSANDRO LELIS MOREIRA, E ORIENTADA PELO PROF. DR. RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA.

**CAMPINAS
2018**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

M813e Moreira, Alexsandro Lelis, 1974-
A educação na teoria da revolução de Antonio Gramsci / Alexsandro Lelis
Moreira. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Renê José Trentin Silveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Educação.

1. Gramsci, Antonio, 1891-1937. 2. Educação. 3. Revolução. I. Silveira,
Renê José Trentin, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade
de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Education in the theory of the revolution of Antonio Gramsci

Palavras-chave em inglês:

Gramsci, Antonio, 1891-1937

Education

Revolution

Área de concentração: Filosofia e História da Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora:

Renê José Trentin Silveira [Orientador]

Marcos Francisco Martins

Marcos Tadeu Del Roio

Data de defesa: 04-09-2018

Programa de Pós-Graduação: Educação

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Dissertação de Mestrado

A EDUCAÇÃO NA TEORIA DA REVOLUÇÃO DE ANTONIO GRAMSCI

Alexsandro Lelis Moreira

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Renê José Trentin Silveira.

Prof. Dr. Marcos Francisco Martins.

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio.

A Ata da Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

2018

AGRADECIMENTOS

Como diz Cazuza, “o tempo não para!”. A conclusão deste trabalho é uma vitória de longo prazo. Já se vão 13 anos desde que me formei em Ciências Sociais na Unesp de Marília. De lá para cá, a luta pela manutenção da existência concorreu firmemente com estudos acadêmicos. Mas o trabalho findou e algumas pessoas contribuíram muito para que este dia chegasse. E por isso agradeço, primeiro aos colegas do grupo então denominado Paideia. Aos camaradas Hélio Alexandre e Emiliano César Almeida, pelo incentivo e no caso do segundo, também pela revisão. Aos Prof. Dr. Marcos Del Roio e Prof. Dr. Marcos Francisco Martins. Del Roio, muito mais que um professor, é uma referência e um amigo dos tempos de Unesp. Martins, também uma referência acadêmica e militante que, junto com Del Roio, contribuiu muito para este trabalho, com seus apontamentos na qualificação. Ao Prof. Dr. Renê José Trentin Silveira, pela orientação, pelo incentivo e pela paciência - meu muito obrigado. Por fim, ao meu amor, Andreia Destefani, meus sinceros agradecimentos pelo incentivo, pelo companheirismo, pela dedicação e por dividir comigo as dores e as alegrias dessa vida, no mundo grande e terrível.

“[...] Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não para
Não para não [...]”(Cazuza)

RESUMO

O trabalho que ora se apresenta objetiva investigar e demonstrar a importância e o lugar que Antonio Gramsci reserva à educação na sua teoria revolucionária. O objeto de estudo é a sua obra carcerária, na edição brasileira, com atenção especial aos cadernos 10, 11, 12 e 13. Além disso, recorreu-se também a outros textos do autor, como cartas e escritos pré-carcerários, bem como a alguns intérpretes, a fim de fundamentar as considerações apresentadas. Por meio de uma breve incursão histórica e da revisão bibliográfica das categorias de Estado, cultura, revolução, bloco histórico e intelectuais, procurou-se demonstrar como Gramsci constrói sua estratégia revolucionária para o Ocidente, o papel que confere à educação nessa estratégia e o caráter original e democrático de que ela se reveste.

Palavras-chave: Antonio Gramsci. Educação. Revolução.

ABSTRACT

This text aims to investigate and demonstrate the importance and the place that Antonio Gramsci reserves to education in his revolutionary theory. The object of study is his prison work, in the Brazilian edition, with special attention to notebooks 10, 11, 12 and 13. In addition, other texts of the author were used, such as letters and pre-prison writings, as well as some interpreters' works, in order to substantiate the considerations presented. By means of a brief historical incursion and the bibliographical revision of the categories of State, culture, revolution, historical and intellectual blocks, we tried to demonstrate how Gramsci constructs his revolutionary strategy for the West, the role that he gives to education in this strategy and the original and democratic character of it.

Key words: Antonio Gramsci. Education. Revolution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA	12
II BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA	23
III GRAMSCI E O ESTADO	43
IV GRAMSCI E A CULTURA	50
V GRAMSCI E A REVOLUÇÃO	65
V.1 Paradigmas de Revolução	65
V.2 A Revolução na Itália	71
VI O BLOCO HISTÓRICO E OS INTELLECTUAIS.	79
VII A EDUCAÇÃO	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva compreender o lugar que a filosofia educacional de Gramsci ocupa em sua teoria da revolução, bem como os nexos que essa filosofia apresenta com outras categorias de seu arcabouço teórico. Sem propor-se esmiuçar seus escritos sobre a escola, o que se aponta é o seu teor democrático¹ e como eles fazem parte de uma estratégia revolucionária nova.

Tendo em vista a complexidade dos Cadernos do Cárcere, a opção foi começar por um debate acerca do método escolhido para o estudo das notas neles contidas. O importante nessa sessão – intitulada Considerações sobre a metodologia – é justificar a opção metodológica que se demonstra calcada de alguma maneira nas próprias escolhas de Gramsci, mesmo que o autor também justificasse caminhos distintos.

Embora as pesquisas atuais da teoria gramsciana optem pelos estudos filológicos, pela escavação genética diacrônica, decidi percorrer caminho distinto, focando minhas investigações via cadernos temáticos da edição brasileira, cotejando as notas gramscianas com o debate histórico e, na medida do possível, tentando reconstruir os embates da época. Além disso, busquei edificar uma sólida fundamentação, calcada em importantes intérpretes do autor – um caminho, aliás, também sugerido por Gramsci.

Na Breve introdução histórica, tratei do contexto econômico, político e histórico da Itália do início do século passado – a unificação tardia, a industrialização, as lutas de classes, a Grande Guerra – e principalmente apresentei como o autor se insere nesse contexto, evidenciando suas escolhas.

Gramsci e o Estado é a sessão dedicada a tratar do debate sobre essa categoria a partir das indicações de Marx e Engels. Retomo o Manifesto Comunista e apresento como Gramsci aprofunda e reelabora esse tema criando a noção de Estado Integral, altamente relevante para sua teoria da revolução.

O Estado, através de seus agentes, garante a construção e reconstrução cotidiana da forma civilizatória burguesa, do modo de produção burguês, que assegura a distribuição assimétrica da riqueza. É ele o responsável pela reprodução da *civiltà* capitalista, isto é, por reproduzir as condições adequadas ao modo de vida burguês.

A quarta seção, intitulada Gramsci e a Cultura, insere o debate sobre essa categoria. Como Gramsci entende cultura e como isso se liga à questão da revolução, da educação e da política é o que ali se procura elucidar.

¹ Democracia em um sentido mais amplo do que a democracia em sentido liberal, conforme será demonstrado.

Gramsci e a revolução é o nome da quinta seção, dividida em duas partes. A primeira, intitulada Paradigmas revolucionários, discute os dois paradigmas de revoluções clássicas utilizados pelo autor – a Revolução Francesa e a Revolução Russa –, como elas inauguraram ondas revolucionárias e como foram sufocadas pelos movimentos de restauração; como o sardo aponta e interpreta a mudança de estratégia a partir da queda da Comuna de Paris de 1871, cujas peças-chave passam a ser a cultura ou a luta cultural.

A segunda parte, intitulada Revolução na Itália, busca demonstrar as conexões entre revolução e luta cultural, especificamente a respeito do caso italiano; como e por que os comunistas foram derrotados e qual o papel da luta cultural, da educação e da política na luta.

O bloco histórico e os intelectuais – sexta seção – demonstra como a nova visão gramsciana de Estado e de estratégia revolucionária levou o autor a desenvolver um outro olhar para as categorias estrutura e superestrutura. Pensando essas instâncias como um todo orgânico, Gramsci apresenta a ideia de bloco histórico. A tarefa do príncipe moderno, ou seja, do partido político, é a de forjar outro bloco histórico, que se traduziria na prática pela aliança operário camponesa. Os intelectuais orgânicos das classes subalternas são os agentes que articulam esse bloco, considerando a luta cultural, na qual se insere a luta pela educação.

O debate específico sobre a filosofia educacional está presente na sétima seção, intitulada A educação. Em linhas gerais, se retoma a trajetória escolar de Gramsci e a influência que ela teve em sua luta pela educação e por uma estratégia revolucionária que incluísse a ação educativa. Aborda-se a crítica de Gramsci, à reforma fascista da educação implementada por Gentile, que objetivava criar um modelo educacional ainda mais desigual que o anterior. Por fim, procura-se evidenciar que a luta por uma nova educação é parte de uma estratégia – original e radicalmente democrática – que almejava a construção de outro tipo de ser humano, “encarnado” na metáfora de Leonardo, e concretizado por meio de uma escola do trabalho (entendido em sentido amplo), capaz de formar o homem integral. Por fim, nessa seção se debate como a discussão gramsciana de educação objetivava superar a cisão entre dirigentes e dirigidos e ressalta também o papel da luta por cultura e por educação não só como objetivo da revolução, mas também como condição para que essa se efetive.

Nas considerações finais, discute-se como as categorias gramscianas se inter-relacionam em torno de um eixo central, que é o da revolução, e como a luta cultural e, em particular, a luta pela educação e pela escola, é essencial para a superação das formas de vida burguesa.

I CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA

A mitologia grega nos conta que Minos, rei de Tebas, aterrorizava os atenienses ao cobrar-lhes como tributos – anualmente – sete jovens e sete donzelas, que serviriam de alimento ao temido Minotauro, monstro com corpo de homem e cabeça de touro. (BULFINCH, 2000)

Teseu, filho de Egeu, ao chegar a Atenas, após ter vencido já inúmeros obstáculos, não se conforma com tal situação e resolve enfrentar o monstro. (Idem)

Acontece que o Minotauro não era o único problema a ser vencido pelo herói. Tão perigoso quanto o terrível monstro devorador de jovens era o labirinto em que ele habitava, meticulosamente projetado por Dédalo. Qualquer um que ali se encontrasse não conseguiria sair sem ajuda. Mas mesmo com tantos entraves, Teseu se ofereceu como tributo, disposto a matar o monstro e livrar os atenienses da injustiça. (Idem)

Ao chegar a Creta, os jovens são exibidos a Minos, antes de ser entregues ao triste destino de encontrar o assombroso Minotauro. Mas é nesse momento de aflição dos condenados à morte, na exibição de seus corpos ao impiedoso rei, que sua filha, Ariadne, e Teseu se apaixonam. Ariadne resolve enfrentar os desejos do pai e municia o herói de instrumentos que o ajudarão a vencer a batalha. (Idem)

Para ultrapassar o labirinto, a jovem ofereceu um novelo de linha, com o qual o herói poderia marcar o caminho. Para a batalha com o Minotauro, foi oferecida uma bela espada. Assim, Teseu, com ajuda de Ariadne, superou o labirinto e abateu o Minotauro! (Idem)

A partir desse mito, podemos começar a pensar em outro labirinto, que não foi projetado com tamanha maldade, mas que pode fazer – e tem feito – muitos desatentos se perderem. Refiro-me aos intrincados Cadernos do Cárcere, minuciosamente escritos por Antonio Gramsci no período em que foi vítima da prisão fascista.

Nesse longo período – de novembro de 1926 a abril de 1937 –, Gramsci redigiu e revisou um grande número de notas e apontamentos para estudos que foram agrupados, resultando no que chamamos hoje de Cadernos do Cárcere (Cadernos especiais + Cadernos Miscelâneos).

Como se tratava de estudos, apontamentos de pouca sistematização, decorrentes, entre outras coisas, das condições adversas do cárcere, esses escritos têm sido apropriados das formas mais diversas.

Podemos dizer que há uma disputa pela obra de Gramsci; inúmeros intérpretes, das mais variadas correntes, passaram a buscar o “verdadeiro Gramsci” – o marxista-leninista –, ou o Gramsci alinhado à vertente trotskista, ou ainda o idealista e liberal.

Lembram-nos as biografias que Gramsci, quando criança, após a leitura de Robson Crusóé, havia aprendido a ser prudente e não sair de casa sem fósforos e sementes de trigo, para o caso de ocorrer algum infortúnio. (FIORI, 1979, LAJOLO, 1982)

Se a prudência da infância foi derrotada pela convicção política na vida adulta, por ocasião da decisão de deixar ou não a Itália, antes de ser lançado ao cárcere fascista, Gramsci foi cuidadoso em deixar pistas de como vencer o labirinto que suas notas formariam.

Assim como Ariadne, acreditamos que Gramsci, nas suas próprias notas, nos deixou indicadas saídas para compreendermos, da melhor forma, sua escrita.

No início do Caderno 11, por exemplo, demonstra preocupação com a fortuna de suas notas e avisa:

[Advertência]

As notas contidas neste caderno, como nos demais, foram escritas ao correr da pena, como rápidos apontamentos para ajudar a memória. Todas devem ser revistas e verificadas minuciosamente, já que certamente contêm inexatidões, falsas aproximações, anacronismos. Escritas sem ter presentes os livros a que se referem, é possível que, depois da verificação, tenham de ser radicalmente corrigidas, precisamente porque o contrário do que foi escrito é que é verdadeiro (GRAMSCI, 2004. v. 1 Q. 11, §1, p. 85)².

Claramente um aviso aos incautos de que seus escritos deveriam ser tratados com cuidado e com um trabalho minucioso de análise. Mas isso nem sempre foi feito, o que resultou em apropriações de sua obra em que, muitas vezes, a noção supostamente gramsciana é usada em oposição ao que Gramsci defendia nas notas. É o que Dante Germino chama de “expropriação, por oposição à interpretação do texto”, como lembra-nos Bianchi (2008, p. 16).

Há aqueles que preferem um caminho ainda mais curto para superar o labirinto das notas gramscianas e que provavelmente incorrem na mesma utilização por expropriação

² Todas as referências aos Cadernos do Cárcere serão feitas da seguinte maneira: o nome do autor, seguido do ano da publicação brasileira, v em minúsculo e o volume da edição brasileira, Q em maiúsculo seguido do número do caderno, §seguido do número do parágrafo, p minúsculo seguido do número da página na edição brasileira. As referências aos Escritos Políticos serão feitas da seguinte maneira: o nome do autor, seguido do ano da publicação brasileira, v em minúsculo e o volume da edição brasileira, EP em maiúsculo seguido do p minúsculo e o número da página. As referências as Cartas do Cárcere seguirão o mesmo padrão dos Escritos Políticos, exceto a sigla EP que será substituída por CC, referente às Cartas do Cárcere.

citada. Tratam-se daqueles que nem ao menos se dão ao trabalho de ler as notas, lembrando-nos de outros personagens gregos que conseguiram sair do labirinto de Creta voando³.

Mas o tortuoso labirinto gramsciano foi construído não só pela sua caneta tinteiro, ou pelas condições adversas da prisão fascista. Outros contribuíram para que o entendimento de suas notas fosse, no mínimo, dificultado.

É bem conhecida a história da divulgação das obras carcerárias de Antonio Gramsci. Antes de morrer, ele declarou à sua cunhada, Tatiana Schucht⁴, que gostaria que seus cadernos fossem enviados à sua esposa em Moscou. Tatiana, após a morte de Gramsci, dedicou-se com afinco e cuidado à tarefa de salvar os escritos do cárcere. Após resgatá-los da clínica em que o então ex-prisioneiro encontrava-se,

[...] numerou-os com algarismos romanos para poder ordená-los melhor e começou a pensar no modo mais idôneo de publicá-los. [...] Tatiana consultou o economista Piero Sraffa, velho amigo de Gramsci desde os tempos de Turim e, ao mesmo tempo, interlocutor permanente dos dirigentes do Partido Comunista Italiano, em particular de Palmiro Togliatti, que então residia em Moscou (COUTINHO, 2004, p. 19).

Palmiro Togliatti, percebendo que a melhor maneira de os cadernos chegarem às suas mãos seria orientando Tatiana a cumprir o desejo de Gramsci, assim o fez. Então, em 6 de julho de 1937, os cadernos foram entregues por Tatiana à embaixada da União Soviética em Roma, na Itália (Ibid.).

Em que pese a demora dos cadernos para chegar até a União Soviética – o que ocorreu apenas em julho de 1938 – e mesmo antes de saber seus conteúdos e dê tê-los propriamente em suas mãos, Palmiro Togliatti já se impõe a tarefa de negociar com os demais líderes da Internacional Comunista a melhor forma de publicá-los. Sobre isso, Coutinho (Ibid.) apresenta duas cartas interessantes de Togliatti: a primeira, escrita a Piero Sraffa, na qual o líder comunista afirma que não tem “[...] nenhuma ideia, sequer aproximativa, deles [os cadernos]”; já em uma segunda carta, também selecionada por Coutinho (Ibid.), Togliatti continua sua campanha de divulgação da existência dos Cadernos aos demais líderes da Internacional e diz a D. Z. Manuľski:

³ Segundo o mito, Dédalo e seu filho Ícaro foram aprisionados na Ilha de Creta, por ordem do rei Mínos, após o episódio da fuga de Teseu do labirinto. Dédalo e Ícaro não podiam fugir por mar, nem por terra, porque a ilha estava cercada e vigiada. Então, a única forma de vencer o labirinto era voando. Dédalos construiu asas para ele e seu filho. O pai escapou, mas seu filho, que não seguiu suas recomendações e voou alto demais, acabou morrendo por conta do derretimento da cera que colava as penas das asas (BULFINCH, 2000).

⁴ Tatiana Schucht –irmã de Giulia Schucht, esposa de Gramsci –foi sua principal interlocutora no cárcere, oferecendo ajuda e assistência por todo o período em que esteve preso. Foi também mediadora de cartas de Gramsci a membros do Partido, como Piero Sraffa, que, por sua vez, se comunicava com Palmiro Togliatti constantemente (COUTINHO, 2004).

Você já sabe que nosso falecido camarada Gramsci trabalhou muito no cárcere. Existem 30 cadernos por ele escritos, que contém uma representação materialista da história da Itália. Esses cadernos estão hoje em mãos da camarada Tatiana Schucht, que está em contato com a embaixada soviética em Roma e, com toda probabilidade, já salvaguardou tais cadernos [...] (TOGLIATTI apud COUTINHO, 2004, p. 20).

E foi Togliatti – depois de forte disputa com a família Schucht, por quem foi acusado de negligência e pela interferência direta da Internacional – o primeiro a divulgar parte dos escritos de Gramsci (Idem).

Aqui começa a polêmica em torno das publicações dos escritos carcerários gramscianos, ou seja, das possíveis armadilhas que tornariam mais difícil o trânsito no labirinto de Gramsci.

Coutinho (Idem, p. 22) afirma que, em 25 de abril de 1945, Togliatti já tinha uma clara ideia do que tratavam os Cadernos e que tinha “tomado plena consciência de seu caráter ‘heterodoxo’, ou seja, da incompatibilidade entre o marxismo criador de Gramsci e a vulgata ‘marxista-leninista’”. Para fundamentar essa tese, Coutinho se baseia na seguinte carta de Togliatti a G. Dimítrov, em que o primeiro se opõe a que a família de Gramsci tenha uma fotocópia dos cadernos. Diz Togliatti:

[...] a) não é correto que sejam constituídos dois arquivos de materiais referentes a Gramsci⁵ b) os cadernos, que já estudei em quase sua totalidade, contêm materiais que só podem ser utilizados depois de uma cuidadosa elaboração. Sem esse tratamento, o material não pode ser utilizado, e, aliás, *algumas partes do mesmo, se forem utilizadas na forma em que se encontram atualmente, poderiam ser não úteis ao partido* (TOGLIATTI apud COUTINHO, 2004, p. 21-22, grifo de Coutinho).

A carta demonstra claramente que Togliatti tinha preocupação com os possíveis estragos que a obra gramsciana poderia fazer se não recebesse “uma cuidadosa elaboração”.

Essa “cuidadosa elaboração”, seja lá qual o significado disso, encontrou muitos contratempos: o caráter assistemático dos textos, os conteúdos nem sempre convenientes ao Partido Comunista Italiano e à Internacional Comunista, além da Segunda Guerra Mundial em curso. Todos esses fatores dificultaram a divulgação das notas carcerárias e, assim, sua primeira publicação só aconteceu em 1948, na edição temática⁶. De 1948 a 1951, Togliatti publicou, pela Editora Einaudi, seis volumes dos Cadernos do Cárcere.

⁵ Havia um desejo da família Schucht de guardar consigo ao menos uma fotocópia dos cadernos (COUTINHO, 2004, p. 21).

⁶ Edição temática é uma edição organizada por Togliatti que reúne parte das notas carcerárias por temas, acompanhando as indicações dos Cadernos Especiais de Gramsci, e não preservando a ordem em que eles foram redigidos (COUTINHO, 2004, p. 24-25).

Sobre essa edição, importa-nos concordar com Coutinho (2004) ao defender que:

Estivessem ou não conscientes disso os seus editores anônimos (mas, na verdade, Togliatti e Platone), essa primeira edição induzia o leitor a supor que Gramsci havia se ocupado sistematicamente de temas “particulares” em que está dividido o pensamento teórico na área das ciências humanas. Malgrado a advertência, no prefácio e nos sumários, de que aqueles volumes haviam sido organizados a partir de diferentes cadernos, era inescapável a impressão de que Gramsci encaminhara a redação de seis diferentes “livros” sobre variados temas de ciências sociais, indo da filosofia à crítica literária, da política à história, do folclore à gramática (COUTINHO, 2004, p. 25).

E foi exatamente isso o que ocorreu: os escritos carcerários de Gramsci foram publicados de forma problemática e ambígua, dando a falsa impressão de se tratar de um texto acabado, quando, na verdade, tratava-se de notas pouco sistematizadas ou de sugestões para estudos futuros.

Assim, os Cadernos do Cárcere – que em sua primeira edição, na Itália, foram apresentados ao público como um bom salame⁷, ou seja, escondido e em pedaços –, sofreram um processo de disputa no qual se procurava, em suas notas de caráter disperso, aquilo que melhor convinha às diferentes forças políticas, ora aproximando Gramsci do marxismo-leninismo em sua versão vulgar da Terceira Internacional, ora tendo-o apenas como um oponente, um trotskista, ou ainda apresentando-o como um liberal progressista adepto da “guerra de posição” e da “revolução passiva”, ou seja, aquele que, depois de Trotsky, teria percebido os desvios do stalinismo, e que, portanto passou a apostar em uma terceira via calcada na disputa da “sociedade civil organizada”⁸.

Se é verdade que as edições de Togliatti contribuíram para esse quadro de confusão e de disputa, também é correto que sem suas publicações e seu trabalho de divulgação a obra gramsciana não teria conseguido tanta publicidade.

Voltemos então ao método, ao caminho mais adequado para enfrentar o intrincado labirinto de Gramsci, que sua pena elaborou e que ganhou contornos ainda mais duros com as edições temáticas de Togliatti.

Sobre esse tema, os intérpretes corroboram nossa afirmação anterior de que o próprio Gramsci teria deixado indicações para nossa saída. No entanto, mesmo com essas pistas, os caminhos possíveis, isto é, as alternativas metodológicas, não são consensuais.

⁷ Nosella comenta em seu livro *A escola de Gramsci* que seu pai dizia: “Eles [do Partido Comunista Italiano] fazem de Gramsci como se faz de um bom salame: se guarda escondido e se oferece aos pouquinhos, em fatias” (NOSELLA, 2004, p. 27).

⁸ Bons exemplos de obras desse tipo: *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil* (BOBBIO, 1999) e *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (VIANNA, 1997).

Há uma vertente dos estudos gramscianos – com maior força e fôlego nos dias atuais – que, ao identificar os problemas nas edições de Togliatti e constatar a instrumentalização dos cadernos e das noções e categorias ali presentes, falam de uma segunda libertação de Gramsci.

Para essa vertente, com adeptos tanto no Brasil quanto na Itália, o Partido Comunista Italiano teria aprisionado a obra gramsciana a seus interesses. A segunda libertação de Gramsci então teria decorrido do fim do Partido Comunista Italiano.

Se a afirmação é correta ou não, é algo discutível. Interessam-nos, porém, as repercussões acerca da metodologia, do caminho agora sugerido por essa vertente de pensamento. E é nesse período que emerge na Itália uma nova abordagem metodológica, que se diz menos calcada nas disputas político-partidárias e mais preocupada com o estudo metuculoso e cuidadoso dos escritos gramscianos. Bianchi (2008) descreve da seguinte forma esse período, reivindicando Guido Liguori:

Contraditoriamente, foi no contexto italiano de declínio dos estudos gramscianos que se tornou possível uma abordagem metodológica mais rigorosa no tratamento do texto e de suas fontes. Assim, ao final de seu alentado trabalho de reconstrução da trajetória do debate a respeito da obra de Gramsci, Guido Liguori podia vislumbrar a emergência de um programa de pesquisa no qual a contextualização efetiva do pensamento do marxista sardo permitiria aprofundar uma “escavação conceitual” capaz de identificar as múltiplas fontes de sua reflexão, bem como seu lugar na história (BIANCHI, 2008, p. 15).

Bianchi fala de uma “escavação conceitual” capaz de desnudar a complexidade gramsciana, apontando as fontes, demonstrando a reflexão e contextualizando-a na história. Bianchi é um defensor dessa metodologia. Reconhece que ela não é o caminho mais fácil “[...] e, pelo contrário, revela a dificuldade que lhe é própria. Tal metodologia também não fornece a ‘verdadeira’ interpretação e sequer uma interpretação livre de pressupostos. Mas tem permitido um maior rigor [...]” nos estudos da obra carcerária de Gramsci (BIANCHI, 2008, p. 16).

Segundo esse autor, tal rigor ainda é possível, pois, com essa metodologia, procura-se assumir o sentido “[...] inacabado dos Quaderni e provisório das formulações ali contidas. Esse enfoque tem se empenhado em uma ‘contextualização eficaz’ do pensamento gramsciano, capaz de permitir uma reconstrução rigorosa [...]” das noções e categorias ao longo das notas (BIANCHI, 2008, p. 16).

Os defensores desse método, ou seja, desse caminho de inserção nos intrincados Cadernos do Cárcere, ainda advogam a ideia de que essa forma é calcada nas próprias

indicações de Gramsci. Baratta (2004), por exemplo, lembra-nos que “[...] indiretamente, Gramsci deixou indicações precisas para entender e estudar sua obra” (p. 81).

Essas indicações a que se refere Baratta (2004) são, na realidade, orientações metodológicas de Gramsci para o estudo da obra de Marx e, sobre isso, Baratta nos alerta a respeito das diferenças entre ambos os autores, pois nos escritos gramscianos, “[...] nos encontramos diante de uma obra na qual ‘método de investigação’ e ‘método de exposição’ não aparecem – ainda – separados um do outro. Temos o resultado da pesquisa dentro da pesquisa, não depois, como sedimentação depurada desta” (p. 90).

No entanto, as diferenças apontadas por Baratta (2004) só reforçam a hipótese de que as sugestões apresentadas por Gramsci seriam o melhor caminho a percorrer na tentativa de clarificar uma obra cujo autor não sistematizou seus estudos de forma expositiva.

Seguindo a seleção de notas feitas por Baratta (Idem), podemos analisar algumas das sugestões de Gramsci:

Quando se quer estudar o nascimento de uma concepção de mundo que não foi nunca exposta sistematicamente por seu fundador (e cuja coerência essencial se deve buscar não em cada escrito particular ou série de escritos, mas em todo o desenvolvimento do variado trabalho intelectual em que os elementos da concepção estão implícitos), é preciso fazer preliminarmente um trabalho filológico minucioso e conduzido com escrúpulos máximos de exatidão, de honestidade científica, de lealdade intelectual, de ausência de qualquer preconceito ou posição preconcebida (GRAMSCI, 2001. v.4, Q. 16, § 2, p. 18).

A recomendação se refere a Marx e, embora seja importante atentarmos para as diferenças existentes entre a obra dos dois autores, como apontado anteriormente, a nota é uma advertência metodológica ainda mais pertinente para a obra do próprio Gramsci, que, também como disse Baratta (2004), não separa momento de investigação e momento de exposição; ou seja, nos Cadernos o momento da exposição e momento da pesquisa aparecem juntos. Assim, o estudo de uma obra como essa requer um rigoroso “trabalho filológico”, bem como “honestidade científica” e “lealdade intelectual”.

Sendo assim, as novas discussões metodológicas que têm permeado o debate científico acerca da obra de Gramsci têm seguido por esse caminho, o da escavação genética diacrônica. Essa metodologia pode ser compreendida, ainda, se pensarmos ou considerarmos que a sugestão de Gramsci é que “[...] a pesquisa do leitmotiv, do ritmo do pensamento em desenvolvimento, deve ser mais importante do que as afirmações particulares e casuais e do que os aforismos isolados” (GRAMSCI, 2001. v. 4, Q. 16, § 2, p. 19).

Todo esse debate é importante porque se trata de fundamentar a escolha do melhor caminho possível para o desenvolvimento da presente investigação. Ou seja, encontrar a melhor saída para enfrentar o labirinto gramsciano e achar uma interpretação mais adequada a uma possível resposta de Gramsci à nossa pergunta.

Acontece que a metodologia da escavação genética diacrônica não é a única saída possível para o labirinto gramsciano e, ao que parece, nem mesmo a mais adequada, nem a melhor interpretação do que sugere Gramsci.

Na tentativa de justificar essa convicção, pode-se recorrer a outra metáfora, que não a do labirinto; tentar interpretar, à luz desse recurso metafórico, o caminho percorrido até aqui, e ao menos problematizar e demonstrar os riscos em que essa metodologia incorre.

Nessa empreitada, recorro a metáfora lembrada por Saviani (2008, p. 37), ao mencionar que Lenin, ao ser acusado de radicalismo, teria respondido: “Quando a vara está torta, ela fica curva de um lado e se você endireitá-la, não basta colocá-la na posição correta. É preciso curvá-la para o lado oposto”.

Saviani⁹ procura demonstrar a importância que há na transmissão dos conteúdos socialmente construídos ao longo da história para as classes subalternas. Para tanto, faz uma suposta defesa do ensino tradicional, ou seja, curva a vara para o lado oposto ao da escola nova, demonstrando o caráter reacionário dessa para, por fim, distanciar-se também da tradicional e defender sua pedagogia histórico-crítica. (Idem)

Para nós, a metáfora de Lênin, ou a apropriação que Saviani fez dela, é fecunda para entendermos o movimento que tem ocorrido com as pesquisas dos textos gramscianos.

Os intérpretes de Gramsci, após a queda da URSS e o fim do Partido Comunista Italiano – assim como entendemos – têm vivido o retrocesso ou o encurralamento das ideias baseadas na filosofia da práxis, ou no marxismo. Em um âmbito geral, ao que parece, é cada vez menor a importância dos marxistas na política mundial. Até mesmo em países em que partidos ditos de esquerda ganham eleições e assumem o poder, muitos se apressam em se dizer não marxistas, muito menos comunistas.

Na conjuntura dos estudos dos textos gramscianos, essa realidade histórica se soma aos efeitos produzidos pela edição de Togliatti e por outras apropriações indevidas das categorias existentes nos Cadernos. Todo esse contexto parece ter feito com que esses pesquisadores – da abordagem filológica - perdessem a mão ao curvar a vara para o lado oposto ao que as pesquisas anteriores vinham conduzindo. De fato, são consistentes e não há

⁹ Na verdade, a metáfora da curvatura da vara é usada pela primeira vez por Aristóteles em *Ética a Nicômaco*. (ARISTÓTELES, 2014)

como discordar dos argumentos que demonstram que a obra de Gramsci foi instrumentalizada pelo partido ou por outros intérpretes com interesses mais diversos. No entanto, ao insistir em estudos calcados radicalmente na pesquisa filológica, no acompanhamento do tempo das categorias nos Cadernos etc. - esses estudos parecem ter perdido de vista o elemento da práxis e, assim, os resultados são sempre os de nos manter imersos no labirinto das notas, sem nos oferecer respostas que iluminem a práxis.

Sendo assim, ao que parece, os estudos filológicos, se exagerados, mantêm a vara no lado oposto ao dos estudos anteriores, que focavam apenas nos interesses práticos, sem rigor científico, e que resultavam em uma prática débil, por conta de uma teoria débil. No entanto, se a vara não faz um terceiro movimento de alinhamento, peca pelo erro inverso, - qual seja: o de contentar-se em buscar o melhor entendimento teórico das categorias gramscianas, perdendo-se na filologia e esquecendo-se de buscar compreender tais categorias em conexão com a práxis, em virtude da práxis. Ambos os erros terão resultados idênticos, uma práxis débil ou até mesmo uma total ausência de práxis.

Baratta (2003), embora advogue pela metodologia da escavação genética diacrônica, parece ter atentado aos riscos a que seus usos exagerados poderiam levar:

Gramsci se torna cada vez mais cauteloso na comparação entre Europa e América; sublinha cada vez mais como a situação desta última se encontra condicionada pela dinâmica econômica imediata, ou seja, como ainda não está atravessada (como a “histórica” Europa) pela complexa experiência das lutas hegemônicas e pelo duro labor de construção das superestruturas. Trata-se de mudanças relevantes, embora não decisivas, na estruturação orgânica do pensamento gramsciano (**portanto, é preciso ter cuidado para não exagerar no emprego do método diacrônico!**): “americanismo” (e “americanismo e fordismo”) continua a ser, de qualquer modo, um fio vermelho na mente de Gramsci (BARATTA, 2003, p. 21, grifo nosso).

Baratta (2003), discutindo aqui sobre a validade do método comparativo de Gramsci e de como este procede à investigação a respeito da questão nacional e internacional e, ainda, sobre como essas questões têm repercussão em seus estudos a respeito da Europa e da América, faz uma importante advertência, qual seja, a de não se exagerar no emprego do “método diacrônico”.

Então, se é verdade que os Cadernos do Cárcere possuem múltiplas temporalidades e um determinado ritmo, também é verdade que o próprio Gramsci procurou rever algumas de suas notas, elaborando textos de forma mais sistematizada. E é nessa constatação que os defensores das edições temáticas se sustentam para defendê-las.

Até mesmo Valentino Gerratana, responsável pela memorável edição crítica italiana dos Cadernos, ao comentar sobre a escolha de Palmiro Togliatti de publicar a primeira edição por temas, reconhece que

[...] o caráter fragmentário com que se apresenta o material nos manuscritos originais, bem como as sucessivas tentativas do próprio Gramsci de reordenar suas notas segundo um critério temático, pareciam autorizar a solução editorial escolhida. [...] Era, no fundo, uma escolha possível, que o próprio Gramsci poderia fazer se estivesse decidido dar uma forma sistemática ao seu trabalho. (GERRATANA apud COUTINHO, 2004, p. 27).

A advertência demonstra – ao que me parece – duas saídas para o labirinto gramsciano, ambas com algum risco: uma que passa pela escavação genética diacrônica, cujo risco é o de perder-se no emaranhado de notas e abandonar a práxis, algo que em meu entendimento afetaria inclusive o momento da análise, criando uma teoria débil e estéril.

Outra possibilidade é a que considere as próprias tentativas de sistematizações feitas pelo autor, dialogando também com a conjuntura histórica italiana que Gramsci procura desnudar e na qual deseja intervir (intervenção filosófica e teórica apenas pela circunstância material da prisão), no período do cárcere. O risco dessa escolha seria deturpar a teoria de Gramsci se fosse feito à maneira que os estudos citados anteriormente fizeram. Coisa que não se repetirá neste trabalho.

Lembremos o que diz Coutinho (2004) na sua última edição brasileira dos Cadernos do Cárcere:

A presente edição brasileira dos Cadernos do Cárcere, portanto, não é simplesmente uma retomada da antiga “edição temática”, apenas complementada com os volumes ainda inéditos no Brasil. Trata-se da execução de um projeto original que recolhe sugestões não só da velha edição togliattiana, mas também da proposta de Gianni Francioni acima comentada e, sobretudo, da “edição Guerratana”, que se tornou, a partir de sua publicação, a base de qualquer edição doravante séria dos textos gramscianos. [...] Pelo andamento do trabalho de Gramsci [...] pode-se supor que – se houvesse disposto de mais tempo para concluir sua obra – ele teria convertido toda sua obra em textos C, ou seja, teria transformado todos os seus “cadernos miscelâneos” em “cadernos especiais” (COUTINHO, 2004, p. 40).

O que Coutinho relata é que, a partir da experiência com a primeira edição brasileira dos Cadernos – que seguiu a edição temática de Togliatti – e da nova edição crítica de Guerratana, foi possível corrigir os problemas da primeira edição brasileira e publicar outra edição temática, que não deixasse de ser crítica, e com o mérito de caminhar pelas sugestões de sistematização indicadas por Gramsci.

Pensando nesse relato e ponderando sobre o rumo que as investigações calcadas na escavação genética diacrônica têm tomado, parece prudente, para vencer o labirinto gramsciano, procurar fazer o terceiro movimento da vara: qual seja, o de alinhar a teoria com a prática e evitar se perder na busca filológica da categoria ou noção mais límpida dos escritos carcerários.

Isso posto, esclareço que minha entrada nos Cadernos do Cárcere se deu a partir da edição brasileira, ou seja, priorizando as notas de tipo C dos cadernos especiais, que dialogam também com as notas do tipo B, igualmente disponíveis em Português, buscando reconstruir, na medida do possível, o contexto histórico em que se coloca o texto de Gramsci e identificar com quem está dialogando e a quem está combatendo.

Procurei, sim, entender as categorias gramscianas. Mas não em um rastreamento filológico ou escavação genética diacrônica, e sim no contexto histórico do debate político em que são utilizadas. Nessa perspectiva, investiguei a importância da educação na teoria política de Gramsci, no contexto do debate vivido por ele, acreditando ser essa a metodologia mais adequada tendo em vista o contexto e as condições concretas em que se desenvolve a pesquisa e que também encontra respaldo nas “intenções” de Gramsci.

II BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Quando, em 28 de junho de 1914, por uma atitude politicamente mal calculada, estudantes nacionalistas sérvios mataram a tiros o arquiduque do Império Austro-Húngaro Francisco Ferdinando e sua esposa, ninguém poderia imaginar que ali se selava o destino de horror do “Breve século XX” (HOBSBAWM, 1996).

Poucas semanas depois, em 28 de julho de 1914, eclode a Primeira Guerra Mundial com a invasão austro-húngara da Sérvia. Se a morte de Francisco Ferdinando precipitou a guerra, seus motivos reais foram muito mais complexos.

Se é verdade que a unificação da Alemanha e a da Itália contribuíram para o fortalecimento dos ideais nacionalistas de outras minorias étnicas por toda a Europa e que justamente um desses grupos selou a sorte do arquiduque e de sua esposa, não podemos supor que esse seria o motivo de uma guerra com tamanha proporção (VICENTINO, 2006).

Havia muito as potências tradicionais da Europa vinham se preparando para a guerra. A França havia perdido a região da Alsácia-Lorena para a Alemanha (1870) no conflito franco-prussiano, além de ter visto seu imperador preso e sua capital inundada em sangue com a derrota da Comuna de Paris (Idem).

A Inglaterra via na Alemanha uma rival importante, que desenvolvia a indústria a passos largos, colocando-se como concorrente à supremacia capitalista inglesa e exigindo uma nova partilha das colônias. Todo esse período em que as potências internacionais se armavam e se aliavam entre si em um verdadeiro tabuleiro de xadrez internacional é descrito em manuais de história como a “Paz Armada”, momento em que se forjaram as condições e as alianças políticas para a Grande Guerra (Idem).

Quando, em junho de 1914, o estudante sérvio Gravilo Princip alvejou a tiros o arquiduque Francisco Ferdinando, outro jovem italiano, de 23 anos, lutava para conseguir estudar e manter-se vivo com apenas 70 liras mensais em Turim. Esse jovem era Antonio Gramsci, que havia poucos meses reconquistara sua bolsa de estudos, suspensa após uma crise de saúde, que o impedira de fazer seus exames. Esse período está descrito pelo próprio Gramsci em uma carta que envia ao pai:

Escrevo-lhe com raiva e desespero no coração; hoje foi um dia do qual me recordarei durante muito tempo e que, infelizmente, ainda não acabou. É inútil, venho tentando suportar há um mês, mas agora, depois de uma crise dilacerante, me decidi; [...] Não presto exame porque estou meio louco, meio estúpido, ou totalmente estúpido, não sei bem ainda. [...] Caro papai, há um mês venho estudando obstinadamente e tudo que consegui foram vertigens, a volta de uma dor de cabeça que me dilacera [...] (GRAMSCI apud FIORI, 1979, p. 114).

Para sermos exatos, Gramsci perde sua bolsa em 19 de fevereiro de 1914 e só consegue reconquistá-la quando, em “[...]18 de abril, pôde regularizar tudo, sendo aprovado no exame bienal de literatura grega com média vinte e quatro. Desde então, portanto, voltava a receber as setenta liras mensais” (Idem, p. 115).

Sua luta pela sobrevivência e para conseguir estudar e a então recente militância iniciada, pelo socialismo, está de alguma forma relacionada com a luta do jovem sérvio pela conquista do seu Estado nacional, a qual também se relaciona com a história mundial. Isso porque, se cada pessoa tem sua própria vida, há que se procurar os “movimentos unificadores”, pois se cada um tem sua história, essa também “é sempre ‘história mundial’[...] [e sendo assim] as histórias particulares vivem somente no quadro da história mundial” (GRAMSCI, 2002. v 6, Q. 29, § 2, p. 143).

Então, procurar o “movimento unificador” que traduz a existência de Gramsci no quadro da história mundial parece ser, segundo as indicações do próprio autor, a melhor forma de nos introduzirmos no debate histórico do período em que ele viveu e atuou.

Podemos pensar sobre quais seriam os interesses do Estado italiano na guerra e qual a posição de Gramsci, jovem socialista, a esse respeito, nesse período. E, por fim, como os resultados da guerra interferiram nas relações internacionais, no Estado italiano e na vida de Antonio Gramsci.

A Itália, desde 1882, tinha alianças internacionais com a Alemanha e o Império Austro-Húngaro. No entanto, por conta de disputas territoriais com esse Império, acabou por ceder às pressões da Tríplice Entente¹⁰, decidindo a entrar na Guerra em 1915.

Internamente, a guerra estava longe de ser um consenso entre os italianos, e o Partido Socialista havia declarado sua posição pela “neutralidade absoluta” quatro dias antes de ela começar conseguindo – pelo menos temporariamente – formar uma frente parlamentar pela neutralidade e aprová-la, em 4 de agosto de 1914 (FIORI, 1979, p. 121).

Com o decorrer do conflito, as posições socialistas sobre a guerra dentro da Itália passaram a divergir. Se, por um lado, todos tinham acordo de que se tratava de uma guerra imperialista, “[...] o fato é que um número razoável de socialistas [...] inclinava-se em fazer uma distinção nítida entre os impérios centrais absolutistas e a França republicana, e por isso inclinava-se também a apoiar os países agredidos, França e Bélgica” (Ibidem).

¹⁰ “Em 1882, o Segundo Reich firmou a **Tríplice Aliança**, unindo-se ao Império Austro-Húngaro e à Itália, esta em atrito com a França devido à anexação da Tunísia, na África. [...] Em 1907, a Rússia se aliou à França e à Inglaterra, formando a **Tríplice Entente**. Passavam, assim, a existir na Europa dois grandes blocos antagonísticos – a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente – que, fortes, fomentaram a tensão que levou os países europeus aos preparativos armamentistas” (VICENTINO, 2006, p. 376, grifos meus)

Gramsci debuta em escritos políticos justamente tomando posição frente à polêmica sobre a entrada ou não da Itália na Guerra. Em 18 de outubro de 1914, Mussolini, o então jovem militante do Partido Socialista, diretor da sua principal publicação, o jornal *Avanti!*, escreve um artigo intitulado “Da neutralidade absoluta à neutralidade ativa e operante”, em que defende a intervenção italiana na guerra. Em seguida, no dia 31 de outubro, Gramsci publica um artigo com o título “Neutralidade ativa e operante”. A interpretação desse texto é polêmica entre os especialistas da obra de Gramsci. Dias (2000, p. 247), por exemplo, afirma tratar-se apenas de uma interpretação do artigo de Mussolini. Fiori (1979) entende que o artigo, embora aparente uma defesa do texto de Mussolini, tem intenções opostas, ou seja, Gramsci intenciona fazer uma crítica à posição dos reformistas que atuam como simples espectadores da história. Com isso, Gramsci defende uma tomada de posição do Partido Socialista na “[...] preparação das condições mais favoráveis à ruptura definitiva (a revolução) através de uma série de rupturas operadas sobre outras forças ativas e passivas da sociedade” (Idem, p. 122).

São dois os fatos inquestionáveis desse debate: o primeiro é que a Itália entrou na guerra e o segundo é que Gramsci enfrentou dificuldades em conseguir se livrar, nos círculos socialistas e comunistas de sua época, da “fama de intervencionista [...] devido a uma interpretação sectária deste artigo” (Ibidem).

A Itália foi à Guerra e saiu destruída. Foram devastadoras as consequências dessa decisão para o país. Segundo Dias (2000),

A Itália sai da guerra exaurida em homens e recursos. Sua vida social está despedaçada: grandes desequilíbrios, grandes fraquezas, pouca estabilidade. O processo inflacionário toma proporções imensas. [...] A dívida pública soma no final da guerra 74.496 milhões de liras e o ritmo da indústria cai de 20% a 40%. [...] A agricultura está em crise: 40% da balança comercial estão comprometidos com a importação de alimentos. “Falta, sobretudo, o trigo: antes de 1914, a Itália produzia em média cerca de 50 milhões de quintais de trigo por ano [...], mas durante a guerra a produção tinha caído para 38 milhões”. O custo da guerra foi brutal: 65 milhões de lira-ouro; 680 mil mortos; 680 mil prisioneiros; mais de um milhão de feridos; 500 mil mutilados e 600 mil mortos pela [gripe] *espanhola* (p. 255).

Os números são ainda mais surpreendentes e estarrecedores se pensarmos no balanço europeu ao fim da Grande Guerra. São nove milhões de mortos, vinte milhões de mutilados e dez por cento dos trabalhadores industriais mortos (CARMO, 1999, p. 9).

As relações econômicas e políticas e o quadro das novas nações também se alteram. Os países europeus, com seus recursos industriais destruídos, são obrigados a assistir ao desenvolvimento e ao fortalecimento dos Estados Unidos da América como grande potência

industrial e econômica, e os países da Europa, aos poucos, passam a ser seus devedores (CARMO, 1999).

Na Rússia, o czarismo é derrubado, a revolução bolchevique logra êxito em 1917 e instaura-se a primeira experiência socialista da história mundial. Sobre isso, diz Carmo (1999):

[...] com a vitória dos bolcheviques, não só o capital europeu perdia uma rica área de investimentos, mas, sobretudo, ficava demonstrado que o sistema capitalista não era a única forma possível de organização social. Exemplo para partidos dos trabalhadores, e estímulo para grandes greves revolucionárias em países tais como Itália, Alemanha, Áustria-Hungria e França, a revolução Russa passou a constituir um fator político importante para os movimentos socialistas e uma ameaça latente contínua para o sistema capitalista (p. 9-10).

O impacto da guerra e da Revolução Russa na Itália é fortíssimo. Podemos pensar primeiro como a Itália se organizou internamente para entrar em campo de batalha, ou seja, como o país forjou uma economia voltada para guerrear e qual o choque causado pelo fim do confronto e pelo desmonte dessa estrutura belicista. Para entendermos tudo isso, faz-se necessário certo recuo na história para esclarecermos como se deu a industrialização da Itália, ou seja, como se desenvolveu a indústria tardia de um país com unificação também tardia. Gramsci chama esse processo de industrialização da Itália de política de fabricar o fabricante:

Crispi¹¹ liga-se estreitamente aos latifundiários sicilianos, à camada mais unitária por medo das reivindicações camponesas, ao mesmo tempo em que sua política geral tem como meta reforçar o industrialismo setentrional, com a guerra de tarifas contra a França e o protecionismo alfandegário: ele não hesita em lançar o Mezzogiorno¹² e as ilhas numa crise comercial tremenda, para reforçar a indústria que podia dar ao país uma independência real e ampliar os quadros do grupo social dominante; é a política de fabricar o fabricante (GRAMSCI, 2002. v. 5, Q. 19, § 24, p. 69-70).

O processo de unificação, que se deu na forma da revolução passiva¹³, ou seja, uma unidade da frágil burguesia do Norte com a aristocracia fundiária do Sul, forjou um país atrasado e cindido. Um Sul agrário, com relações sociais “medievais”, e um Norte com

¹¹ Francesco Crispi (1818-1901) participa da *insurreição de 1848* contra os Bourbons e, abandonando cedo as *posições autonomistas*, adere ao *republicanismo de orientação mazziniana*. Um dos organizadores da *garibaldina “Expedição dos Mil”* para a libertação do Sul, F. Crispi torna-se paulatinamente monarquista, em nome da unidade do país. Primeiro-ministro (1887-1891 e 1893-1896), defende uma política de expansão colonial, com a criação da colônia da Eritréia em 1890. O governo Crispi termina com a grave derrota de Ádua, na Etiópia, em 1896 (COUTINHO, 2002).

¹² Sul da Itália.

¹³ O conceito de revolução passiva será retomado adiante.

aspiração industrial. Gramsci descreveu como o governo Crispi desenvolve essa política, investindo na produção industrial do Norte e reprimindo as revoltas camponesas no Sul.

A industrialização italiana se desenvolve em um processo inverso do que ocorreu em países como Inglaterra e França, por exemplo. Na Itália, a indústria

[...] não cria o capital financeiro, mas, pelo contrário, é sua criatura. A constituição do sistema bancário, principalmente da Banca Nazionale, Banca Generale, Credito Mobiliare, Banca Commerciale Italiana (Comit) – esta última fundada pelo capital alemão – é elemento fundamental nesse processo (DIAS, 2004a, p. 5).

O Estado italiano, junto com o capital financeiro, inclusive estrangeiro, tem papel preponderante no desenvolvimento industrial do país. Vale assinalar que, embora o Estado desse período fosse governado pela esquerda (liberal), essa não se constringe em romper com o liberalismo¹⁴ econômico e potencializar o protecionismo, descrito por Gramsci na passagem do caderno 19, e oprimir ao máximo a classe operária e o campesinato, no intuito de garantir a gênese da indústria italiana. Sobre isso, vale a pena mais uma vez conferir Dias:

É graças à população do campo, ao exército industrial de reserva, que os industriais italianos optam e podem manter, salvo no caso das atividades muito especializadas, a política de baixos salários, trabalho doméstico e de uso em massa do trabalho feminino e infantil (Idem, p. 6).

No entanto, como não há uma forma de fazer omeletes sem quebrar os ovos, o sistema fabril na Itália é forjado via Estado e capital financeiro, e com o seu desenvolvimento constrói-se também o seu contrário: a luta de classes, que tanto os industriais queriam impedir, toma corpo e, apesar da repressão e dos *lockouts* dos patrões, os trabalhadores aos poucos se organizam para resistir aos baixos salários e à crise econômica (DIAS, 2004a).

Importante atentarmos aqui para a atuação do Estado na formação da indústria italiana, pois esse papel de intervenção na economia não regride e, ao contrário, amplia-se consideravelmente na economia de guerra. Por isso, cumpre destacar que a burguesia industrial italiana, desde a sua gênese, e apesar de divergências momentâneas, sempre viu e principalmente sempre esperou, ou melhor, sempre atuou para que o Estado fosse e continuasse a ser o grande *condottiere* dos seus interesses.

Considerando essa questão do papel do Estado na política de fabricar o fabricante – como dizia Gramsci – devemos atentar à forma como esse mesmo Estado atuou na economia de guerra, ao impacto desse modelo econômico para o país e às expectativas burguesas após o fim da Grande Guerra.

¹⁴ Na Itália os filósofos e cientistas políticos distinguem Liberalismo (Filosofia Política) e Liberismo (Economia). (COUTINHO, 2000, p. 366)

O *condottiere* da burguesia do Norte e do latifúndio meridional continuou e, por conta da conjuntura, aprofundou sua política de favorecimento da indústria a todo custo, no período da guerra.

Nos anos em que a Itália se envolveu diretamente no conflito armado, de 1915 a 1918, houve uma concentração e um crescimento brutal da indústria italiana. Um crescimento financiado artificialmente pelo Estado em guerra, que, no entanto, ainda assim garantia altos lucros para a burguesia. Sobre isso, devemos atentar ao que esclarece Dias (2004b):

Toda a brutal concentração industrial se dera pelas condições da guerra. E pela ação do Estado italiano. Tomando o ano de 1915 como base, onde houve um investimento da ordem de 310 milhões de liras, veremos que em 1916 esse investimento crescera 403% (1250 milhões), em 1917 crescera 1016% (3150 milhões) e no primeiro semestre de 1918 já atingira 706% (2200 milhões) só não aumentando porque imprevisivelmente chegara a paz (p. 7).

Ao *condottiere* da burguesia industrial do Norte não coube apenas garantir os investimentos e as compras dos produtos bélicos financiados pela economia de guerra. Foi papel desse Estado também enquadrar as possíveis revoltas operárias e assim garantir que a mão de obra fosse a mercadoria mais barata do período de guerra. Nesse sentido, prossegue Dias:

[...] o proletariado tinha sido “colocado”, pelo o Estado, “[...] à disposição do capital privado” e despojado de toda uma “legislação de proteção e de privilégio, coagindo a mão de obra (mobilização industrial).” Isso foi imposto pelo Código de 5 de novembro de 1916, calcado no código Militar: o abandono do trabalho ou mesmo a mudança de fábrica sem autorização oficial era considerada deserção, ainda que os criminosos fossem “crianças ou estrangeiros” (DIAS, 2004b, p. 8, com trechos de Einaudi).

Assim, o Estado italiano, ao fabricar o fabricante, acabou por, de alguma forma, fabricar o seu contrário, já que o advento da indústria contribuiu para o desenvolvimento do sistema fabril como um todo, ou seja, favoreceu também a formação da classe operária como classe para si, que luta pelos seus direitos, que faz greve, que se organiza em organismos, centrais sindicais, em *câmaras do lavoro* etc. Apesar de todas as adversidades e contradições, e por meio de muita luta, essa classe também havia conquistado alguns benefícios. Agora, no período da batalha, com o pretexto da guerra, o Estado aprofunda radicalmente seu papel de *condottiere* da burguesia, garantindo-lhe artificialmente seus altos lucros, assegurando ainda, por meio da força, os baixos preços da força de trabalho.

Como sair da guerra? Como, de uma hora para a outra, voltar à economia de paz? Como a burguesia italiana admitiria diminuir seus ganhos a patamares mais razoáveis e reais? Esse é o primeiro dos vários impasses italianos no fim da Primeira Guerra.

Por outro lado, existem outros atores sociais, os trabalhadores, ou seja, os operários industriais do Norte e os camponeses do Sul. Esses são fortemente impactados pela Revolução Russa de 1917. Nosso ator principal, Antonio Gramsci, opina a respeito da revolução, em um artigo publicado em 24 de dezembro de 1917, intitulado “A revolução contra O Capital”. Nesse artigo, o socialista italiano afirma:

Os fatos superaram as ideologias. Os fatos fizeram explodir os esquemas críticos dentro dos quais a história da Rússia deveria se desenvolver segundo cânones do materialismo histórico. Os bolcheviques renegam Karl Marx: afirmam – e com o testemunho da ação explicitada, das conquistas realizadas – que os cânones do materialismo histórico não são tão férreos como poderia se pensar e se pensou (GRAMSCI, 2004. v.1, EP, p. 126).

Essa leitura gramsciana da Revolução Russa tem uma ligação orgânica com a sua análise a respeito da guerra, se admitirmos como válida a ideia de que o central, em seu texto, é sua posição contrária ao imobilismo dos reformistas do Partido Socialista. Nesse artigo sobre o tema, ele ainda é mais explícito, e, como afirma Fiori (1979), seu interesse é rejeitar “[...] a concepção da história como evolução espontânea e fatal, determinada por fatos econômicos brutos; ao determinismo dos positivistas ele contrapunha a vontade do homem, o fator máximo da história”. (FIORI, p. 140)

Embora o próprio Gramsci, mais tarde, reconhecesse que era influenciado, nessa época, por certo desvio idealista, sua posição a respeito da Revolução Russa, em certo sentido, pouco muda. O fato de os bolcheviques terem, na prática, aplicado a filosofia da práxis, ou seja, a filosofia marxista, é uma questão de suma importância para o autor, seja na juventude, seja no período do cárcere.

Gramsci sabia que a luta pelo socialismo na Rússia só havia começado e não era daqueles entusiastas ingênuos, que defendiam que a revolução instaurou naquele país a felicidade incondicional e o paraíso terrestre. Ainda assim, apesar de toda a legislação proibitiva, o efeito da carestia e da Revolução Russa era estrondoso. E por todo canto, em meio aos trabalhadores italianos - e por que não europeus? - pelos quatros cantos da Europa, a palavra de ordem que se ouvia era: “Fazer como na Rússia”. Nas palavras de Dias:

Fare come in Rússia. As notícias que chegam dos acontecimentos russos são favoráveis à agitação. A agitação pela falta de pão já dera sinais a partir do dia 7 [de agosto de 1918]. Naquele dia, algumas padarias suspenderam seus trabalhos por falta de farinha. [...] As manifestações contra a falta de pão transformam-se em luta política contra o governo e pela paz (DIAS, 2000, p. 253).

Greves e manifestações por mais direitos, pela paz e contra o governo começam a ser constantes. As tensões se acirram, o movimento operário toma corpo, suas contradições também; reformistas, anarquistas e socialistas revolucionários não entram em acordo, não constroem uma unidade e, ainda assim, a luta avança e tem seu clímax em setembro de 1920, quando as fábricas são ocupadas em Turim.

Nesse ponto, podemos recapitular as contradições até aqui expostas, ou seja, que condições sociais se apresentam na Itália pós-guerra e também como os efeitos devastadores da Grande Guerra se traduziram de forma específica na Itália. Primeiro, temos uma burguesia descontente porque, embora no período da guerra tenham conseguido garantir altos ganhos, com o fim do conflito, esses ganhos caíram vertiginosamente. Em contrapartida, e corroborando isso, a classe trabalhadora, que passa boa parte da guerra acuada, vê na Revolução Russa um exemplo a ser seguido e passa da defensiva para a ofensiva. Agora, temos que pensar no terceiro elemento dessa história, os camponeses e os combatentes que retornaram da guerra.

Os camponeses eram tratados como cidadãos de terceira categoria e, para incentivá-los a lutar na guerra, muita coisa foi prometida:

[...] o ministro Salandra e muitos outros políticos prometem tudo a um exército na sua imensa maioria camponês: terra, trabalho, justiça, vida decente, etc. Mas a guerra ia acabando. E era “vitoriosa”. Com seu fim, como era de se esperar, nenhuma das promessas aos soldados camponeses foi cumprida. Tratava-se de ampliar a campanha contra os operários que “enriqueceram” enquanto os outros lutavam. Mas tratava-se também, de lembrar aos soldados que não tinham sido apenas eles os únicos a lutar e morrer, que os oficiais também tinham feito o mesmo (DIAS, 2004b, p. 11).

É importante atentar ao fato de que há todo um setor social que, ao regressar do campo de batalha, não se encaixa mais na sociedade italiana pós-guerra, desmobilizada. São principalmente ex-combatentes da classe média e da burguesia, com patentes intermediárias, que se recusam a aceitar um papel de subalternidade na nova Itália que tenta se reconstruir.

Além disso, e ainda de acordo com o que Dias (2004b) descreve, houve toda uma propaganda nos meios camponeses que pintava a figura do operário “traidor” do Norte que enriqueceu enquanto o soldado camponês do Sul lutou na guerra.

Esse cenário de horror não foi captado pelo Partido Socialista Italiano, porém Mussolini fez muito bem a “lição de casa” e tratou de articular-se

[...] com os desmobilizados: “O soldado deixa seu uniforme e torna-se um cidadão. Eis aí então que os aborrecimentos começam. O soldado que volta com a satisfação interna de ter cumprido o seu dever – o que lhe permite olhar de cima àqueles que não o fizeram – procura trabalho, e trabalho não tem. Dinheiro para viver, não há e dificilmente se encontra”. Enquanto Mussolini assume a defesa dos desmobilizados o PSI, sob o impacto do maximalismo, aprova moção impedindo a entrada no partido dos que foram intervencionistas. (DIAS, 2004b, p. 11, com trechos de Giachino Volpe).

Podemos agora estabelecer uma leitura da conjuntura do pós-primeira guerra na Itália. Talvez a melhor síntese desse período seja a constatação da ineficiência, ou melhor dizendo, do esgotamento do giolittismo¹⁵. A política de Giolitti é descrita da seguinte maneira:

A tarefa giolittiana é estabelecer uma hierarquia entre as várias classes e frações de classe e construir uma política que as integre assimetricamente ao Estado nacional, maximizando os lucros das classes dominantes. Nesse sentido, a reforma ou a repressão variaram de acordo com a escala de prioridades estabelecida e a conjuntura. A prioridade é dada ao capital financeiro, depois ao industrial, à propriedade fundiária capitalista e por fim à propriedade não-capitalista meridional (DIAS, 2000, p. 245).

Essa política de integração assimétrica, como bem disse Dias, também garantia algum avanço aos trabalhadores, dependendo da conjuntura e das prioridades. No entanto, as contradições do pós-guerra não permitiram que Giovanni Giolitti lograsse êxito. O líder liberal, que assumiu o posto de primeiro ministro pela quinta vez em 1920, viu sua tentativa de conciliação se esgotar já em 1921. Na realidade, o governo parlamentar liberal não era capaz de atender aos interesses divergentes. Os socialistas, por sua vez, divididos e imobilizados pelo reformismo, não foram capazes de aproveitar as oportunidades que tiveram de fazer a revolução. Todas essas contradições: crise econômica e social, esgotamento do modelo parlamentar liberal, e outras, como imobilismo do Partido Socialista Italiano, falta de relação orgânica entre o recém-criado Partido Comunista Italiano e a massa, formam o caldo político que abriu caminho para o fascismo marchar sobre Roma e tomar o poder na Itália.

Fare come in Russia: Do Biennio Rosso ao Fascismo

Penso ser importante nessa reconstrução histórica uma atenção especial ao “Biennio Rosso” (1919-1920) e ao fascismo.

¹⁵ Síntese de uma década de política italiana, a “era”giolittiana difere basicamente dos demais governos italianos pela tentativa largamente exitosa de obter o consentimento do todo nacional (DIAS, 2000, p. 245).

A crise econômica, a Guerra e a falência do liberalismo conduziram a Itália a uma grave conjuntura: além da econômica, a social e a política. Em contrapartida, a Revolução Russa de 1917, como já foi mencionado, abre uma onda revolucionária por todo o mundo e assim, como em inúmeros países, na Itália a palavra de ordem era “*Fare come in Russia*”. (DIAS, 2000, p. 252)

Em Turim, em 1917, as condições da economia deteriorada fizeram eclodir uma greve geral pelo pão. Barricadas tomam a cidade e os operários lutam contra aqueles que enriqueceram com a guerra à custa da pauperização da classe trabalhadora. A maioria dos dirigentes socialistas é presa e Gramsci assume a direção provisória da seção turinense do PSI (LAJOLO, 1982, p. 30).

Nesse período, Gramsci luta em dupla perspectiva: a primeira é atacar o governo de Giolitti e por outro lado enfrentar a direção reformista do Partido Socialista Italiano:

Objetivo explícito de seus ataques tornaram-se Giolitti e seu governo, ou seja, a ditadura de um homem só [...], por outro lado, os próprios dirigentes socialistas não são capazes de esboçar a “nova ordem” através de um sério processo de organização e de educação das massas [...] (LAJOLO, 1982, p. 30).

O partido socialista não foi capaz de ler, interpretar e intervir na realidade como a conjuntura exigia. Gramsci lia a conjuntura como revolucionária e procurava intervir no partido de forma a construir um consenso nessa perspectiva. No entanto, sua concepção não é a da maioria do partido e esse debate só fez acirrar as contradições entre reformistas e revolucionários. (LAJOLO, 1982, p. 33)

Nos acontecimentos de agosto de 1917, na greve geral que se iniciou na luta pelo pão, vários operários foram presos e mortos e nem os sindicatos, nem o partido socialista foram capazes de construir nenhuma resposta para as necessidades de luta dos trabalhadores (DIAS, 2000, p. 255).

A derrota de 1917 não significou o fim do movimento operário e das contradições que emergiram ainda mais profundas, com o término da grande Guerra. A Itália saiu exaurida do conflito e as crises econômica, social e política se acirraram. O Partido Socialista Italiano, imerso no imobilismo, não conseguiu forjar saídas, ou respostas políticas aos desafios da conjuntura.

Porém, dentro do partido houve uma fração, a corrente comunista, que procurou estabelecer um laço orgânico com a classe trabalhadora e traduzir a experiência dos soviets da Rússia para a realidade italiana. Para tanto, fundaram o *L'Ordine Nuovo*, no início de 1919,

“ [...] aceitando a fórmula jornalística e política idealizada por Gramsci”(LAJOLO, 1982, p. 33).

L'Ordine Nuovo foi uma empreitada de jovens militantes e intelectuais que juntos com Gramsci apresentaram à classe trabalhadora e ao público em geral uma revista semanal que se propunha educar a massa e forjar um vínculo orgânico com a classe operária turinense. Participaram da redação da revista, além de Gramsci, Angelo Tasca, Palmiro Togliatti e Humberto Terracini (COUTINHO, 2004, p. 37).

O próprio núcleo dirigente da revista expressava o debate e as divergências em torno de como deveria atuar o Partido Socialista Italiano. A formulação dos conselhos de fábrica como traduções dos conselhos soviéticos e como impulsionadores de uma nova sociabilidade que rompia a cisão entre economia e política e que, por isso, propunha uma nova democracia, a democracia operária, não era aceita nem por todos os membros da nova revista, nem dentro do partido.

Angelo Tasca divergia da proposta dos conselhos como alternativa ao partido. Ele entendia que a ação dos conselhos deveria ser restrita às questões sindicais e bem limitadas. Nessa perspectiva, para Tasca, os conselhos deveriam servir como instrumento de oxigenação e legitimação dos sindicatos, pois é dos sindicatos a tarefa de “permanecer como organizações fundamentais do trabalho” (DIAS, 2000, p. 260).

Amadeo Bordiga, que foi um dos principais líderes revolucionários do Partido Socialista Italiano, também divergiu da proposta dos conselhos. Para o autor, era tarefa do partido e não dos conselhos, dirigir a classe operária à revolução socialista. Sobre essa questão vale a pena ler o seguinte trecho de Dias:

Os textos de Bordiga se caracterizam por uma *singular ausência* e por uma *sintomática presença*. A ausência: de qualquer análise de conjuntura econômica, sobre o processo fabril, sobre as classes. A presença: de uma teoria a partir da qual se deduz e se enquadra a realidade. Como são importantes o partido e a revolução, todos os movimentos não dirigidos pelo partido são secundários (DIAS, 2000, p. 259 grifos do autor).

Para Bordiga, a conjuntura deve ser encaixada na teoria e não a teoria deve ser instrumento para a leitura da realidade e assim, “[...] os movimentos de massa são obviamente menores” que o partido, que é o guia da revolução (DIAS, 2000, p. 259).

O debate em torno dos conselhos se deu em conjunto com o avanço da crise econômica, social e política e das respostas que a classe operária foi capaz de produzir diante da grave situação.

A discussão dentro do partido e entre os editores da revista *L'Ordine Nuovo* acompanharam o desenvolvimento das lutas operárias. A primeira ideia de Gramsci a respeito dos conselhos pode ser caracterizada da seguinte forma:

Gramsci defende, com muita convicção, a ideia de que é preciso superar a pulverização dos sindicatos de categoria e constituir a aliança entre técnicos e operários através da organização dos conselhos de fábrica, baseados no exemplo dos soviets russos; os conselhos devem representar todos os empregados de uma fábrica, inclusive os não sindicalizados (LAJOLO, 1982, p. 34).

Os conselhos de fábrica seriam a tradução dos soviets e a revista *L'Ordine Nuovo*, o instrumento educador dos trabalhadores, que contribuiria para “criar nos operários e nos intelectuais a consciência coletiva para a aproximação da hora decisiva” (LAJOLO, 1982, p. 34).

À medida que a relação de Gramsci com os operários se tornou mais orgânica, que o movimento avança em direção da tomada das fábricas, ele percebe que a relação de educação do *L'Ordine Nuovo* com os trabalhadores da fábrica era mais complexa, pois “[...] os trabalhadores fabris já eram dotados de certo conhecimento profissional específico. [E] o trabalho tecnicamente qualificado e produtivo deveria se vincular a um conhecimento mais amplo de cultura científica e humanística [...]” (DEL ROIO, 2006, p. 314).

Contudo antes desse salto compreensivo, cabe descrever como se desenvolveram as lutas nas fábricas, como os burgueses industriais, os sindicatos e o partido reagiram aos acontecimentos.

Em setembro de 1919, alguns meses após o início das publicações do “*L'Ordine Nuovo*”, a primeira empresa incorpora a proposta de conselho inspirada nas ideias de Gramsci e do jornal. Na metalúrgica Brevetti-Fiat, os operários, sindicalizados ou não, elegeram a primeira comissão de fábrica. (LAJOLO, 1982, p. 36)

A eleição dos conselhos nas mais diversas fábricas avançou e em novembro já são pelo menos trinta e duas fábricas com conselhos de fábricas eleitos, representando cinquenta mil operários. Em 6 de novembro, em um informe de uma reunião Gramsci define os “[...] novos organismos como o sistema de instituições operárias que prefiguram o Estado revolucionário [...]” (LAJOLO, 1982, p. 36).

O avanço dos conselhos não foi só uma obra da propaganda do *L'Ordine Nuovo*, mas foi também tradução das lutas e das greves operárias que fomentaram a construção e legitimação dos conselhos. Na medida em que a luta avançou e os ânimos se acirraram, as antigas comissões internas que eram ligadas aos sindicatos e serviram de correias de

transmissão da política estatal e sindical foram progressivamente substituídas pelas comissões de fábrica. (DIAS, 2000, p. 261).

Na medida em que os trabalhadores avançaram, que a luta de classes se acirrou, a questão dos conselhos passou a incomodar não só os sindicatos e o Partido Socialista Italiano. O patronato também se voltou contra as comissões de fábrica.

Em uma assembleia da Confindustria, entidade representativa do patronato, no dia 7 de março de 1920, seu secretário geral apresenta sua posição: “[...] não é possível que nas fábricas se constitua um organismo que se proponha e pretenda atuar e decidir à margem e, em certo sentido, sobre os órgãos diretivos das fábricas (DIAS, 2000, p. 262)”.

Os patrões entenderam exatamente do que se tratavam a nova forma de se organizar dos trabalhadores e passaram a ser mais uma força contrária às comissões internas tradicionais e aos conselhos. Os sindicatos eram contra, a direita do partido era contra e parte da esquerda do partido era contra representada, entre outros, por Bordiga e Tasca.

Ainda em março explode a greve metalúrgica – a greve dos ponteiros¹⁶ – e os patrões reagem com o fechamento das fábricas. Em contrapartida, os trabalhadores não recuam e declaram greve geral (LAJOLO, 1982, p. 39-40).

Entre as negociações e o avanço da greve sobre algumas regiões da Itália, entre idas e vindas, foi marcado o grande ponto de divergência entre patrões e operários. A luta era pelo controle político dos meios de produção. A greve avançou fortemente em algumas regiões do país, assim como as *serratas* (nome dado ao movimento das fábricas sendo fechadas pelos patrões). A cidade de Turim e outras cidades, bem como as fábricas, foram tomadas pela polícia, demonstrando de que lado estava o Estado.

A greve dos trabalhadores das indústrias também despertou uma grande greve nas regiões camponesas que pararam milhares trabalhadores do campo. Embora não tenham conseguido articular uma luta conjunta entre os dois movimentos – algo que foi tentado pelo grupo turinense – trabalhadores do campo e operários das fábricas cruzaram os braços (DIAS, 2000, p. 264-265).

O entrave das negociações para o encerramento do movimento estava centrado no papel das comissões internas. O patronato não queria que tais comissões intervissem nas fábricas no horário de trabalho, e sequer ventilavam a hipótese de aceitar a substituição desses velhos organismos pelas novas *comissões de fábricas*, propostas pelos trabalhadores e pelo *L'Ordine Nuovo* (DIAS, 2000, p. 264-265).

¹⁶ Greve contra a aplicação da hora legal. LAJOLO, Laurana. *Antonio Gramsci: uma vida*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 39

A greve, embora tenha alcançado um grande número de operários e trabalhadores do campo, precisava avançar por todo o país para poder fazer frente ao poder dos patrões e do Estado. E, nesse sentido, a posição das centrais sindicais e do Partido Socialista Italiano era decisiva. A principal central sindical e o Partido Socialista Italiano não decepcionam, ou seja, mantêm a velha postura reformista e permanecem alinhados com as autoridades e os industriais. Vejamos:

Diante do enrijecimento dos industriais cabia às forças operárias obter apoio das demais regiões italianas. A “velha e prudente guarda reformista” da CGT – como exemplarmente a chama Abrate – esperava ansiosamente esse momento: era hora de reduzir os “rebeldes turinenses” à disciplina. A CGT impede a ajuda das demais regiões. O PSI intervém no mesmo sentido (DIAS, 2000, p. 265).

A greve foi derrotada. Os industriais, através de seu principal porta voz, Olivetti, declararam não admitir discussões em horário de trabalho e restabeleceram o poder patronal nas fábricas. O acordo de retorno ao trabalho é muito ruim para os trabalhadores que, apesar de manterem as comissões internas e as comissões de fábrica, estas perderam o controle que tinham do sistema produtivo (DIAS, 2000, p. 265-266).

Após a derrota de abril há uma pequena retração do movimento operário que logo toma fôlego outra vez. Por outro lado, os patrões aprofundaram também suas articulações para se fortalecerem e se articularem sempre em busca do objetivo principal que era impedir o controle operário da produção, além, é claro, de tentarem manter altas taxas de produtividade e de exploração (DIAS, 2000, p. 267).

Em julho de 1920, após negociações em torno de questões salariais, operários e patrões não chegam a acordo nenhum e os dirigentes operários passam a praticar o obstrucionismo, em alternativa a uma greve longa e pesada. Tal tática gera grandes prejuízos para o patronato e, em agosto do mesmo ano, estes declaram a *serrata*, ou seja, a greve patronal que fecha as fábricas. Os trabalhadores deixam a defensiva e ocupam as fábricas:

Os operários tomam todas as fábricas metal-mecânicas, passando assim à ofensiva. A ocupação das fábricas é uma tática nova na luta de classes. Até aquele momento. Até aquele momento, a classe, mesmo quando estava em luta, o fazia sempre na defensiva. Declaravam-se em greve, as fábricas eram ocupadas pelas tropas. Os operários dispersos em seus bairros careciam de coesão. Turim é o mais célebre, mas não o primeiro episódio de tomada das fábricas. A novidade turinense é a generalização das ocupações: são ocupadas seis fábricas de automóveis, seis de borrachas e afins, uma de aviões, nove de carrocerias, 24 de confecções e calçados e 81 mecânicas e fundições, sete de fornecimentos militares. Total: 134 empresas ocupadas. Além disso sob o controle dos CFs estão 22 empresas químicas, 16 lanifícios, 36 cotonifícios e 47 empresas diversas (entre as quais oito de gás, elétricas e transportes) e mais 43 tipografias controladas pela Federazione

del Libro. Entre empresas ocupadas e geridas e controladas pelos operários, em Turim e região, estão 291 empresas (DIAS, 2000, p. 268).

A novidade do movimento de Turim foi sua amplitude, mas não só! Em poucas horas, como diz o excerto acima, 291 empresas ficaram sob o controle dos operários. No entanto, não foi só essa a novidade: era nova também a mentalidade.

Nesse momento, o movimento não era mais uma luta reivindicatória, e nesse sentido negativa e passiva, mas uma luta ativa, em que o central não era mais reivindicar algo ao patrão, mas substituir o poder patronal pelo poder operário: “[...] os operários da vanguarda falam de ‘ocupação armada’ e tratam de formar as ‘*squadre armate*’ ainda que rudimentares. Fabricar armas, realizar turnos de guarda [...]. E manter a produção” (DIAS, 2000, p. 269).

Ao final de uma semana trata-se de 600 mil operários ocupando e gerindo fábricas. Os industriais acusam o governo de imobilismo. O governo Giolitti “[...] percebe que não pode se opor pela força a um movimento de meio milhão de operários armados” (DIAS, 2000, p. 269).

Os operários estavam armados, gerindo e controlando politicamente a produção. No entanto, “[...] a ocupação não pode ser permanente se o Estado e seus aparelhos permanecem nas mãos dos capitalistas. A situação parece madura para uma ligação com o proletariado rural e com os setores médios” (DIAS, 2000, p. 269).

Em Turim o movimento era dirigido pelo *L’Ordine Nuovo* e pela *Il Soviet*¹⁷. Em outras cidades, a direção era de grupos esquerdos também minoritários no cenário nacional. As direções das massas italianas continuavam sendo reformistas, ligadas as centrais sindicais tradicionais e ao Partido Socialista Italiano, que desde o início do movimento agiram para conter o ímpeto revolucionário das ocupações.

No período da ocupação, o semanário *L’Ordine Nuovo* fechou a redação e transferiu seus trabalhos para as ocupações, focados diretamente nas ações das fábricas. O posicionamento de Gramsci sobre a experiência dos conselhos de fábrica sempre foi positivo e vamos retomar essa discussão nas próximas sessões. Contudo podemos adiantar que o autor pensava os conselhos como uma ação revolucionária que propunha uma nova relação entre economia e política e também uma nova relação educativa entre direções revolucionárias e trabalhadores operários.

A centralidade da fábrica e a não distinção entre economia e política, entre educador e educando e entre dirigentes e dirigidos eram, ao juízo de Gramsci, a fórmula da revolução, da nova ordem, que tão bem foi traduzida pelos conselhos de fábrica (DIAS, 2000).

¹⁷ Corrente ligada a Amadeo Bordiga.

No entanto, a avaliação de Gramsci e do *L'Ordine Nuovo*, não era a mesma avaliação de quem tinha a maior influência sobre os operários. As centrais reformistas e o Partido Socialista Italiano não apoiavam o movimento e a revolução. Queriam manter a luta restrita às reivindicações econômico-corporativas. O partido sequer quis pensar em dirigir o movimento, “[...] a direção do partido abdica essa tarefa. E o conflito é levado ao conselho nacional da CGT. A direção do PSI propõe a transformação da ocupação em invasão de todas as fábricas e de todos os campos. Feita a votação, a ‘revolução’ é derrotada: 591.245 votos contra, 409.569 a favor, 93.623 abstenções (DIAS, 2000, p. 270)”.

O movimento chegou ao fim sem motivos para comemorar. Os operários não conseguiram fazer a revolução, o Partido Socialista Italiano saiu desgastado, os industriais cederam muito mais que gostariam e o governo deu sinais do seu total desgaste. Estavam abertas as bases da cisão comunista à esquerda e da ascensão fascista à direita.

A fundação do fascismo – não por acaso – datou do dia 23 de março de 1919, também em Turim. Emergiu uma terceira via na luta política italiana, que se reuniu sob a direção de Mussolini. Os participantes somaram pouco mais de uma centena, preocupados em “[...] reunir as forças da esquerda intervencionista e combatente para defender a guerra, valorizar a vitória e lutar contra o bolchevismo” (FELICE; GENTILE, 1988, p. 7).

Embora o fascismo surja de reunião que contou com a participação de indivíduos oriundos da esquerda, não se pode confundir o fascismo com uma facção da esquerda, ou com um grupo da esquerda. O próprio Mussolini caracterizava o fascismo como um movimento político “sem preconceitos ideológicos”, um “movimento pragmático”, ou seja, uma demarcação e diferenciação importante em relação ao que era a esquerda, seja a esquerda socialista, seja a esquerda radical bolchevista que construiu a cisão comunista mais ou menos no mesmo período (FELICE; GENTILE, 1988, p. 7).

Em 23 de março, algumas poucas centenas de pessoas se reuniram sob o comando de Mussolini, para fundarem o fascismo. Em dezembro, o fascismo tinha 31 *Fasci*, com 870 inscritos. Em novembro de 1921, o movimento se transformou em um partido com 320.000 inscritos e 2200 *Fasci*. Um ano depois, Mussolini foi “convidado pelo Rei para construir um novo governo” (FELICE; GENTILE, 1988, p.7).

Já mencionei anteriormente as profundas contradições em que foi forjado o Estado Nação Italiano, bem como se deu de forma precária sua industrialização, se comparada com a industrialização das grandes potências europeias. Também citei a mal sucedida política de integração assimétrica da classe trabalhadora na industrialização e na política, promovida pelo governo liberal.

A burguesia liberal do período da ascensão fascista na Itália procurou atribuir o terror vivido pela população como uma reação à agressividade do movimento operário. No entanto, “[...] o problema residia em que a posição subordinada da Itália no bloco imperialista tornava impossível qualquer eficácia da burguesia” (DIAS, 2000, p. 221).

A crise econômica e a crise política pareceu empurrarem a Itália para duas vias reacionárias. “A agressão externa e o terror interno”. A agressão externa teria a finalidade de ‘resolver’ as questões econômicas internas pelo saque dos países vizinhos e a agressão interna objetivou enquadrar o movimento operário (DIAS, 2000, p. 222).

O slogan foi o da ordem, porém, o Estado liberal não tinha como enquadrar nada. Essa situação pareceu ou mesmo serviu para legitimar o fascismo como movimento que se propunha como uma terceira via: antiliberal, contra o Estado, nacionalista e que não respeitava as leis vigentes.

Para ser mais preciso, o fascismo dizia propor um “Estado novo”, e com essa palavra de ordem soube “[...] intuir o potencial revolucionário das camadas médias e proclamou-se explicitamente o partido das classes médias, que munuiu-se de uma elite revolucionária especializada na política de massa e métodos de guerra aplicados à luta política [...]” (FELICE; GENTILE, 1988, p. 27).

Como já citado, Mussolini soube incluir os ex-combatentes de guerra nas fileiras do fascismo. Esses que foram “[...] rejeitados pelo Partido Socialista pela sua propaganda antimilitarista e antinacional e pelo desprezo em relação aos veteranos, esta massa de ex-combatentes e de oficiais desmobilizados constituiu o reservatório para o recrutamento dos ‘camisas negras’ esquadristas” (FELICE; GENTILE, 1988, p. 28).

Quando se constituiu como partido, em novembro de 1921, o fascismo oficializou sua grande novidade em relação aos outros partidos. Era um partido com uma base armada. Seu novo estatuto, aprovado em congresso, oficializou “[...] na sua estrutura, a organização militar das ‘esquadrilhas de ação’, na medida em que integrava formalmente em uma direção unitária as várias componentes do ‘movimento’, surgida ao lado dos Fasci, e o grupo parlamentar eleito em 1921[...]” (FELICE; GENTILE, 1988, p. 29).

As bases do fascismo como regime totalitário podem então ser encontradas já na formação do partido, quando esse legitima a existência de sua base armada, ilegal e anti-estado liberal.

Antes mesmo de se tornar partido, ou seja, enquanto movimento armado, o fascismo emerge como força política, anti-status quo, antiliberalismo, antibolchevismo e antidemocracia. Em abril de 1919 “[...] invadiram o escritório do jornal socialista *Avanti*, em

Milão, [...] destruíram todo o equipamento. Quatro pessoas foram mortas, inclusive um soldado, e trinta e nove ficaram feridas” (PAXTON, 2007, p. 19).

O fascismo e sua forma de fazer política eram uma novidade e uma novidade muito difícil de ser compreendida. Em seu livro “A anatomia do Fascismo”, Paxton (2007) demonstra como o fascismo foi se construindo ao longo do período em que existiu na Itália, forjando-se de acordo com as necessidades e com as conjunturas, sujeito, evidentemente, as contradições e conflitos internos e externos.

A Internacional Comunista, por exemplo, identificou, por muito tempo, a social democracia como sendo a principal inimiga dos comunistas. Segundo essa análise, a crise econômica do capital era revolucionária, no entanto, as políticas reformistas da social democracia atravancavam a possível revolução comunista (DEL ROIO, 2006).

Gramsci foi um dos primeiros a identificar o risco do fascismo. Em um texto de 27 de julho de 1921, ou seja, mais de um ano antes da chegada do fascismo ao poder, o jovem comunista escrevia:

[...] Inteiras regiões são postas a ferro e fogo pela guarda branca, a atividade sindical está completamente destroçada, não subsiste mais nenhuma garantia constitucional para os indivíduos e as associações, os operários e camponeses são fuzilados impunemente por bandidos armados mercenários que se deslocam livremente de província a província e de região a região [...] Existe a possibilidade de um golpe de Estado? [...] Este é o ambiente do golpe de Estado, não é ainda o golpe de Estado em sua plena execução. Ainda existe Parlamento, o governo ainda é escolhido e controlado pelo Parlamento, nenhuma lei excepcional aboliu até agora as garantias constitucionais. Mas é possível imaginar que a atual situação de fato possa durar por muito tempo? (GRAMSCI, 2004, v.2 EP, p. 77-78).

O Fascismo chegou ao poder no dia 30 de outubro de 1922, com a nomeação de Mussolini para chefe de gabinete do governo, feita pelo Rei Vitor Emanuel III. Dias antes, mais precisamente no dia 28, houve o movimento fascista conhecido como “Marcha sobre Roma”¹⁸. Os números e a importância dessa marcha são controversos.

A propaganda fascista inflou os números da marcha e sempre atribuiu uma importância exagerada ao movimento advogando e sugerindo que houvera uma tomada do poder pelos fascistas em marcha.

No entanto, visões mais realistas indicam que “[...] apenas cerca de 9 mil Camisetas Negras estavam de fato presentes nos portões de Roma na manhã de 28 de outubro” (PAXTON, 2007, p. 154).

¹⁸ Marcha sobre Roma foi um movimento realizado pelos fascistas, no dia 28 de outubro de 1922, do interior para a capital do país com militantes armados, na tentativa de pressionar o governo. O movimento resultou na indicação de Mussolini à chefia de gabinete do governo.

Nove mil camisetas negras podem parecer um número muito grande de militantes armados, porém as forças do governo contavam com “[...] 9500 soldados experientes, trezentos cavalarianos, mais de 11 mil policiais. Contava com a vantagem de que suas forças eram bem alimentadas e bem armadas, e com linhas internas de comunicação e defesa” (PAXTON, 2007, p. 154).

Em que pese toda essa superioridade, o Rei se recusou a assinar o decreto de lei marcial que autorizava as forças da ordem a agir. Isso poderia fortalecer a ideia de que as forças fascistas conseguiram impor-se pela força. A força teve importância, mas “[...] não foi o poderio fascista que solucionou a questão, mas sim a relutância dos conservadores de testar o próprio poderio contra o deles” (PAXTON, 2007, p. 155-156).

E foi essa falta de atitude que possibilitou o “[...] blefe gigantesco que acabou funcionando, e que ainda funciona na ideia que o grande público faz da ‘tomada do poder’ pelos fascistas”. Em outras palavras a Marcha sobre Roma foi um grande engodo de Mussolini! (PAXTON, 2007, p.156).

Porém, aquilo que começou como farsa se materializou em realidade imediatamente após a chegada de Mussolini ao gabinete do governo. Ainda em 31 de outubro “[...] cerca de 10 mil Camisas Negras, já então alimentados e providos de roupas secas, receberam como prêmio de consolação a permissão para realizar uma parada pelas ruas de Roma, onde provocaram incidentes sangrentos” (PAXTON, 2007, p.156).

A aparente normalidade institucional vai sendo substituída pela fascistização progressiva da sociedade italiana. Com Mussolini no poder, o partido fascista foi impondo seu regime totalitário, desprezando as liberdades individuais, perseguindo todos os que se colocam contra o regime. As instituições vão sendo substituídas e absorvidas pelo fascismo.

Do dia 30 de outubro de 1922, data em que Mussolini assumiu o poder, ao dia 31 de outubro de 1926, tem-se exatamente 4 anos. Foi esse o período que o fascismo levou para completar a transição do regime democrático para a ditadura fascista. Após um controverso atentado contra a vida de Mussolini, as últimas garantias constitucionais são suspensas. No dia 8 de novembro, as 22:30, Gramsci é preso em casa. No dia 9, sem os deputados da oposição, o parlamento vota pelo fim das últimas garantias individuais e liberdades políticas.

Outro período importante a se considerar são os cinco anos que separaram o texto do jovem Gramsci, “Golpe de Estado”, já mencionado anteriormente, e a efetivação da ditadura fascista. Naquele texto o jovem sardo já considerava muito provável a quebra da institucionalidade e a ditadura fascista (GRAMSCI, 2004, v.2 EP).

Em outro texto de juventude – Os dois Fascismos – o autor discutiu as contradições entre as duas principais bases do fascismo, a pequena burguesia urbana e os grandes e pequenos proprietários rurais, demonstrando as divergências fascistas na medida em que esses conseguiam conquistar uma base parlamentar e, com isso, tentavam pacificar os movimentos fascistas armados (GRAMSCI, 2004, v.2 EP).

Na prisão, nos Cadernos do Cárcere, Gramsci vai sofisticar sua interpretação sobre o fascismo, e discuti-lo a partir da categoria Revolução Passiva. Refletindo sobre como foi possível a ascensão fascista, o autor vai pensar o fascismo como uma reação conservadora, ou melhor, como uma possível atualização ou reestruturação do bloco de poder hegemônico que dirige a Itália para a classe dominante, fazendo uma distinção entre grupo dirigente e classe dominante (SPAGNOLO, 2017, p. 283-287).

Gramsci se pergunta em uma nota de tipo A: “O fascismo não seria precisamente a forma de ‘revolução passiva’ própria do século XX, como o liberalismo era do século XIX?” (GRAMSCI, 1975, Q. 8, § 236, p. 1089)¹⁹. E em sua reescrita, na nota de tipo C, diz o autor:

Na Europa de 1789 a 1870, houve uma guerra de movimento (política) na Revolução Francesa e uma longa guerra de posição de 1815 a 1870; na época atual, a guerra ocorreu politicamente de março de 1917 a março de 1921, sendo seguida por uma guerra de posição cujo representante, além de prático (para Itália), ideológico (para a Europa), é fascismo (GRAMSCI, 2004, v.1, Q.10 I, § 9, p.301).

Na nota selecionada, o autor sugere que o fascismo cumpre o papel que o liberalismo cumpriu no século anterior, como restauração, como “revolução passiva”, como “guerra de posição”, na interpretação de Del Roio:

[...] o fascismo pode ser percebido como uma reação à difusão e ao impacto da revolução socialista, cujo epicentro fora a Rússia, e que vive sua própria restauração no período staliniano. Diante da pressão operária, que não se mostrou em condições de efetivar a revolução socialista, as classes dirigentes italianas encontraram no fascismo uma possibilidade de reencontrar sua unidade, redefinindo as relações entre as frações de classe e constituindo uma base de consenso de massa entre o conjunto dos proprietários. O fascismo também redefiniu o perfil da indústria e da massa trabalhadora (DEL ROIO, 2006 a, p. 1).

Retomaremos esse tema, de forma indireta, na sessão que discute a Revolução e a Revolução na Itália. Podemos encerrar dizendo que, como prática e como ideologia, o fascismo deixou uma série de vítimas, incluindo Gramsci e o próprio continente Europeu, vítima da Segunda Guerra. Mas, de qualquer maneira, talvez tenha cumprido o papel de estancar as revoluções comunistas e manter o poder burguês.

¹⁹ Única referência direta da edição italiana dos Cadernos do Cárcere. Edição Crítica de Valentino Gerratana.

III GRAMSCI E O ESTADO

A sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou [...] (MARX; ENGELS, 1998, p. 45)

O mito grego a respeito da criação da terra e do ser humano nos conta que um deus – desconhecido – resolveu, em algum momento, tratar de acertar o caos em que se encontrava a Terra. Após separar os elementos – terra, ar, mar – e ordená-los, “determinou aos rios e lagos seus lugares, levantou montanhas, escavou vales [...] os peixes tomaram posse do mar, as aves, do ar e os quadrúpedes, da terra”. (BULFINCH, 2000, p. 20)

A construção divina era perfeita, no entanto, ainda faltava um animal mais nobre. Assim, Prometeu e Epimeteu – que eram irmãos Titãs – juntaram água e terra e fizeram o homem à imagem e semelhança dos deuses. (Idem)

Diferente do homem, a mulher fora feita no céu, pelos deuses, e mandada à Terra a Epimeteu, que prontamente a aceitou. Junto com a mulher, foi mandada uma caixa em que eram guardados artigos malignos. Pandora, mesmo advertida para não abrir a caixa, sucumbiu à curiosidade, e, ao tentar espiar o que havia dentro, espalhou por toda parte uma multidão de pragas que atingiram o desgraçado homem. (Idem)

A ideia da caixa de Pandora é interessante e nos lembra do excerto, na epígrafe desta seção, em que Marx se refere a um mago, ou mais precisamente um feiticeiro, que não controla mais as forças que libertou.

A burguesia, semelhante ao feiticeiro, liberou “poderes infernais”, que não controla mais. No caso do mito grego, o contraponto estaria na esperança, já que o homem, embora assolado por toda a maldade e infortúnio, ainda a mantém. No caso da dialética de Marx, as forças infernais que a burguesia liberou criaram a força política contrária capaz de controlar com rédeas curtas a anarquia capitalista e empunhar as próprias armas forjadas pela burguesia contra ela. Vejamos o que diz Marx:

As armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia. [Ela], porém, não se limitou a forjar as armas que lhe trarão a morte; produziu os homens que empunharão essas armas - os operários modernos, os proletários. (MARX; ENGELS, 1998, p. 45-46)

Marx e Engels não expõem no Manifesto Comunista uma profecia, mas uma análise científica do desenvolvimento das forças produtivas, que indica as classes fundamentais no

sistema capitalista de produção e aponta também seus interesses antagônicos, que levarão à luta política.

A caixa de Pandora não guardava apenas males, mas também a esperança – com seu caráter contraditório, já que pode tanto manter ingenuidade, quanto dar forças para superar adversidades. No caso da burguesia, os autores do manifesto reconhecem também que suas forças infernais produziram avanços:

A burguesia desempenhou na história um papel iminente revolucionário. Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais”, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista”. (MARX; ENGELS, 1998, p. 42)

Embora revolucionária, a burguesia mantém a exploração, a sociedade cindida em classes e, como não pode controlar as contradições que produz, à medida que desenvolve as forças produtivas, desenvolve também o seu contrário, qual seja, os proletários.

[...] de tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. Esta união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria e que permitem o contato entre operários de diferentes localidades. (Idem, p. 48)

A luta política da classe proletária e sua organização em partido político, embora dificultadas pela concorrência e divergências existentes no próprio seio da classe, tenderiam a tomar cada vez mais volume e se acirrar. Isso porque ao proletário não há outra saída, pois:

[...] não tem propriedade; suas relações com a mulher e os filhos já nada têm em comum com as relações familiares burguesas. O trabalho industrial moderno, a subjugação do operário ao capital, tanto na Inglaterra como na França, na América como na Alemanha, despoja o proletariado de todo o caráter nacional. As leis, a moral, a religião são para ele meros preconceitos burgueses, atrás dos quais se ocultam outros tantos interesses burgueses. (Idem, p. 49)

Acontece que as forças produtivas têm se desenvolvido nos marcos do sistema capitalista industrial burguês; a classe proletária continua na condição de subalterna e a revolução comunista em escala global não aconteceu – a experiência Russa e do Leste Europeu foram derrotadas!

Já nos fins do século XIX, olhares desatentos aos escritos de Marx e Engels sugeriram que as teorias de ambos precisariam ser revistas, já que suas “previsões” não tinham se cumprido²⁰.

O debate sobre esse tema tomou conta da Segunda Internacional e até hoje são constantes essas críticas. Não interessa aqui repetir ou refutar essas críticas, mas lembrar apenas de uma questão central, que talvez tenha passado despercebida por alguns intérpretes, mas não por Antonio Gramsci. Esclareço!

A condição do proletariado descrita por Marx é fruto das contradições e da evolução do modo de produção capitalista, mas não só. É fruto também da luta política, ou seja, “[...] toda luta de classes é uma luta política!”. (MARX; ENGELS, 1998 p. 48)

Essa luta política, luta de classes, tem razão de ser, porque a burguesia e seu sistema de produção têm necessidades, quais sejam: “[...] a burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais”. (Idem, p. 43)

É próprio do capitalismo revolucionar constantemente a produção e as relações sociais, entre outras coisas, para manter a subalternidade da classe operária. É no contexto da luta em que as classes fundamentais se enfrentam que a burguesia utiliza suas armas para construir cotidianamente a subalternização da classe que lhe é antagônica.

E nessa luta de vida ou morte da burguesia, enquanto classe hegemônica, ela se utiliza de muitos instrumentos para manter sua condição de domínio e direção. O organismo social fundamental que cumpre essa tarefa é o Estado, que, segundo Marx e Engels, não é “[...] senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.” (Idem, p. 42)

Então a sociedade burguesa moderna se assemelha ao feiticeiro descontrolado, como bem afirma Marx, só na aparência. Ou poderíamos dizer que o descontrole do feiticeiro é só aparente, pois ele ainda possui um instrumento “mágico” poderoso, o Estado. No entanto, também não podemos incorrer no erro inverso; o mais correto seria dizer que o feiticeiro controla um instrumento poderoso, mas que esse pode ser disputado.

Em meio à “anarquia” econômica do capitalismo industrial, com sua lógica de exploração que concentra riqueza nas mãos de poucos e espalha miséria para muitos, se apresenta a possibilidade de uma transformação social, mas também, contraditoriamente, se desenvolvem as condições para a classe hegemônica manter seus domínios e sua direção

²⁰ Uma boa referência sobre esse tema do revisionismo é o livro de Galastri. No livro, o autor apresenta o que ele chama de revisionismo latino, e a influência que esse debate teve na obra de Antonio Gramsci. Cf. GALASTRI, Leandro. *Gramsci, Marxismo e Revisionismo*. Campinas: Autores Associados, 2015,

através do Estado moderno capitalista. É por meio dele que cotidianamente a burguesia constrói a reprodução de sua forma societal, mantendo as classes antagônicas na subalternidade.

Esse raciocínio nos leva a pensar de forma mais complexa as relações entre superestrutura e infraestrutura. A economia é a base social, no entanto, a superestrutura não é um simples reflexo da base econômica. Muitos socialistas, das mais variadas vertentes, acabaram por traduzir erroneamente os escritos de Marx e Engels por imaginar que a queda do capitalismo era uma profecia que se cumpriria por conta das contradições intrínsecas à lógica econômica e que a luta política era algo secundário.

Gramsci se erguerá contra o economicismo vulgar de Bukarin e contra o revisionismo das mais variadas vertentes.

Ao se debruçar sobre a questão dos intelectuais, acabou por conectá-la com a questão do Estado e, a partir disso, reelabora uma teoria ou uma noção de Estado que se atualiza marxianamente. Em uma conhecida carta à sua cunhada Tatiana, de 7 de setembro de 1931, ele escreve:

[...] Gostaria de responder alguns pontos de sua carta de 28 de agosto, na qual menciona algo a respeito de meu trabalho sobre os “intelectuais italianos” [...]. [...] eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercivo, para moldar a massa popular segundo um tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais [...]. (GRAMSCI, 2005 v 2, CC p. 83-84)

Essa carta, juntamente com algumas outras notas, serviu para que se cunhasse a expressão “Estado ampliado” com referência à noção de Estado gramsciana. A primeira a utilizar esse termo foi Buci-Gluscksmann (1980); no entanto, há certa polêmica sobre se essa categoria seria a mais adequada para referir-se à noção descrita no cárcere. Assim, utilizarei “Estado integral”, - termo mais utilizado por Gramsci - para me referir à ampliação descrita pelo autor.

Veja que a carta demonstra a preocupação do autor italiano com a questão até aqui exposta, qual seja, a do papel do Estado na reprodução da forma societal capitalista. Gramsci dirá que o Estado não é só aquele que conhecemos *stricto sensu*, o que coage para moldar as

massas, o que domina, mas é um equilíbrio entre este e os aparelhos de hegemonia ditos privados, como igreja, escola, sindicatos etc.

Então – para Gramsci – se quisermos entender a escola, ou entendermos a questão dos intelectuais, ou como forjar outra forma societal, ou seja, fazer a revolução; temos que entender o que é esse novo Estado do século XX, compreendê-lo em seu sentido integral.

Para tanto, Liguori (2007) lembra que Gramsci, em seus estudos sobre o Estado, ampliou essa categoria em duas direções: “[...] a) a compreensão da nova relação entre política e economia” e b) “[...] a compreensão da nova relação entre ‘sociedade política’ e ‘sociedade civil’” (p. 13-14)

A importância dessa nova relação entre política e economia era combater, como já citado, a vertente economicista vulgar que imaginava que o capitalismo se destruiria apenas pelas suas contradições econômicas, independentemente da atividade política.

No entanto, por outro lado, não se pode cair em um politicismo ou idealismo que imagina o Estado independentemente das relações econômicas de produção. Entender o Estado, que tem garantido a subalternidade e a hegemonia da burguesia, exige uma reflexão dialética.

Liguori (2007) mostra algumas notas de Gramsci que vão por esse caminho: o de refutar qualquer noção de Estado como “sujeito do modo de produção”. (p. 14)

O Estado então se apresenta como “expressão da situação econômica” (Ibidem), como esclarece Gramsci:

Era arbitrária a teoria de Ricardo e é arbitrária a solução mais precisa dada pela economia crítica? [...] Seria necessário estudar bastante a teoria de Ricardo, sobretudo a teoria de Ricardo acerca do Estado como agente econômico, como força que garante o direito de propriedade, isto é, o monopólio dos meios de produção. Certamente, o Estado não produz *ut sic* a situação econômica, mas é expressão da situação econômica; todavia, pode-se falar do Estado como agente econômico precisamente enquanto o Estado é sinônimo de tal situação. (GRAMSCI, 2004. v1, Q. 10, II, §41, VI, p. 379)

A crítica a Ricardo e à economia liberal acentua claramente o papel do Estado como expressão de determinadas relações de produção, como instrumento dessas relações, mas que, todavia, pode também, a partir dessa expressão, assumir o papel de agente econômico.

Caminhando ainda pela trilha sugerida por Liguori (2007, p. 15) e rastreando outra nota de Gramsci, pode-se compreender em que sentido segue a análise desse último:

A concepção de Estado segundo a função produtiva das classes sociais não pode ser aplicada mecanicamente à interpretação da história italiana e europeia desde a Revolução Francesa até todo o século XIX. Embora seja certo que, para as classes fundamentais produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno), o Estado só é concebível como forma concreta de um

determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção, disso não deriva que a relação de meio e fim seja facilmente determinável e assumo o aspecto de um esquema simples e óbvio à primeira vista. É verdade que conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis; [...] na realidade, somente nessa coincidência é que reside a unidade da classe dominante, a qual é, ao mesmo tempo, econômica e política; mas se manifesta o complexo problema da correlação de forças internas ao país em questão [...] (GRAMSCI, 2004.v.1, Q. 10, II, § 61, p. 428)

O debate gramsciano em relação ao Estado começa a tomar contorno, pelo menos até aqui, no sentido da sua relação com a economia. Esse organismo capaz de garantir ou contribuir decisivamente com a reprodução da sociedade capitalista, tem relação orgânica direta com a economia, no entanto, não se resume a um mero reflexo dessa. Vejamos:

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil de identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva [...]. (GRAMSCI, 2000 v 3, Q. 13, §18, p. 47)

A política econômica liberal de não intervenção do Estado na economia, em última instância, não deixa de ser justamente a política econômica de determinada classe sendo aplicada pelo Estado por meio de seus poderes, que legisla, executa e coage.

O erro dos liberais é o de tomar uma separação que é apenas metodológica, ou seja, do nível da análise, para tentar transformá-la em uma distinção concreta, real, orgânica.

A dialética de Gramsci ajuda a desvendar a primeira das metamorfoses do Estado, qual seja, as transformações ocorridas no interior do Estado capitalista do século XX. Com Liguori (2007), concordamos que

É a partir da não separação “ontológica” de Estado e sociedade civil e de política e economia que Gramsci pode captar o novo papel que o político assume do século XX, seja em relação à produção econômica, seja – consequentemente – em relação à composição de classe da sociedade. (p. 17)

O Estado capitalista se transforma na medida em que a burguesia se consolida como classe hegemônica e só com uma visão dialética, que tome a economia e a política como unidade e distinção, é que se pode conseguir captar esse movimento do real.

Essa é uma tarefa importante porque é parte da compreensão do real para a formulação tática e estratégica da constituição de uma ação revolucionária. As classes antagônicas

encontram-se em situações distintas; à burguesia basta manter o seu poder, seu domínio e o consenso em torno de si, ou melhor dizendo, manter sua hegemonia.

Para as classes subalternas, trata-se da construção de outra hegemonia, de outra forma civilizatória, de tornar-se Estado. Para essa tarefa é preciso compreender que a separação orgânica entre economia e política deve ser refutada, assim como a separação entre a sociedade política e sociedade civil.

É também no terreno da sociedade civil que se aplicam políticas estatais de caráter hegemônico. Por meio dos aparelhos de hegemonia ditos privados, que também fazem parte do Estado, a burguesia constrói cotidianamente o consenso. E como nos revela a carta de 7 de setembro de 1931 (GRAMSCI, 2005. v2, CC, p. 82-85.), já citada, fazem parte desses aparelhos os sindicatos, a Igreja e a escola, entre outras instituições.

Essa ligação dialética entre aparelhos da sociedade civil e Estado “[...] permite dizer, sem ambiguidade, que Gramsci está propondo uma leitura forte da morfologia do poder na sociedade contemporânea. [...]” (LIGUORI, 2007, p. 21- 22). Trata-se do

[...] poder hegemônico, no qual – mais uma vez, dialeticamente – nenhum dos aspectos (força e consenso, direção e domínio) pode ser cancelado. Um poder hegemônico cujo sujeito é a classe, mas uma classe que – para ser verdadeiramente hegemônica – deve [...] “fazer-se Estado”. (Ibidem)

Então, em relação à hegemonia, nenhum dos aspectos podem ser cancelados ou ignorados, nem a força nem o consenso, ou melhor dizendo, para as classes subalternas serem hegemônicas é preciso derrotar ou destruir a forma societal existente, construir outra forma de vida, que dê bases a outro Estado. A construção dessa outra hegemonia só pode se alicerçar em um combate entre classes, em que as classes subalternas se utilizem da força e do consenso, ou melhor, conquistem o consenso e a força.

O problema da cultura e da educação se relaciona justamente com a questão do consenso. De como as classes tomam consciência de sua condição de classe. Por isso, a luta cultural é parte essencial para a construção de outra hegemonia.

IV GRAMSCI E A CULTURA

Até aqui, vimos que Gramsci, assim como Marx, entende o capitalismo como uma construção histórica burguesa, contraditória, fruto da luta de classes. Marx, no Manifesto Comunista (1998), recorreu à metáfora do feiticeiro que libera forças aparentemente incontroláveis, pois, embora as forças econômicas capitalistas sejam “anárquicas”, a burguesia consegue, por meio do Estado, produzir e reproduzir cotidianamente a forma societal burguesa através da dialética entre força e consenso – ou seja, através da política! É, então, por meio do Estado que a burguesia constrói seu domínio e direção.

Pensar como se forja esse consenso foi então uma das atividades intelectuais de Gramsci, bem em consonância com os debates da Itália do período. Rapone (2014, p. 129), por exemplo, lembra que, no período pós-unificação e imediatamente anterior à grande guerra, a discussão do caráter do povo italiano, da educação e da cultura era central.

Esse debate perseguiu os mais importantes intelectuais italianos do período e também Gramsci. Da juventude aos Cadernos do Cárcere, o tema da cultura aparece como algo central. É nessa linha de reflexões que ele pergunta nos Cadernos:

Pode haver reforma cultural, ou seja, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 2000. v. 3, Q. 13, § 1, p. 19).

Na nota do Caderno 13, caderno especial intitulado por Gramsci “Breves notas sobre a política de Maquiavel”, o autor disserta sobre o livro “O Príncipe”, de Maquiavel. No entanto, rapidamente relaciona os temas tratados nessa obra com as questões da revolução na Itália do seu tempo e sobre as tarefas que o partido revolucionário teria na construção consciente dessa revolução.

Assim como para Maquiavel na época dos príncipes, também para Gramsci foi muito importante o problema da construção de uma “[...] vontade coletiva, para um determinado fim político” (GRAMSCI, 2000. v. 3, Q. 13, § 1, p. 1).

Se, para Maquiavel, essa possibilidade se materializava na figura de um príncipe, de um *condottiere*, que dá vida e personifica essa vontade coletiva, para a Itália dos tempos de Gramsci – em seu entender – só um intelectual coletivo poderia cumprir a tarefa de forjar essa nova vontade coletiva. Esse intelectual coletivo é o partido político, que Gramsci chama, nos Cadernos, de Príncipe Moderno.

Seguindo essa linha de pensamento, o autor desenvolve uma lista de tarefas que o partido deveria cumprir para conseguir materializar seu objetivo, que era conduzir as classes subalternas a uma vontade coletiva, rumo ao fim político, que é o de forjar-se Estado, ou seja, rumo à revolução.

Entre muitas tarefas, Gramsci destaca que “[...] uma parte importante do Moderno Príncipe deverá ser dedicada à questão de uma reforma intelectual e moral, isto é, à questão religiosa ou de uma concepção de mundo”²¹ (GRAMSCI, 2000. v.3, Q. 13, § 1, p. 18).

Importa destacar esse trecho da nota e acompanhar como isso se desenvolve no decorrer da escrita gramsciana. Primeiro, cumpre perceber que o autor deixa claro que essa é uma parte importante das tarefas do Príncipe Moderno. Entretanto, não deixa de ser apenas uma parte e não toda a tarefa do partido. E para que não reste nenhuma dúvida a esse respeito, o autor completa com a pergunta: “Pode haver reforma cultural [...] sem uma anterior reforma econômica [...]?” (Idem, p. 19).

Esse alerta pode servir para refutar qualquer eventual crítica que veja no autor o elaborador de uma revolução simplesmente cultural, um idealista, que supervaloriza o momento das ideias, da vontade; que desconsidera as estruturas e as condições objetivas para uma revolução. Uma revolução ou as condições para ela acontecer só se constroem com a unidade dialética das condições objetivas e subjetivas.

Outro elemento importante a se destacar é que o autor primeiro utiliza o adjetivo “anterior”, para alertar que não pode “haver uma reforma cultural, [...] sem uma anterior reforma econômica” (Ibidem). Nesse sentido, uma interpretação vulgar do marxismo poderia identificar uma subordinação ou uma prioridade da reforma econômica, qual seja, “lutemos primeiro pela mudança econômica e depois trataremos da questão cultural”. No entanto, o autor faz questão de ajustar o texto e diz: “[...] mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda a reforma intelectual e moral” (Ibidem).

Nesse sentido, não há tarefa ou um programa que tenha prioridade maior ou menor, pois são partes de um todo orgânico, de uma totalidade, que se separam apenas como método de investigação, mas que na realidade concreta se unificam de forma dialética²².

²¹ Gramsci usa o termo religião em sentido laico, ou próximo ao conceito de ideologia, isto é, adota o conceito croceano de religião.

²² Sobre os significados que Gramsci atribui à dialética, cf.: BOBBIO, Norberto. Gramsci e a dialética. In: *Ensaio Sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 27 – 41.

Esse trecho do Caderno 13 é de suma importância porque demonstra uma reflexão teórica a respeito do debate sobre o que é cultura e sobre a luta cultural. Como já vimos, essa preocupação acompanhou toda a vida militante de Antonio Gramsci, desde a juventude, nas disputas no partido socialista, na experiência do *L'Ordine Nuovo*, até o Gramsci maduro dos Cadernos.

Sobre essa questão, Fiori (1979, p. 131) afirma que “[...] para desenvolver não só com palavra a tarefa que havia atribuído a si mesmo, a de promotor de cultura entre os operários, Gramsci saía cada vez mais dos limites da sala de redação” dos jornais que escrevia e ia até as periferias de Turim fazer palestras e conferências aos operários e formar círculos de estudos com eles.

Nessa perspectiva, cabe lembrar que se o autor se impunha a tarefa de construir na prática a revolução, ou a construção prática da luta cultural – que para ele era luta educativa, como demonstra sua ação – é porque, em seu entender, “[...] a criação de uma cultura proletária faz parte integrante do sucesso completo de qualquer revolução socialista” (CREHAN, 2004, p. 154).

Mas por que isso não incorria em um desvio idealista? Por que, em suas reflexões carcerárias, em um momento de balanço, o autor não relativizou essa ideia, não fez uma autocrítica e, pelo contrário, manteve essa avaliação a respeito da luta cultural e desenvolveu todo um debate a respeito dela, da educação e da escola?

Para responder a essa questão, é preciso investigar o que Gramsci chama de cultura, entender o sentido material que essa categoria tem para ele, e, assim, compreender qual sua importância para sua teoria da educação, da política e da revolução.

Podemos começar pensando, a partir do jovem Gramsci, o que significa isso que ele chama de luta cultural. Luta cultural significa lutar pelo quê, exatamente? Vejamos um trecho de um artigo do *L'Ordine Nuovo* de 1920, destacado por Crehan (2004):

O campo de batalha para a criação de uma nova civilização é, por outro lado, absolutamente misterioso, absolutamente caracterizado pelo imprevisível e o inesperado. Tendo passado o poder capitalista para o poder dos trabalhadores, a fábrica continuará a produzir as mesmas coisas materiais que hoje produz. Mas de que maneira e sob que formas a poesia, o teatro, a literatura, a música, a pintura e as obras morais e a linguística brotarão? Não é uma fábrica de material que produz essas obras. Não pode ser reorganizada pelo o poder dos trabalhadores segundo um plano. Não pode estabelecer-se o seu índice de produção para a satisfação das necessidades imediatas, a ser controlado e determinado estatisticamente. Nada neste campo é previsível, excepto na sua hipótese geral: haverá uma cultura proletária (uma civilização) totalmente diferente da burguesa [...] (GRAMSCI apud CREHAN, 2004, p. 154).

Como Gramsci demonstra nesse artigo do *L'Ordine Nuovo*, a batalha ou luta cultural a que se refere o jovem comunista é o combate por uma nova forma de vida, por uma nova civilização, como anuncia o próprio nome do jornal, *L'Ordine Nuovo*, ou seja, A Nova Ordem. Ainda é interessante notar – como destaca Crehan (2004) – que o termo cultura é usado, no trecho citado, com dois significados: como “uma ideia complexa sobre as relações entre desenvolvimento humano geral e determinada forma de vida, e entre ambos e as obras e práticas da arte e da inteligência” (p. 154).

Essa questão é importante, pois é da interpretação desse tipo de discurso – seja nos escritos de juventude, mas, sobretudo nos escritos carcerários – que se constroem a disputa e a fortuna da obra de Gramsci. O caráter assistemático e fragmentário de sua obra contribui para interpretações polêmicas e duvidosas.

É possível encontrar qualquer coisa que se queira em Gramsci, caso não se empreenda um estudo científico do autor. Por exemplo, é possível encontrar nos Cadernos uma porção de notas que utilizam o termo cultura nos dois sentidos apresentados. Podemos usar, ainda como exemplo, uma série de notas com o mesmo nome, Temas de Cultura. Nestas, o autor propõe vários temas, desde indicações bibliográficas para estudos (GRAMSCI, 2001 v.4, Q. 17, § 25, p. 141) até a questão escolar e a do autodidatismo (GRAMSCI, 2001, v.4 Q. 14, § 29, p. 124-125). No entanto, embora haja temas variados, a cultura é demonstrada, nesse conjunto de notas, sempre no sentido de estudos filosóficos, ou sobre temas do mundo das ideias, das concepções de mundo e/ou dos valores, das artes.

Podemos citar – para encerrarmos os exemplos desse tipo de uso do conceito cultura – uma nota mais sistematizada, de um caderno especial (Caderno 11), em que o autor utiliza o termo cultura no sentido de crença, valores ou concepções de mundo:

Se é verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar a maior ou menor complexidade da sua concepção de mundo (GRAMSCI, 2004. v.1 Q. 11, § 12, p. 95).

Então, uma interpretação possível do conceito de cultura para Gramsci - se ancorada apenas nessas notas ou em outras similares - é que se trata de um momento superestrutural, da luta do convencimento, das disputas das ideias, das filosofias, das linguagens e das crenças. Contudo, essa é apenas uma face da moeda – ou do que significa o termo cultura, para nosso autor.

Pode-se encontrar outra série de notas, sobretudo no Caderno 22, em que ele utilizará o termo cultura de forma distinta, mais ligado ao âmbito estrutural, à prática social ou ao que podemos chamar de modo de vida. Vejamos um fragmento do § 5 do referido Caderno 22:

Deve-se observar como não se tentou aplicar ao americanismo a pequena fórmula de Gentile sobre a “filosofia que não se enuncia através de fórmulas, mas se afirma na ação”; trata-se de algo significativo e instrutivo porque, se a fórmula tem algum valor, é precisamente o americanismo que pode reivindicá-lo. Ao contrário, quando se fala do americanismo, considera-se que ele é “mecanicista”, grosseiro, brutal, isto é, “pura ação”, contrapondo-se a ele a tradição etc. Mas esta tradição etc., por que não é assumida também como base filosófica, como a filosofia enunciada em fórmulas daqueles movimentos para os quais, ao contrário, a “filosofia se afirma na ação”? Esta contradição pode explicar muitas coisas: por exemplo, a diferença entre a ação real, **que modifica tanto o homem como a realidade exterior** (isto é, a **cultura real**), que é o americanismo, e o ridículo espírito de gladiador que se autoproclama ação e que só modifica as palavras e não as coisas, o gesto exterior e não o interior do homem. A primeira está criando um futuro que é intrínseco à sua objetividade e sobre o qual se prefere não falar. O segundo cria apenas fantoches aperfeiçoados, recortados segundo um figurino retoricamente prefixado, e que se reduzirão a pó quando forem cortados fios externos que lhe dão a aparência de movimento e de vida (GRAMSCI, 2001. v 4 Q. 22, § 5, p. 254 – Grifo meu).

Nessa nota, nosso autor é bem incisivo ao apresentar sua ideia de cultura. A resistência ao que ele chama de americanismo e as críticas ao modo de vida e à reestruturação produtiva dos estadunidenses, como algo rústico e grosseiro, não faz nenhum sentido para ele. Influenciado aqui – ao que parece – pela 11ª tese de Marx sobre Feuerbach²³, Gramsci afirma que a verdadeira filosofia não se faz reivindicando a tradição, mas se faz na ação. A filosofia autoproclamatória, que se baseia na disputa dos termos, nas mudanças das palavras, mas que não se constrói na vida, na prática, na práxis, não se transforma e não se forja no mundo real não é “cultura real”. A filosofia especulativa só tem “aparência de modo de vida”; enquanto o americanismo não se alicerça só nas palavras, pois se constrói na ação e cria “um futuro que é intrínseco à sua objetividade”.

Então, a cultura, ou seja, a cultura real, é aquela ligada à estrutura e à superestrutura, é a própria filosofia que se faz modo de vida, que se faz ação, que se constrói no mundo real e objetivo. Gramsci entende, então, esse processo de construção de uma cultura real, de um novo modo de vida, não partindo das ideias, mas das estruturas, do modo de produção, da categoria trabalho, ou pelo menos de uma ação recíproca, em que a estrutura é o modo

²³ “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”. MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. V Karl Marx 1. Ad Feuerbach (1845). In: *A ideologia Alemã*, 2007, p. 535.

concreto em que se objetiva e se concretiza, e, também, em que se formam as ideias e a cultura real.

Nesse sentido, a regulação, ou melhor, a racionalização do modo produtivo, proposto por Ford, se fez cultura, não porque se projetou no mundo das ideias, mas porque se forjou no concreto, através do trabalho, e com isso foi capaz de criar novos hábitos, novos costumes, novos modos de vida, em que até as rotinas sexuais tiveram que se transformar ou adequar, pois, como entende Gramsci, não se pode “[...] desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for ele também racionalizado” (GRAMSCI, 2001. v.4, Q. 22, § 3, 2001, p. 250).

No que se refere à luta cultural, trata-se de uma luta que faz parte tanto do “reino” da superestrutura, quanto das estruturas sociais. Uma nova filosofia, uma nova forma de pensar que se fizer concreta, que se fizer objetiva, que transformar o real através do trabalho, é tão importante quanto uma forma do trabalho que se fizer filosofia, que se fizer cultura, que transformar o real. Luta cultural, então, é combater, nessa dupla perspectiva, com um único objetivo: forjar outra forma civilizatória.

Essa dupla perspectiva do conceito de cultura de Antonio Gramsci foi muito bem captada pela filósofa francesa, Christinne Buci-Glucksmann (1980), que, atenta para a perspectiva antropológica do conceito de cultura de Antonio Gramsci, diz:

Esse interesse pelo “modo de vida”, pela cultura no sentido *antropológico* do termo (conjunto de modos de vida, de sentir, de agir) mergulha suas raízes na prática “cultural” do jovem Gramsci, em sua crítica ao capitalismo enquanto *civiltà* (que, quando traduzida por “civilização”, perde um pouco o aspecto costumes-modo de vida) (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 111, grifo da autora).

A cultura, em seu sentido antropológico, ou melhor dizendo, a luta cultural ou a luta por outra cultura, torna-se revolucionária, pois trata-se de substituir ou superar uma forma civilizatória, uma *civiltà* (*civiltà* capitalista) por outra forma civilizatória, por outra *civiltà* (*civiltà* comunista) (Idem).

Assim, o autor rejeita qualquer interpretação idealista da cultura como sendo apenas o “mundo das ideias”, ou que imagine a “cultura como saber enciclopédico ou especializado”; Gramsci pensa então na cultura como crítica da civilização (*civiltà*) (Idem). Crítica teórico-prática, ou seja, práxis!

Esse debate povoa os escritos juvenis e é reafirmado em seus textos do cárcere; é preciso entender em que contexto essa discussão estava presente no mundo de sua época. A

filosofia ou a ciência positiva, que domina a Itália do início do século XX, encontra no idealismo um opositor à altura. No Partido Socialista, impregnado de positivismo, aflora uma juventude com novas ideias e visões de mundo. Em Turim, no início de 1909, parte dessa juventude funda um Fascio, organização filiada à Federação Juvenil Socialista de Roma. (FIORI, 1979, p. 96).

Entre os fundadores desse organismo juvenil do Partido Socialista em Turim, encontra-se Angelo Tasca²⁴, que nessa época tem 17 anos. Tasca conheceu Gramsci em 1911 e também nesse período se inaugura a polêmica, com a participação desse grupo de jovens turinenses, em torno do tema da cultura, pois eles:

[...] aos poucos, vinham se afastando do positivismo dominante na seção turinesa. Desconfiavam da eloquência, reivindicavam a prioridade da cultura sobre o sentimento. Em setembro de 1912, em um congresso nacional de jovens socialistas, um napolitano estudante de engenharia, Amadeo Bordiga, os chamará de “culturistas” (FIORI, 1979, p. 96).

Essa polêmica sobre o “culturismo” ou “culturalismo” é estabelecida em 1912 e não terá mais fim. Gramsci, nesse momento, preocupa-se muito mais com seus estudos universitários do que com a luta socialista, por isso acompanhará – em um primeiro momento – esse debate “sempre fora do ambiente do Fascio juvenil” (Ibidem).

O debate acerca da revolução e da cultura também ocorre fora da Itália e, com a revolução de 1917, se intensifica. Na Rússia desse período, se funda um movimento para formação de uma cultura proletária, independente da cultura burguesa, o chamado *Proletkult*. É provável que a discussão do *Proletkult* tenha influenciado o jovem Gramsci à distância, bem como o Gramsci maduro, posterior a seus escritos e lutas sobre o tema cultural da época do *L'Ordine Nuovo*. Isso porque, como bem afirma Buci-Glucksmann (1980),

Modo de vida em russo se diz: *byt*. Não se trata de um termo neutro, posto que foi um dos termos privilegiados do *Proletkult*, e que sua presença animou as pesquisas de Trotsky e os debates consecutivos “ao comunismo de guerra”. Como Gramsci estava na URSS na época da polêmica que opôs o movimento do *Proletkult* a Trotsky e a Lunartcharsky, na *Pravda*, na época em que Trotsky lança *Literatura e revolução* (1923), pode-se facilmente suspeitar que essa viva polêmica não o deixou neutro (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 110-111).

A luta cultural inaugurada pelos jovens socialistas em 1912, e que em um primeiro momento Gramsci acompanhou de longe, nunca mais deixou de ser seu tema de investigação.

²⁴ Filho de operário, militante socialista, Angelo Tasca era então estudante universitário (LAJOLO, 1982, p. 21.).

Isso porque, como vimos anteriormente, ele a entende como uma parte decisiva da luta revolucionária. Destarte, ele não parece ter nenhuma dúvida a esse respeito.

Isso posto, podemos compreender melhor em qual contexto se forja a discussão cultural de Gramsci. Ele tem que enfrentar o positivismo enciclopedista, o “positivismo” socialista – que o acusa de culturalista, e, mais tarde, o idealismo croceano.

Nessa empreitada, durante um longo processo, que vai das lutas juvenis nos conselhos de fábricas aos escritos carcerários, ele acaba por forjar sua ideia de cultura. Nesse processo, a categoria se desenvolve seguindo uma coerência espantosa e sem rupturas. Pode-se dizer que nessa questão específica, na teoria da cultura, a influência idealista – embora houvesse – nunca foi decisiva e a ideia de cultura sempre foi uma ideia antropológica que a entendia no campo das superestruturas e da estrutura. Assim, podemos ver em um texto juvenil que, para o autor,

O movimento de cultura proletária, no sentido revolucionário que foi dado a essas palavras pelo camarada Lunatcharsky na Rússia e por Henri Barbusse no ocidente, tende à *instauração de uma civilização nova [civiltà]*, de modos de vida e de pensamento, novos sentimentos; ele tende a isso, favorecendo na classe dos trabalhadores, sejam eles manuais ou intelectuais, o espírito de pesquisa no plano filosófico e artístico, no plano da investigação histórica e no plano da criação de novas obras de beleza e de verdade (GRAMSCI apud BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 115, grifo da autora.).

Note-se que esse é um texto de juventude, mais precisamente de dezembro de 1920, antes de Gramsci ir à URSS e acompanhar a polêmica mais de perto. Nesse texto, cultura aparece como modo de vida e desponta também a questão da separação entre trabalho manual e intelectual, que o autor desenvolverá de forma mais aprofundada nos Cadernos, mas que já se apresenta como algo não diferenciador, não discriminatório (Ibidem).

Nesse sentido, como já vimos, o tema se desenvolverá na mesma linha nos Cadernos do Cárcere. Então,

[...] não é de espantar que esse mesmo conceito de *civiltà* seja empregado na análise do taylorismo. Pois esse vínculo interno da *civiltà* como conjunto de modos de vida, de comportamentos, de valores ideológicos práticos, originários da organização do trabalho e das relações de produção, tal é precisamente o “modelo americano” de desenvolvimento capitalista (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 115)

O que a intérprete acentua muito bem nesse trecho é salientado pelo próprio Gramsci, quando afirma que a especificidade estadunidense ocorre por conta de um desenvolvimento histórico específico. Há naquele país uma relação mais imediata entre estrutura ou superestrutura, ou, na caneta de Gramsci, trata-se de uma forma de sociedade

“‘racionalizada’, na qual a ‘estrutura’ domina mais imediatamente as superestruturas e estas são ‘racionalizadas’ (simplificadas e reduzidas em números) ” (GRAMSCI, 2001. v. 4 Q. 22,§ 2, p. 248).

Podemos atentar para o fato de que os conceitos – racionalizada e estrutura – estão entre aspas, o que parece indicar primeiro que toda sociedade é racionalizada. Afinal, se todo homem é intelectual e filósofo na escrita de Gramsci, todo homem e toda sociedade é racional, pelo menos em algum nível. A estrutura e a superestrutura também parecem ser uma distinção meramente metodológica, já que na realidade esses momentos se ligam organicamente.

Não é exagero nos determos nessas questões, pois elas parecem decisivas para a compreensão dos textos de Gramsci, uma vez que as acusações que lhe imputam, de ser culturalista e idealista, são, ainda hoje, recorrentes. A má interpretação do que seja cultura também possibilitou uma série de estudos culturais que se aproximam muito mais da interpretação pós-moderna da cultura do que de sua concepção materialista histórica. No entanto, pelos limites deste texto, não é possível adentrar nesse debate.

Convém demonstrar que Gramsci entende cultura em pelo menos dois sentidos: como modos de sentir, dos valores e das ideias, da arte e também como prática, como agir, ou seja, uma categoria antropológica, como já ressaltai, com base em Buci-Glucksmann (1980).

Esse entendimento da cultura tem repercussões importantes no balanço que Gramsci faz no cárcere sobre a derrota da revolução tanto na Itália quanto no Ocidente como um todo. A revolução também foi derrotada no campo cultural, então é preciso refletir e demonstrar quais tarefas não foram cumpridas pelo Partido nesse campo, no campo da luta cultural.

Assim, Gramsci vai demonstrar, por exemplo, que uma das tarefas da luta cultural é o combate ideológico e filosófico, ou seja, é necessário derrotar no campo da ideologia e da filosofia os expoentes mais importantes que elaboram a concepção de mundo antípoda à concepção revolucionária. Ele utilizará uma metáfora da luta militar para explicar essa necessidade. Diz o autor:

Cria-se a ilusão de que existe uma semelhança qualquer (que não formal e metafórica) entre uma frente ideológica e uma frente político-militar. Na luta política e militar, pode ser conveniente a tática de penetrar nos pontos de menor resistência para ganhar condições de investir sobre o ponto de vista mais forte com o máximo de forças [...]. Na frente ideológica, ao contrário, a derrota dos auxiliares e dos seguidores menores tem uma importância quase insignificante; nela, é preciso lutar contra os mais eminentes. Se não for assim, confunde-se o jornal com o livro [...]. Uma nova ciência alcança a prova da sua eficiência e fecunda vitalidade quando demonstra saber enfrentar os grandes campeões das tendências opostas [...]. É verdade que uma época histórica e uma determinada sociedade são representadas sobretudo pela média dos intelectuais e, conseqüentemente, pelos medíocres; mas a ideologia difusa, de massa, deve ser diferenciada das obras científicas, das grandes sínteses filosóficas [...], as quais devem ser nitidamente superadas, ou negativamente, demonstrando-lhes falta de fundamento, ou positivamente, contrapondo-lhes sínteses filosóficas de maior importância e significação (GRAMSCI, 2004. v. 1 Q. 11, § 22, p. 141).

Podemos ver que, no longo excerto, o autor refuta o rebaixamento de qualquer combate filosófico, científico e ideológico, afirmando que nesse campo é necessário elevar o debate e derrotar os mais expoentes representantes da corrente opositora. E não é por acaso que esse é um trecho do Caderno 11, um caderno especial, ao qual o autor dá o título de “Introdução ao estudo da Filosofia”. Nesse caderno, ele tentará aplicar a fórmula sugerida no trecho transcrito, combatendo a filosofia do ensaio popular de Nicolai Bukharin²⁵, líder bolchevique da revolução russa e considerado um dos principais expoentes representantes filosóficos do marxismo vulgar mecanicista. O Caderno 11 pode ser considerado “irmão” do Caderno 10, dedicado a combater a filosofia de Benedetto Croce, intelectual avaliado por Gramsci como o principal representante do idealismo italiano.

Sendo assim, um aspecto da luta cultural é o combate filosófico e ideológico que enfrente os principais expoentes das filosofias adversárias e também dos falsificadores da própria filosofia da práxis. Essa é uma tarefa importante dentro da luta cultural, pois, para Gramsci, é a filosofia que irá organizar crítica e racionalmente a existência humana. É a filosofia que fornecerá – ou não – a concepção de mundo capaz de unificar o gênero humano.

Dito de outra maneira, cada tempo histórico tem uma filosofia que melhor o traduz e, em nosso caso, a filosofia da práxis é a única que explica a nossa época. Sendo assim, a luta cultural não é apenas uma luta de convencimento e de fé, embora contemple também esse aspecto, mas é muito mais que isso! Debrun (2001) capta bem essa questão e diz que, para Gramsci:

²⁵ O Ensaio Popular foi publicado no Brasil em 1970. BUKHARIN, Nicolai. Tratado de Materialismo Histórico. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.

Dizer, por exemplo, que a hegemonia é liderança, e não coação aberta ou disfarçada, é pouco, mesmo precisando que essa liderança conta com o consenso ativo dos liderados. Pois o importante é que esse consenso não descansa num apelo puramente emocional, nem apenas nas promessas feitas pelo grupo líder aos grupos dirigidos, mas numa compreensão coletiva do momento histórico, sob o impulso e a coordenação dos intelectuais, dos filósofos do grupo dirigente. Desta forma, a oposição entre hegemonia e dominação não se reduz à oposição entre persuasão e repressão. Implica também uma oposição entre a filosofia e a não-filosofia, que pode ser também a “má” filosofia [...]. (DEBRUN, 2001, p. 31).

Destarte, o intelectual coletivo, o partido político, aquele que, como já dissemos, é quem terá que forjar a vontade coletiva para a construção da revolução, deverá, então, traduzir, em bases filosóficas, o presente. E essa filosofia deverá apresentar a melhor explicação de mundo, cujo objetivo fundamental será unificar o gênero humano em uma explicação coerente – para aqueles que explicam a existência pelo senso comum – e se imporá como melhor explicação – àqueles que explicam o mundo com más filosofias ou falsas filosofias cumprindo, assim, uma parte da luta cultural.

Nesse debate, se impõe, por exemplo, a discussão do que deva ser uma posição filosoficamente ortodoxa. Não entender o que seja ortodoxia ou, melhor dizendo, não entender a importância da filosofia da práxis como tradutora integral da realidade da época, acaba por levar filósofos importantes dessa corrente ao erro, segundo o julgamento de Gramsci. Vejamos o que ele diz:

A ortodoxia não deve ser buscada neste ou naquele seguidor da filosofia da práxis [...] mas no conceito fundamental de que a filosofia da práxis “basta a si mesma”, contendo em si todos os elementos fundamentais para construir uma total e integral concepção de mundo [...], isto é, para tornar-se uma civilização total e integral. [...] Uma das causas do erro – o de buscar uma filosofia geral que esteja na base da filosofia da práxis e negar implicitamente que esta possua uma originalidade de conteúdo e de método – reside ao que parece, no seguinte: na confusão que se faz entre cultura filosófica pessoal do fundador da filosofia da práxis, [...] e as origens ou partes constitutivas da filosofia da práxis. (GRAMSCI, 2004. v.1 Q. 11, § 27, p. 152-153).

A crítica é endereçada a Bukharin, que, segundo Gramsci, não compreendeu que, para ser revolucionária, uma filosofia deve fornecer a total e integral explicação de mundo e que as influências filosóficas que Marx teve do idealismo ou da economia liberal inglesa não comprometem o caráter inovador de sua obra.

Assim, se continuarmos seguindo a caneta do autor para esclarecermos essa questão, veremos que Gramsci afirma que:

O cristianismo foi revolucionário com relação ao paganismo porque foi um elemento de completa cisão entre os defensores do velho e do novo mundo. Uma teoria é “revolucionária” precisamente na medida em que é elemento de separação e de distinção consciente em dois campos, na medida em que é um vértice inacessível ao campo adversário (GRAMSCI, 2004. v.1, Q. 11, § 27, p. 152).

A filosofia da práxis é revolucionária não porque se autoproclame revolucionária, mas porque se apresenta como uma síntese dialética de toda a filosofia precedente. Sendo assim, embora incorpore elementos filosóficos de outras correntes, não o faz sem com isso provocar uma ruptura, uma cisão com toda a explicação de mundo anterior. Com isso, a tentativa de Bukharin de apresentar a filosofia da práxis como sendo “[...] cindida em dois elementos: uma teoria da história e da política entendida como sociologia [...], e uma filosofia propriamente dita, que seria materialismo filosófico ou metafísico ou mecânico (vulgar)”, só poderia levar ao erro positivista e mecanicista (Idem, p. 143).

Nesse sentido, a tarefa do Príncipe Moderno, do *condottiere* comunista, do partido político, segundo Gramsci, é ser capaz de continuar a obra filosófica de Karl Marx tanto no campo da teoria quanto no da prática, ou, melhor dizendo, na práxis. Ao fazer a crítica da filosofia de Bukharin, Gramsci imagina que está cumprindo essa tarefa que é eminentemente revolucionária, ou seja, está cumprindo o que lhe cabe no campo específico da luta cultural, e o que lhe é possível, dadas as circunstâncias da prisão.

Ainda assim, mesmo que desenvolva com rigor essa crítica e essa tarefa, Gramsci está cumprindo ainda, segundo suas notas, uma tarefa restrita ou parcial da luta cultural e até mesmo da tarefa filosófica da luta cultural. Isso porque não basta de forma alguma apresentar a melhor e mais justa explicação de mundo. Isso ainda é algo extremamente insuficiente para o intelectual coletivo que tem uma revolução a fazer, um mundo para transformar, ou seja, outra forma civilizatória a construir.

É por essa razão que, nesse sentido, Gramsci afirma que todo empreendimento filosófico que se pretenda revolucionário deve ter como perspectiva não só as descobertas filosóficas mais avançadas, mas também a difusão e a socialização dessas descobertas. Nas palavras de Gramsci, essa afirmação é feita da seguinte forma:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar corretamente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos de intelectuais (GRAMSCI, 2004, v.1, Q. 11, § 12, p. 95-96).

Se, para criar uma nova cultura, é importante uma grande descoberta filosófica, tem ainda mais importância a socialização dessa descoberta ao maior número possível de sujeitos. Então, podemos delinear inicialmente a complexa tarefa da luta cultural. Um partido que se pretenda revolucionário deverá entender sua tarefa no mundo, na realidade concreta, deverá conhecer a si mesmo, conhecer sua tarefa na revolução, o que implica também conhecer os erros que impossibilitaram a revolução no Ocidente, no caso da Itália ou do Partido Comunista Italiano (PCI). Ou, ainda, conhecer seu papel na revolução mundial, no caso do Partido Comunista Russo²⁶.

Para o PCI, conhecer seu papel na revolução italiana significa contribuir para que cada indivíduo, cada italiano, conheça seu papel no mundo e na história. É contribuir, como sujeito coletivo, para que qualquer indivíduo possa ter uma visão crítica do mundo. Contribuir para um conhece-te a ti mesmo de massa, ou seja, é lutar com outras filosofias e com outros partidos que querem manter os indivíduos e as massas imersos na fragmentação e no senso comum.

Essa luta política atravessa inclusive as pessoas individualmente. O sujeito ou o indivíduo imerso no senso comum, na fragmentação, também é cindido internamente, em sua consciência, por contradições e disputas, já que sua consciência é um amálgama de várias filosofias precedentes. Sobre esse tema, afirma Gramsci:

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, a qual, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica (GRAMSCI, 2004. v.1, Q. 11, § 12, p. 103).

²⁶ Sobre esse tema, vale a pena conferir a famosa carta de Antonio Gramsci à Internacional Comunista, apresentado sua posição sobre a polêmica Trotsky e Stalin e os perigos da cisão do grupo dirigente do partido. GRAMSCI, Antonio. Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 384-392.

O homem comum, do cotidiano, não percebe as contradições entre o que professa através de sua fala e a forma como age. Ação e reflexão encontram-se cindidas, assim como os vários membros das classes subalternas, que não se reconhecem como classe, assim como operários e camponeses, assim como a Itália com o seu Norte industrial e o Sul agrário e assim como o ser humano cindido em classes. A tarefa da filosofia revolucionária é dar unidade àquilo que está cindido desde a consciência do indivíduo até o gênero humano como um todo.

Trata-se, então, para Gramsci, de superar as explicações espontâneas de mundo, de romper com uma “adoção impensada e ‘mecânica’ da cultura, dada pelo meio social em que nascemos”, em que vivemos e em que estamos imersos e de elaborar uma “[...] construção crítica e consciente da nossa própria ‘concepção de mundo’” (CREHAN, 2004, grifos da autora, p. 104).

Para as classes subalternas que estão imersas no senso comum, na filosofia e na cultura espontâneas, o “conhece-te a ti mesmo” significa, em primeira instância, tomar consciência da luta de classes, é saber que sua própria consciência é fruto de uma disputa política quer se esteja consciente disso ou não. Essa consciência vai possibilitar ao subalterno progredir rumo a uma consciência unitária da história e do seu próprio lugar nela e em todo esse campo de disputa (GRAMSCI, 2004. v.1, Q. 11, § 12, p. 95-96).

Uma filosofia revolucionária deve contribuir para que os trabalhadores, que são a classe subalterna, se reconheçam como classe e que sejam capazes de elaborar uma concepção de mundo autônoma e, com isso, construir criticamente sua cultura, rompendo com a adesão mecânica à cultura burguesa. Essa é a tarefa das classes subalternas, que terão como principal mediador o partido político, agindo como um grande intelectual coletivo.

Podemos adentrar aqui aos meandros ou temas ainda mais complexos sobre a teoria da revolução, da cultura e da política de Gramsci. Podemos dizer que esses três conceitos têm uma conexão orgânica indissolúvel e são de suma importância no pensamento do autor. É a partir deles que Gramsci desenvolve sua teoria de educação ou, melhor dizendo, sua teoria da educação só existe em conexão com esses conceitos ou, para sermos mais precisos ainda, só entenderemos o lugar da educação para Gramsci se entendermos como ele alinhava a relação orgânica entre revolução, cultura e política.

Avançando ainda um pouco mais na discussão sobre a ideia gramsciana de cultura, podemos seguir refletindo com Baratta, para quem, segundo Gramsci, a cultura

[...] extravasa continuamente para fora de si mesma, para outros territórios, sendo que os mais próximos são: língua, intelectuais, povo, nação, sociedade e sociedade civil, hegemonia, filosofia e ciência, senso comum e bom senso, política, produção e economia, literatura e arte, educação e formação do homem. Em certo sentido, porém, tudo nos *Cadernos* é ou *se torna* cultura, circunscrevendo-se ou pondo em discussão a sua autonomia, ou fundindo-a numa dimensão anfíbia – não mais apenas cultural, ou mesmo, não mais cultural – determinada pelo contato contaminante com as outras áreas temáticas. Pode-se descrever esse fenômeno também de modo diferente: tudo o que pertence à “esfera” da cultura remete a algo que aparece em outras esferas, em particular do mundo produtivo e político (BARATTA, 2011, p. 86, grifo do autor.).

Então, refletir com Gramsci sobre cultura é ser remetido à reflexão política e econômica, como bem destaca Baratta (2011). Desse modo, o mistério talvez seja desvendado ao iluminarmos os nexos que o autor enxerga entre as esferas da cultura e as da política, por exemplo, para, em seguida, pensarmos em quais desses nexos se encontra a educação, bem como refletirmos sobre de que modo todas essas questões se relacionam com a revolução na teoria gramsciana.

Até este ponto, vimos que a cultura é – na visão de Gramsci – uma categoria antropológica que se traduziria na expressão “modo de vida”²⁷, que abarcaria tanto a arte, a literatura e as expressões simbólicas, como as ações práticas e econômicas ligadas ao mundo da produção. Vimos também que a cultura, ou a construção de uma nova cultura, é um objetivo da revolução socialista e parte da tarefa do partido político, que se apresenta para Gramsci como um organismo intelectual coletivo.

Vimos ainda que, segundo o autor, a educação se insere nesse debate como parte integrante da luta cultural ou da luta pela cultura²⁸. E, por fim, acabamos de verificar que, para Gramsci, existe um nexo indissolúvel entre revolução, cultura e política.

Se conseguimos avançar, ao menos em parte, nos esclarecimentos do que seja cultura para Gramsci, talvez devamos entender melhor sua teoria de revolução, bem como os motivos pelos quais, segundo ele, a revolução tem um nexo ou uma conexão inseparável com a cultura.

²⁷ “Quando falamos de *modo de vida* estamos nos referindo às formas de produzir e de consumir (bens, valores, formas de pensar)”. DIAS, Edmundo. *Revolução passiva e modo de vida*. São Paulo: Sundermann, 2012. p. 13, grifos do autor.

²⁸ Voltaremos a esse tema mais adiante.

V GRAMSCI E A REVOLUÇÃO

V.1 Paradigmas de Revolução

Gramsci é preso na noite de oito de novembro de 1926, às 22:30, pela polícia fascista, em seu pequeno quarto em Roma, no momento exato em que trabalhava em um texto que foi posteriormente intitulado – não por Gramsci – como Alguns temas da Questão Meridional.

No início, ele imaginava que sua permanência no cárcere seria rápida (LAJOLO, 1982, p. 100), no entanto, logo percebe que será longa e difícil.

Obviamente, qualquer pessoa nessas circunstâncias seria levada a avaliar os motivos que a fizeram passar por tudo isso, ou seja, a ser presa. A pergunta de Gramsci preso é: por que estou aqui? Ou: por que perdemos?

O trabalho de reflexão sobre os motivos da derrota da revolução comunista na Itália e no Ocidente conduz Gramsci a enfrentar o problema da teoria revolucionária e de encontrar os erros do Partido Comunista Italiano e da Internacional Comunista na condução do processo revolucionário, respectivamente na Itália e no mundo, com exceção da Rússia. Como já vimos; com esse exercício, Gramsci acreditava cumprir uma das tarefas de um verdadeiro filósofo da práxis: produzir uma consciência crítica de si mesmo como sujeito individual e coletivo e, por isso, uma consciência crítica do papel do partido político, do Moderno Príncipe, e de sua ação. E ele vai pagar pelos erros do partido com o seu próprio encarceramento.

Assim, podemos começar nossa incursão no pensamento de Gramsci sobre a revolução, procurando nos Cadernos o resultado de seu balanço teórico sobre o tema. Desse modo, é possível dizer que Gramsci partiu de dois paradigmas para investigar o problema da revolução, o francês e o russo, por serem dois exemplos de revoluções clássicas bem-sucedidas no mundo. Sobre o caso francês, ele lembra, no § 49 do Caderno 11, a “Sagrada Família” de Marx e Engels, reivindicando a ideia de que a França é a herdeira da Filosofia Alemã. Lembra também, na mesma nota, a 11ª Tese sobre Feuerbach “[...] a saber, que ‘os filósofos interpretaram o mundo, mas trata-se agora de transformá-lo’, isto é, que a filosofia deve se tornar política para tornar-se verdadeira [...] deve fazer-se ‘realidade efetiva’[...]” (GRAMSCI, 2001. v. 1, Q. 11, § 49, p. 188-189).

A Revolução francesa se apresenta como sucesso filosófico, pois se impôs na prática, na práxis! Gramsci se preocupava em entender – através da filosofia da práxis – a vitória francesa. Temos um exemplo sobre esse tema observando o que o autor diz a respeito da estratégia revolucionária de 1789 na França e a Comuna de Paris em 1871:

De fato, só em 1870-1871, com a tentativa da Comuna, esgotam-se historicamente todos os germes nascidos em 1789, ou seja, não só a nova classe que luta pelo poder derrota os representantes da velha sociedade que não quer confessar-se definitivamente superada, mas derrota também os novíssimos grupos que consideram já ultrapassada a nova estrutura surgida da transformação iniciada em 1789 e demonstra assim sua vitalidade tanto em relação ao velho como em relação ao novíssimo (GRAMSCI, 2000. v. 3, Q. 13, § 17, p. 39).

O excerto é um trecho do § 17 do Caderno 13, intitulado Análises das situações: Relações de força. Nessa passagem, Gramsci afirma que é necessário saber distinguir momentos conjunturais e orgânicos das análises das situações e das disputas do poder, ou, mais exatamente, das “relações de força”. Ao sugerir esse método, utiliza como exemplo a análise da Comuna de Paris. No trecho destacado, vemos Gramsci apontar que o processo de revolução na França foi um movimento de longo prazo e só se esgotou em 1871, com a derrota dos insurgentes. Nesse momento, segundo o autor, a burguesia finalmente consolida seu poder derrotando tanto os extratos políticos representantes da velha sociedade monarquista quanto do novíssimo extrato representado pelos operários.

Nessa análise gramsciana da Comuna, interessa-nos aquilo que, para o autor, essa derrota representou, ou seja, o que ela teria ensinado para o movimento comunista. Mais precisamente, quais foram as contribuições da Comuna de Paris, na França de 1871, para uma teoria da revolução?

Para responder a essa questão, o autor vai investigar o que os pais fundadores da filosofia da práxis disseram sobre o tema. E Gramsci concordará e desenvolverá a análise de Engels sobre o assunto. Vejamos o que Engels dirá sobre isso no prefácio do livro de Karl Marx “A luta de classes em França de 1848 a 1850”, de 1895:

Quando irrompeu a Revolução de Fevereiro, todos nós nos encontrávamos, no que se refere às nossas concepções e condições e do curso dos movimentos revolucionários, sob a influência da experiência histórica, principalmente da ocorrida na França. Com efeito, justamente ela dominara toda a história europeia desde 1789 e dela havia partido agora também o sinal para a revolução geral. [...] em vista dessas circunstâncias, não poderíamos ter nenhuma dúvida de que tivera início o grande embate decisivo e que ele deveria ser travado num único período revolucionário longo e cheio de vicissitudes, mas que só poderia terminar com a vitória definitiva do proletariado (ENGELS, 2012, p. 13).

Como vemos no excerto, Engels apresenta o que era o sentimento dos revolucionários ao verem eclodir as jornadas revolucionárias de 1848 na França, além de resumir a fórmula da

Revolução Permanente²⁹, que ele e Karl Marx defenderam naquele período. Como o nome diz, consistia em se manter em luta permanente até a conquista do poder político pela classe trabalhadora em todo o mundo. Porém, como Engels afirma no texto citado, essa era uma estratégia datada, que se apresentava em decorrência de acreditarem que o movimento revolucionário de 1789 na França ia prosseguir em uma trajetória ascendente e com os desdobramentos das lutas revolucionárias do proletariado em 1848.

Contudo, as expectativas a respeito da capacidade revolucionária do proletariado não se confirmaram. Foram derrotados em 1848 após a burguesia fazer uma aliança estratégica com a monarquia. E também não se confirmaram em 1871, com a derrota sangrenta da Comuna de Paris. Então, segundo Engels:

Hoje as formas de luta de 1848 são antiquadas em todos os aspectos, e esse é um ponto que merece ser analisado mais detidamente na oportunidade que aqui se oferece. [...]. A rebelião ao estilo antigo, a luta de rua com barricadas, que até 1848 servia em toda parte para levar à decisão final, tornara-se consideravelmente antiquada (ENGELS, 2012, p. 14 e passim).

Engels, então, afirma que com a Comuna de Paris encerra-se um ciclo revolucionário. Um ciclo de revoluções baseadas na estratégia da Revolução Permanente, da luta de barricadas, direta, violenta, em que “uma minoria dominante foi derrubada, e outra minoria tomou o leme do Estado e remodelou as instituições deste de acordo com os seus interesses” (Idem, p. 14). E, nesse sentido, “[...] foi-se o tempo dos ataques de surpresa, das revoluções realizadas por pequenas minorias conscientes à testa de massas sem consciência”. (Idem, p.26.

Gramsci comunga da mesma avaliação e compreende, assim como Engels, que, para que “as massas compreendam o que deve ser feito faz-se necessário um trabalho longo e persistente” (Idem, p. 26-27). Nesse sentido, no Caderno 13, § 17, afirma:

Além do mais, com os acontecimentos de 1870-1871, perde eficácia o conjunto de princípios de estratégia e tática política nascidos praticamente em 1789 e desenvolvidos ideologicamente em torno de 1848 (os que se sintetizavam na fórmula da “revolução permanente” [...]) (GRAMSCI, 2000. v. 3. Q. 13, § 17, p. 39).

Desse modo, podemos concluir que o erro dos revolucionários italianos foi o de insistir em uma estratégia revolucionária superada desde 1871, condição que Engels já havia indicado desde 1895. Diante disso, é fundamental perguntar: o que levou o movimento

²⁹ Revolução Permanente, ou a ideia de Revolução Permanente, aparece em Marx pela primeira vez no texto “Sobre a Questão Judaica” e marca sua passagem da visão democrática liberal para estratégia revolucionária. (BIANCHI, 2007)

revolucionário a incorrer nesse erro? O que alicerçava ou o que afiançava a defesa da estratégia da Revolução Permanente ainda no século XX? Quais condições levaram o movimento comunista a investir em uma estratégia de revolução que a história já havia ensinado ser um erro pelo qual milhares de operários franceses haviam pagado com as próprias vidas?

Outro período revolucionário se abriu, em 1917, na Rússia. Lênin e os bolcheviques derrubaram o regime dos czares e inauguraram uma nova onda revolucionária mundial. A revolução acontecera na Rússia, um país de desenvolvimento capitalista tardio, e por isso parecia ser uma revolução que questionava algumas das fórmulas dos pais fundadores da filosofia da práxis. O próprio Gramsci, que fora desde o início um entusiasta da revolução, escrevera um artigo sobre ela intitulado “A revolução contra O Capital”³⁰, posicionando-se a favor da revolução e contra o que havia chamado de “[...] esquemas críticos dentro dos quais a história da Rússia deveria se desenvolver segundo cânones do materialismo histórico” (GRAMSCI, 2004, EP, p. 126).

Se for verdade, como afirma Coutinho³¹ (2011), que nesse texto Gramsci escorrega em uma análise claramente idealista, será verdade também que, assim como muitos outros, deixou-se levar pela onda revolucionária aberta pela Revolução Russa, a qual conduziu os comunistas do Ocidente Europeu a apostarem na estratégia da Revolução Permanente como a mais correta para a tomada do poder. No cárcere, Gramsci revê essa política e elabora – ou, melhor dizendo, reelabora – a teoria da revolução, baseada na crítica de Engels à estratégia da Revolução Permanente.

Com esse objetivo, o comunista sardo estabelece uma distinção entre Ocidente e Oriente. Para nosso autor, a Revolução Russa só logrou êxito porque aquele país mantinha características semelhantes às da França, apresentadas antes da revolução de 1789. Em outras palavras, na Rússia, por conta do seu desenvolvimento tardio, ainda era possível aplicar a estratégia da Revolução Permanente, qual seja, a da tomada do poder de assalto, conduzida por uma minoria.

Como primeira aproximação a essa discussão, podemos conferir um trecho do § 16 da nota do Caderno 7, intitulada Guerra de posição e guerra manobrada ou frontal:

³⁰ Escrito no Jornal *Avanti!* do dia 24 de dezembro de 1917. COUTINHO, Carlos N. In: *GRAMSCI, Antonio. Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 126.

³¹ COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci e a Comuna de Paris. Palestra no Seminário de 140 Anos da Comuna de Paris. set. 2011. UFRJ. YouTube. Canal furonoasfalto. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=S_F8_1QbIkI>. Acesso em 01 nov. 2013.

[...] No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional (GRAMSCI, 2000. v. 3, Q. 7, § 16, p. 262).

No excerto, Gramsci trata da polêmica a respeito da estratégia da Revolução Permanente. Contra ela, destaca a proposta leninista da frente única. Não cabe aqui avaliar se Gramsci toma a posição correta ou se ele tem todo o conhecimento acerca da teoria da Revolução Permanente, de Trotsky. Ao que parece, ele se refere ao debate que Marx e Engels fazem sobre a Revolução Permanente e o iguala à proposta de revolução permanente de Trotsky. No entanto, o que parece importante, nesse excerto, é a justificativa de Gramsci para se posicionar favorável a Lenin e criticamente a Trotsky.

Gramsci considera que Lenin tinha uma melhor compreensão ou uma leitura mais ampla da questão nacional russa. Lenin teria percebido, mesmo que de forma embrionária, a necessidade de mudar a estratégia revolucionária, substituindo a “guerra manobrada” – que havia dado certo na Rússia Oriental – pela “guerra de posição, que era a única possível no Ocidente. [...] Parece-me esse o significado da fórmula da ‘frente única³²’” [...] (GRAMSCI, 2000.v 3, Q. 7, § 16, p. 262).

Segundo Gramsci, a revolução no Ocidente necessitava de uma estratégia diferente da que havia sido aplicada até então. Isso porque, como diz o autor, no “Oriente o Estado era tudo” (Idem, p. 262), já no Ocidente, havia uma resistência maior da sociedade civil que poderia sustentar o poder no caso de uma tomada violenta do Estado.

A metáfora Oriente e Ocidente indica as diferenças materiais existentes entre a Rússia de 1917 e os países ocidentais, por exemplo, a Itália e a Alemanha. No entanto, assim como não se pode exagerar com o método da escavação genética diacrônica, como afirmei anteriormente, não podemos também exagerar com a metáfora Ocidente vs Oriente, como nos adverte o próprio Gramsci:

³² A política de frente única foi idealizada pelo Partido Comunista Alemão após a morte de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Em 1921 Paul Levi e Karl Radek envia uma carta [...] a todas as organizações sindicais e aos partidos operários da Alemanha (KAPD, USPD e SPD), propondo uma ação em comum em defesa das condições de vida da classe operária [...]. À medida que o movimento socialista refluí em todo mundo e Lenin percebe que a revolução não se expandirá ele assume a defesa de uma frente única das várias forças operárias para resistir ao ataque das forças do Capital. Essa política é aprovada no terceiro congresso da Internacional Comunista (DEL ROIO, 2005).

Para compreendermos exatamente as significações que pode ter o problema da realidade do mundo exterior, pode ser oportuno desenvolver o exemplo das noções de “Oriente” e “Ocidente” que não deixam de ser “objetivamente reais”, ainda que, quando analisadas, demonstrem ser nada mais que uma “construção” convencional [...]. Que significaria Norte-Sul, Leste-Oeste, sem o homem? Elas são relações reais e, contudo, não existiriam sem o homem e sem o desenvolvimento da civilização. É evidente que Leste e Oeste são construções arbitrárias, convencionais, isto é, históricas, já que fora da história real qualquer ponto da terra é simultaneamente Leste e Oeste (GRAMSCI, 2004. v. 1, Q. 11, § 20, p. 137).

Gramsci discute a objetividade da ciência e do mundo exterior e lembra que a ciência só existe na história. No entanto, importa saber que, neste ponto, o objetivo do autor é esclarecer a metáfora Ocidente vs Oriente: não se trata de símbolo geográfico. Ou seja, Oriente e Ocidente devem ser

[...] entendidos [...] não em sentido geográfico, mas sim histórico-político: enquanto no “Oriente” o Estado seria tudo e a sociedade civil permaneceria primitiva e gelatinosa, para recordamos suas próprias palavras [de Gramsci], no “Ocidente” haveria, ao contrário, uma relação equilibrada entre os dois momentos da esfera pública ampliada (COUTINHO, 1998, p. 23-24).

Coutinho destaca que Oriente e Ocidente representam simbolicamente formações sociais históricas e políticas diferentes e não são necessariamente distinções geográficas. Mas não é só essa a ressalva a ser feita a respeito da referida metáfora. É fundamental destacar também que ela não pode ser levada às últimas consequências, como se a estratégia da “guerra de movimento” tivesse que ser totalmente descartada do cenário revolucionário ocidental. Sobre isso, Bianchi (2008) oportunamente destaca a seguinte nota de Gramsci:

Com isto, não se deve dizer que a tática de assalto e de penetração e a guerra manobrada devem ser agora consideradas pelo estudo da arte militar como extintas: **seria um grande erro**. Mas elas, nas guerras entre os Estados mais avançados civil e industrialmente, devem ser consideradas como reduzidas mais às funções táticas do que estratégicas. Tal como era a guerra de assédio no período anterior da história militar (GRAMSCI, 2002. v. 6, Q. 7, § 10, p. 370 – grifos meus).

Concordamos com a posição de Bianchi que, ao retornar a todas as notas de Gramsci sobre o tema, afirma:

Guerra de movimento e guerra de posição encontrar-se-iam assim em um nexos indissociável e diriam respeito a diferentes momentos da luta pela afirmação de uma nova ordem política social. O desenvolvimento dado por Gramsci à questão indica que esse nexos é análogo àquele que se estabelece no interior do seu conceito de Estado integral. Os dois planos conceituais encontram-se, desse modo, sobrepostos, e é possível afirmar que a guerra de movimento predomina na luta *contra* a sociedade política e a guerra de posição afirma sua supremacia na luta *na* sociedade civil (BIANCHI, 2008, p. 209, grifos do autor).

Assim, evidencia-se que esse é um tema polêmico. O excerto de Bianchi (2008) relativiza a distinção Ocidente e Oriente de forma justa – segundo minha leitura – se consideradas as próprias advertências e notas de Gramsci sobre o assunto. No entanto, opto por não aprofundar essa questão, pois parece claro não haver divergência sobre a necessidade da introdução de uma nova estratégia revolucionária. As divergências entre os intérpretes poderiam se assentar na importância da “guerra de movimento”, no entanto, nenhum dos estudados no presente trabalho questiona o fato de que a estratégia da revolução no Ocidente, para Gramsci, passa pela guerra de posição e, para mim, esta é uma questão central. Nesse sentido, parte da tarefa revolucionária será cumprida com a guerra de posição que “[...] afirma sua supremacia *na* sociedade civil”, como já vimos pelas palavras de Bianchi (2008).

Defendo a centralidade desse tema porque é nele que se assenta a relação entre revolução (ou estratégia revolucionária) e cultura. A revolução só acontecerá com o desenvolvimento da guerra de posição no âmbito da sociedade civil e essa estratégia configura-se justamente no desenvolvimento da luta pelo convencimento, que não deixa de ser uma luta cultural e educativa.

Para podermos desenvolver melhor essa questão, será necessário perscrutar a posição e os estudos de Gramsci especificamente a respeito da revolução na Itália e, ao fazê-lo, completar-se-á o elo entre revolução, política, cultura e educação.

V. 2 A Revolução na Itália

Como vimos anteriormente, Gramsci chega à conclusão de que a revolução socialista no Ocidente foi derrotada porque não encontrou a melhor estratégia revolucionária para países industriais mais avançados, Estados que encontrariam retaguarda em uma complexa e desenvolvida sociedade civil, a qual faria o papel de trincheiras avançadas de sustentação do poder político estatal vigente.

Isso, de forma geral, explicaria a questão do fracasso da revolução no Ocidente como um todo, no entanto, explicaria pouca coisa dos casos particulares. Ou, pensando de forma mais precisa, essa explicação se refere ao problema de forma geral, porém, não demonstra as especificidades dessa tendência nos terrenos nacionais, ou seja, não explica totalmente como as contradições internacionais se traduziriam nos Estados nacionais.

Por isso, Gramsci fará todo um estudo desse tema, procurando traduzir a questão específica da Itália, investigando como se desenrolaram essas questões especificamente no caso italiano. Para isso, utilizará o paradigma francês a fim de entender a história da Itália.

Procurará também combater a historiografia croceana, que se centra apenas no momento ético-político e que prescinde do momento da luta. Sobre isso, Gramsci diz:

A história da Europa vista como “revolução passiva”. É possível fazer uma história da Europa no século XIX sem tratar organicamente da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas? E é possível fazer-se uma história da Itália na época moderna sem as lutas do *Risorgimento*? Em um e em outro caso, por razões extrínsecas e tendenciosas, Croce prescinde do momento da luta, no qual a estrutura é elaborada e modificada, e assume placidamente como história o momento da expansão cultural ou momento ético-político (GRAMSCI, 2004. v. 1, Q. 10 I, § 59, p. 281).

O parágrafo é importante não só por aquilo que ele exatamente descreve, mas também por ser um belo exemplo de como Gramsci procede em seu trabalho intelectual. Ele parte para investigar o passado à luz de uma questão do presente, a fim de que o passado possa ajudar a iluminar os caminhos para o futuro.

Nesse sentido, ao pensar e elaborar uma investigação historiográfica da Europa, Gramsci considera que seu método é o da filosofia da práxis, o qual, como dissemos, parte de um problema concreto, que, no seu caso específico, é justamente o da revolução socialista no Ocidente. Nessa empreitada, sabe que inevitavelmente terá que enfrentar as teorias históricas já constituídas e construídas pelos maiores expoentes da concepção de mundo contrária, ou seja, da classe antagonista. E, além disso, também terá que se contrapor às distorções na própria visão materialista da história.

O enfrentamento teórico não é um simples embate de ideias, ou uma disputa diletante, mas é um confronto da melhor estratégia para a ação prática e também uma peleja pela consolidação de uma nova visão de mundo.

Na nota citada, o autor trata especificamente de historiografia croceana, que tende a considerar apenas os momentos ético-político ou cultural e descartar os momentos dos embates e das lutas. Ao falar sobre essa postura, Gramsci usa o termo revolução passiva entre aspas, utilizando aqui a expressão no sentido de uma historiografia que imagina as transformações sociais da Europa como algo sem contradições ou sem lutas diretas, sem combates, ou seja, de forma passiva. Para ele, isso demonstra o caráter tendencioso da historiografia croceana, ou seja, demonstra que, a exemplo das demais historiografias, ela é interessada. Além disso, nesse caso específico, serve para manter o *status-quo*, ou seja, está subordinada aos interesses de quem se opõe à revolução e à transformação, pois acentua apenas o momento passivo.

Ainda nesse sentido, a superioridade ou a objetividade da filosofia da práxis ou da historiografia que se construa a partir desse método evidencia-se justamente porque ela é a

opção metodológica que melhor traduz o momento da sociedade industrial, é a que fornece os melhores elementos para a construção de uma nova sociedade que unificasse o gênero humano.

Assim, Gramsci irá se debruçar sobre a história italiana, a partir do método da filosofia da práxis, para melhor traduzir o passado com vistas ao melhor caminho para o futuro.

Nessa imersão historiográfica, procurará limpar o terreno das interpretações mecanicistas sobre o tema, ou seja, envidará esforços para superar as interpretações equivocadas que existiam dentro da própria filosofia da práxis. Vejamos a seguinte nota:

O conceito de “revolução passiva” deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios fundamentais da ciência política: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias etc. Naturalmente, estes princípios devem ser, primeiro, desdobrados criticamente em toda sua dimensão e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo (GRAMSCI, 2002. v. 5, Q. 15, § 17, p. 321).

Na citação, Gramsci se refere ao prefácio de 1859 de Karl Marx³³, com algumas modificações. Uma primeira hipótese, corroborada inclusive pelas notas de advertência escritas pelo próprio autor, é de que as mudanças no texto decorrem do fato de as citações terem sido feitas de memória. No entanto, intérpretes destacam que essas modificações não teriam sido casuais e significariam uma posição política do autor no contexto da disputa metodológica travada com o marxismo economicista. Nesse rol de autores podemos, por exemplo, citar Bianchi:

Que a citação é feita recorrendo inicialmente à memória é evidente pela própria observação recomendando consultar o texto original. Mas as modificações não podem ser creditadas unicamente às lacunas da memória e sua interpretação é útil para esclarecer certos pontos do pensamento gramsciano (BIANCHI, 2006, p. 37-38).

As modificações feitas por Gramsci naquele prefácio demonstrariam, segundo tais intérpretes, que ele focaria sua atenção mais no elemento da vontade, da política, procurando assim se afastar do mecanicismo vulgar preponderante na época. Tratava-se de “revalorizar, no texto marxiano, o lugar ocupado pela intervenção humana, introduzindo o tema da vontade” (Idem, p. 39). De posse do instrumental metodológico da filosofia da práxis, depurado do mecanicismo vulgar, Gramsci tentará entender a unificação italiana dentro do contexto Europeu, isto é, a partir dos eventos da Revolução Francesa. Afinal, trata-se

³³ Trata-se do famoso prefácio “Introdução à contribuição para a Crítica da Economia Política de 1859”.

justamente da passagem das formas de vida feudais para a formação de uma nova civilização, a burguesa.

Nesse contexto, a Itália se insere de forma específica e contraditória em um movimento geral da Europa, o da consolidação do capitalismo como forma produtiva e da burguesia como a classe detentora do poder político.

Na comparação com os eventos ocorridos na França, como já vimos anteriormente, Gramsci considera que os eventos franceses ou, melhor dizendo, a Revolução Francesa, deu-se de forma radical com a tomada do poder de assalto por uma minoria revolucionária, os jacobinos, inaugurando um ciclo de revoluções baseado nessa mesma estratégia que Marx e Engels, e também Gramsci, chamaram de Revolução Permanente.

Acontece que, ao olhar para trás e procurar na história, Gramsci perceberá que as revoluções clássicas, de tipo jacobino, não são tão clássicas assim e que a modernização e a consolidação do capitalismo e do poder burguês não se deram dessa forma em muitos outros países, como na Itália, por exemplo.

Gramsci destacou que o processo de unificação italiana, que conduziu os reinos à unidade e à modernização capitalista, ocorreu pela condução hegemônica dos moderados, os quais, muito antes de terem conquistado o poder do Estado, já dispunham da direção do movimento de unificação. Sobre isso, ele diz:

A partir das políticas dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução deste problema tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites que se realizou, sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva”, para empregar a expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco (GRAMSCI, 2004. v. 5, Q. 19, § 24, p. 63).

A nota, também destacada por Bianchi (2008), traz algumas sérias questões a serem consideradas. É uma nota que Gramsci intitulou “O problema da direção política na formação e desenvolvimento da nação e do Estado moderno italiano”. Tal título é uma evidência de que ele se preocupa com o problema da hegemonia, com o problema da direção e descreve, no trecho destacado, ser desejável e necessário que um grupo político conquiste a direção do movimento muito antes da conquista do poder do Estado.

Para melhor elucidarmos essa questão, podemos recorrer a uma nota do Caderno 12, em que Gramsci ajuda a esclarecer o que é hegemonia, ou seja, a capacidade que determinado grupo político possui de construir um:

[...] consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção [...] (GRAMSCI, 2004. v. 2, Q. 12, § 1, p. 21).

Sem a pretensão de esgotar o complexo problema dessa categoria, podemos dizer que hegemonia é a capacidade de direção que determinado grupo político tem, ou seja, a capacidade de imprimir uma orientação social, política, cultural e econômica à sociedade.

Assim, se na França de 1789 foi possível aos jacobinos a guerra de movimento, ou seja, a tomada de assalto do poder, na Itália a unificação e a modernização da sociedade foram muito mais complexas. As condições históricas que possibilitaram aquela ação dos jacobinos na França – que se encerrou em 1871 com a consolidação da burguesia no poder – não se repetiram na Itália.

Podemos dizer que na França – nos primeiros anos da revolução – predominou a “guerra de movimento”, ou seja, a revolução ativa, com terror, a tomada de assalto do poder, e que na Itália, que seria um contraponto negativo ao modelo francês, prevaleceu a “guerra de posição”, ou seja, a revolução passiva, ou a revolução sem revolução (TOSEL, 1994).

Podemos nos aprofundar no termo revolução passiva analisando o que Gramsci e Bianchi (2008) revelam. Gramsci “empresta” o conceito de revolução passiva de Vincenzo Cuoco, como vimos anteriormente. Ele esclarece melhor essa questão na seguinte nota, intitulada “Vincenzo Cuoco e a revolução passiva”:

Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência imediata das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobina (GRAMSCI, 2004. v. 5, Q. 4, § 57, p. 209-210)

Prosseguindo no tema, Bianchi (2008) esclarece que:

Fortemente influenciado pelo realismo de Maquiavel e pelo historicismo de Vico, Vincenzo Cuoco havia definido a revolução napolitana de 1799 como uma revolução passiva, na qual a massa era “indiferente e inerte” (Cuoco, 1999, p. 210). Distingua, assim, as revoluções ativas, nas quais “o povo dirige prontamente a si próprio em direção àquilo que lhe interessa diretamente” (Idem, 1972), das revoluções passivas, nas quais “o agente dos governos adivinha o ânimo do povo e lhe apresenta aquilo que deseja e que por si próprio não saberia obter” (p. 256).

A revolução passiva, aquela em que o povo não participa, predominou na Itália como uma variante da revolução burguesa francesa. Sendo assim, o resumo dessa história até aqui seria o seguinte: na França, a revolução jacobina foi radical, tomou o poder de assalto e com

isso eliminou o atraso aristocrata, trazendo consigo todo o processo civilizador, ou seja, toda a positividade possível na forma societal do capitalismo, que é descrito, por exemplo, por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista³⁴.

Na Itália, por sua vez, a revolução burguesa, que se deu no processo de *Risorgimento*, foi uma revolução que transformou alguma coisa, mas não rompeu com o atraso, trazendo consigo, desse modo, todo o fardo das relações sociais precedentes.

Com tudo isso, acredito ter abordado parte da história, mais exatamente aquela que trata da especificidade italiana, materializada justamente na incapacidade da sua burguesia nacional de forjar uma revolução do tipo jacobina; condição que sustentou uma série de entraves no desenvolvimento do capitalismo italiano, por conta de arrastar consigo parte do atraso da sociedade feudal precedente.

Não obstante, ainda resta perguntar de que modo essas condições refletiram no presente de Gramsci. Como essa situação pôde atravancar a revolução no Ocidente? Qual era a leitura que Gramsci fazia sobre sua conjuntura? Dito de outra forma, como Gramsci lia o fascismo italiano? Pergunta-se Gramsci:

[...] tem um significado “atual” a concepção de “revolução passiva”? Estamos num período de “restauração-revolução” a instituir permanentemente, a organização ideologicamente, a exaltar liricamente? (GRAMSCI, 2004. v. 1, Q. 10 I, § 1, p. 281).

Resumindo, a pergunta de Gramsci é: o fascismo é uma forma de revolução passiva? Utilizaremos uma nota dele próprio, destacada também por Bianchi (2008), para refletirmos sobre essa pergunta:

A hipótese ideológica poderia ser apresentada nestes termos: ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro (GRAMSCI, 2004. v. 1, Q. 10 I, § 9, p. 299).

O que a pergunta de Gramsci sobre o fascismo e a nota evidenciam é uma mudança de perspectiva do autor sobre o conceito de revolução passiva. Se esse – em um primeiro conjunto de notas - foi utilizado para uma comparação histórica entre a Revolução Francesa e

³⁴ O Capital “[...] criou maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas; conduziu expedições que empanaram mesmo as antigas invasões e as Cruzadas.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 43).

o *Risorgimento*, agora serve à “a análise de fenômenos cujo dado dominante era o choque de classe entre burguesia e proletariado [...]” (BIANCHI, 2008, p. 289).

Nesse sentido, podemos encerrar dizendo resumidamente que, na análise de Gramsci sobre a especificidade italiana, se abriram pelo menos dois grandes ciclos revolucionários na Europa. O primeiro foi em 1789, com os jacobinos na França. Nesse período, a França revolucionária passou por um processo de “guerra de movimento”, que transformou toda a sociedade francesa forjando outra forma civilizatória – a capitalista –, com a burguesia no poder. Esse processo, iniciado na França, irradiou-se por toda a Europa, no entanto, na Itália, por conta da reação das classes conservadoras, e por condições históricas específicas, tomou outra forma, a forma da revolução passiva, ou seja, da guerra de posição. Esse foi o caso do *Risorgimento* italiano (TOSEL, 1994).

O outro período revolucionário configurou-se em 1917, período em que a Rússia passa por um processo de revolução radical, jacobina, que também se irradia por toda a Europa, porém, dessa vez, sem a burguesia como o sujeito transformador da história, mas sim como a classe antagônica à revolução. Nesse momento, o processo de revolução passiva instaurado pela burguesia – como o fascismo, por exemplo – não é mais o de transformar a realidade, mas o de atualizar sua hegemonia conservadora. Nesse sentido, o fascismo é uma revolução passiva, porque “[...] aparece como forma obrigatória para a reprodução da hegemonia” burguesa, dentro do *status-quo*, mantendo aquela posição passiva das massas (TOSEL, 1994, p. 44).

Nesse contexto, podemos pensar que os conceitos de política, revolução e cultura se entrelaçam a partir de categorias como guerra de posição, guerra de movimento, revolução passiva e, ainda, cultura (modos de vida) e educação.

A leitura de Gramsci sobre a Europa de seu tempo expressa a defesa de que a atividade revolucionária, ou, melhor dizendo, a estratégia revolucionária para o período, deve passar por uma disputa pela hegemonia, que é aquela capacidade de imprimir às massas uma direção. Essa disputa pressupõe também um rearranjo estratégico, que considere que o processo revolucionário no Ocidente agora necessita da articulação entre guerra de posição e guerra de movimento e não se concretiza mais apenas pela guerra de movimento.

Finalmente, nesse contexto, a luta cultural, que é parte da luta revolucionária, torna-se estratégica e, sendo assim, a questão educacional torna-se condição *sine qua non* para a vitória da revolução socialista no Ocidente. Sob essas condições é que se desenvolve a teoria educacional de Gramsci, que não deixa de ser um programa educacional de partido.

Assim, pretendo demonstrar nas próximas seções que, para enfrentar a burguesia e o seu representante na Itália – o fascismo –, Gramsci entende ser necessário enfrentar a revolução passiva que atualiza a hegemonia burguesa. Como? Conduzindo as massas ao consenso ativo. Para esse objetivo, são fundamentais a luta cultural e a implementação de um programa educacional, processo mediado pela política encarnada nos intelectuais.

VI O BLOCO HISTÓRICO E OS INTELLECTUAIS

Em novembro de 1926, próximo ao momento em que o terror final bateu à porta de Gramsci, ele trabalhava – conforme mencionei – em um texto conhecido como Alguns temas da Questão Meridional. Nessa brochura, o autor se debruçava sobre um assunto central: a questão da aliança operária e camponesa. Era um esforço intelectual para traçar as bases de uma “[...] aliança política entre operários do Norte e camponeses do Sul, com o objetivo de afastar a burguesia do poder do Estado” (GRAMSCI, 2004. v. 2, EP, p. 407).

Entre os inúmeros entraves para o desenvolvimento dessa política de aliança, estava a dificuldade de “[...] modificar a orientação política e a ideologia geral do próprio proletariado”, que sofria “[...] inconscientemente a influência da escola, do jornal, da tradição burguesa”. (Idem, p. 409)

Nessa brochura, se apresenta uma série de elementos e categorias que Gramsci trabalhou mais profundamente nos escritos do cárcere. Questões como as da escola, da imprensa, da religião, da ideologia, todas de alguma forma aprofundadas, revisitadas e reelaboradas nos Cadernos.

Também se apresenta em germe o tema de hegemonia, que aparece assim descrito:

Os comunistas turinenses haviam formulado de modo concreto a questão da “hegemonia do proletariado”, ou seja, da base social da ditadura proletária e do Estado operário. O proletariado pode se tornar dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora. (Idem, p. 408)

Não é uma novidade que Gramsci desenvolveu categorias nos Cadernos que, de alguma forma, já abordara na juventude – algumas com mais clareza, outras ainda em germe. Edmundo Dias, por exemplo, analisou a categoria hegemonia em seu livro Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia (DIAS, 2000).

Mas o que importa é perceber e reafirmar que os Cadernos são um aprofundamento teórico da militância revolucionária de Gramsci.

Vale também destacar como sua teoria está conectada com a história do seu tempo e, frise-se, com a luta revolucionária. Eram os temas da situação histórica daquele momento que o atormentavam, por exemplo, como mobilizar os trabalhadores da cidade e do campo para romper o cerco fascista.

Se, na cidade, os trabalhadores operários eram influenciados pelos jornais, pelas revistas, pelas escolas de tradição burguesas; no campo, a questão era ainda mais complexa e já em Alguns temas da Questão Meridional esse tema era levantado:

O Sul pode ser definido como uma grande desagregação social; os camponeses, que constituem a grande maioria da população meridional, não têm nenhuma coesão entre si [...]. A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural e os grandes proprietários e os grandes intelectuais. [...] Os intelectuais meridionais são um estrato social dos mais interessantes e dos mais importantes na vida nacional italiana. Para testar isso, basta pensar que mais de três quintos da burocracia estatal são construídos por meridionais. (GRAMSCI, 2004. v. 2, EP, p. 423-424).

Essas referências de Gramsci são o gancho para iniciarmos um debate teórico que visa a demonstrar como essas questões concretas da luta política italiana foram desenvolvidas nos Cadernos. O objetivo é evidenciar as relações, vínculos e/ou mediações que o autor estabelece entre bloco histórico, política, intelectuais, educação e revolução.

A origem sarda de Gramsci, com seu infortúnio pessoal, sua história de vida, sempre o levou, desde a juventude, a dar muita importância à questão do Sul meridional. No entanto, não é só a sua origem que o faz se debruçar sobre esse tema. Esse é também um dos problemas centrais do desenvolvimento do Estado-nação italiano.

Pensar como o Estado italiano, burguês, constrói cotidianamente seu poder e subordina tanto os operários do Norte quanto os camponeses do Sul é algo de grande importância política, bem como o papel que cada região italiana ocupa no sistema produtivo do Estado e na distribuição do poder.

Como a hegemonia burguesa se consolida na Itália, que papel o Norte e o Sul ocupam nessa construção? Como os operários do Norte e os camponeses do Sul podem se unificar e construir uma aliança capaz de forjar outra hegemonia?

Nos estudos sobre Maquiavel no Caderno 13, Gramsci sugere que um dos temas de importância a ser investigado na teoria do fiorentino é o da autonomia da política como ciência e de como a filosofia da práxis podia se apropriar da teoria de Maquiavel em seu proveito e assim superar a farsa ou equívoco idealista de Croce – que consiste, segundo o sardo, em apontar uma “[...] distinção dos momentos do Espírito, e na afirmação de um momento da prática, de um espírito prático, autônomo e independente, embora ligado circularmente através de uma dialética dos distintos” (GRAMSCI, 2000. v. 3, Q. 13, § 10, p. 26).

Como antídoto ao idealismo de Croce, Gramsci aponta uma fecunda sugestão:

Numa filosofia da práxis, a distinção certamente não será entre os momentos do Espírito absoluto, mas entre os graus da superestrutura; tratar-se-á, portanto, de estabelecer a posição dialética da atividade política (e da ciência correspondente) enquanto determinado grau superestrutural; poder-se-á dizer, como primeira referência e aproximação, que a atividade política é precisamente o primeiro momento ou primeiro grau, o momento no qual a superestrutura está ainda na fase imediata de mera afirmação voluntária, indistinta e elementar. (GRAMSCI, 2000. v. 3, Q. 13, § 10, p. 26)

A política então aparece como a ciência que contribuirá na compreensão da relação dialética entre vida material, economia, infraestrutura e os vários graus superestruturais, pensada a política aqui como parte da superestrutura.

E Gramsci esclarecerá ainda melhor esse tema por meio de seus estudos que apontam para a importância da noção de bloco histórico: categoria que supera a distinção entre estrutura e superestrutura, que se separam para fim de análise, mas que, na realidade, se apresentam como um todo orgânico. Sugere Gramsci:

Em que sentido se pode identificar a política e a história e, portanto, toda a vida política? Como, em função disso, é possível conceber todo o sistema das superestruturas como distinções da política e, portanto, como se pode justificar a introdução do conceito de distinção numa filosofia da práxis? Mas se pode falar de dialética dos distintos e como se pode entender o conceito de círculo entre os graus da superestrutura? Conceito de “bloco histórico”, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos. (GRAMSCI, 2000. v. 3, Q. 13, § 10, p. 26)

Como vimos, a noção de “bloco histórico” é o que vai superar – do ponto de vista teórico e interpretativo – a distinção entre estrutura e superestrutura, dando unidade aos contrários. Isso fica ainda mais explícito no parágrafo 21 do Caderno 7. Nessa nota, Gramsci se preocupa com a importância das ideologias e de como Marx – segundo ele – analisava esse tema. Vejamos:

[...] Ele diz mais ou menos isto: “quando esta maneira de conceber tiver a força das crenças polares” etc. Outra afirmação de Marx é a de que uma persuasão popular tem, com frequência, a mesma energia material, ou algo semelhante, e que é muito significativa. A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de “bloco histórico”, no qual precisamente as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem forças materiais. (GRAMSCI, 2004. v. 1, Q. 7, §21, p. 238).

A passagem não poderia ser mais explícita sobre como Gramsci concebe a categoria bloco histórico, ou seja, como considera a unidade orgânica entre estrutura e superestrutura, fortalecida pelas ideologias.

A tradução dessa teoria no real se apresenta justamente nos embates que determinadas forças políticas travam na construção de seu bloco histórico, ou seja, de sua forma civilizatória que organiza sua base material e produtiva, bem como determinadas concepções de mundo que expliquem e sustentem esse modo de vida, essa *civiltà*.

Um partido que lute pela revolução, ou seja, pela construção de outra forma civilizatória, por uma nova ordem, deve compreender justamente o que sustenta a forma de vida que ele quer superar. Esse foi o trabalho feito por Marx, Lenin e outros, e ao qual Gramsci acredita dar continuidade.

O texto citado a respeito da Questão Meridional e seu aprofundamento nos Cadernos do Cárcere é o esforço intelectual militante de Gramsci de achar um caminho que ajude a superar a sociedade burguesa, via a construção de um outro bloco de poder, que – no caso italiano – passa pela aliança operária (Norte) e camponesa (Sul).

Essa construção traduziria a teoria da estrutura e superestrutura (bloco histórico) no real concreto. Algo análogo ao trabalho filosófico que Lenin empreendeu na Revolução Russa. Um trabalho filosófico real, porque deixou de apenas interpretar o mundo e o forjou, na práxis.

A atividade filosófica real é então uma prática política, que é implementada no mundo real por agentes reais concretos. Gramsci identifica os agentes políticos desse processo na figura dos intelectuais. São esses, segundo o autor, os responsáveis pela atuação filosófico-política que constrói no real o mundo burguês, ou, pelo menos, a sustentação política do mundo econômico que a burguesia forjou.

Eles são aqueles que forjam a unidade entre estrutura e superestrutura, os verdadeiros responsáveis por cimentarem a unidade do bloco histórico do poder. No caso italiano, Gramsci apresenta sugestão e indicações para um estudo detalhado da formação dos intelectuais. Esse tema de estudos aparece já no primeiro esboço do autor³⁵.

Além de uma pesquisa específica a respeito dos intelectuais italianos empreendida no Caderno 12, há também outro – o Caderno 10 – dedicado especificamente ao estudo daquele que Gramsci entendia ser o principal intelectual da burguesia italiana, Benedetto Croce.

Sobre Benedetto Croce, penso já termos discutido o embate filosófico que Gramsci trava com ele, pensando essa peleja no contexto da filosofia. O que ainda cabe ressaltar é o debate do autor no contexto de “[...] um discurso sobre a natureza e o papel dos intelectuais, ou mais exatamente, sobre a função intelectual de qualquer forma que venha a ser exercida:

³⁵ Carta de 19 de março de 1927. (GRAMSCI, 2005. v. 2, CC, p. 128)

pelo indivíduo, pela organização privada, ou diretamente pelo Estado” (MANACORDA, 2008, p. 164).

Na busca de explicar a natureza e o papel dos intelectuais, Gramsci pergunta: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem uma sua própria categoria especializada de intelectuais?” (GRAMSCI, 2001. v. 2, Q. 12, § 1, p. 15).

Sua resposta é a de que os intelectuais, mesmo que se imaginem independentes, estão sempre ligados às classes sociais fundamentais. No entanto, Gramsci estabelecerá uma distinção entre os intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais. (MANACORDA, 2008, p. 164)

Os intelectuais orgânicos são aqueles ligados às classes sociais fundamentais do seu tempo. E os intelectuais tradicionais são aqueles que foram ligados às classes sociais fundamentais precedentes, resistiram às transformações sociais e se cristalizaram em uma casta supostamente autônoma em virtude de as classes que representavam não serem mais as fundamentais no poder em seu tempo. (MANACORDA, 2008, p. 164)

Interessante nessa questão é perscrutar como Gramsci demonstra a intervenção desses tipos de intelectuais e suas atividades distintas na construção do bloco histórico que sustenta o poder da burguesia na Itália. Afirma o autor:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...] (GRAMSCI, 2001. v. 2, Q. 12, §1, p. 15).

Os intelectuais a que ele se refere são os intelectuais orgânicos, aqueles ligados organicamente à classe social fundamental, que constrói seu tipo civilizatório no terreno da produção. São os funcionários intelectuais, que cumprem não apenas suas funções econômicas na produção, mas também atuam no plano social e político, justificando e reforçando aquela forma específica de construção do mundo. Podemos, ainda, acrescentar que:

Ser orgânico é ser permanente e oposto a conjuntural, é ser co-natural, coerente, consistente, unido e necessário, por possuir as mesmas raízes sócio-etnológicas. [...] Um intelectual orgânico é, portanto, o que reflete conscientemente os pontos de vista do grupo social ao qual está vinculado. Na maioria das vezes, estes intelectuais, criados no curso do desenvolvimento de uma classe, executam tarefas que representam “especializações de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz [...]” (JESUS, 1989, p. 65).

E são responsáveis, como mencionado, por dar liga, por cimentar, por construir a hegemonia do bloco histórico da classe dominante no poder, atuando da seguinte maneira:

[...] “ Intermediários” ou “comissários” do grupo dominante, esses intelectuais se tornam responsáveis, diante das massas, pelo aparato de coerção estatal que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem nem ativa nem passivamente, e principalmente que estimulam o “consenso espontâneo”. Eles elaboram a ideologia da classe dominante, difundindo-a entre todos os grupos sociais a fim de que se chegue àquele consenso espontâneo, criando também os aparelhos da sociedade política que asseguram, pela coerção, sua hegemonia. Na qualidade de “funcionários da superestrutura”, desfrutam de relativa autonomia, não sendo o reflexo passivo de uma classe, mas “comissários” do grupo dominante para exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (JESUS, 1989, p. 65)

Os responsáveis por organizar a direção e o domínio, os funcionários da superestrutura, mas também os articuladores no campo da infraestrutura, os responsáveis pela construção do bloco histórico do poder, aquela unidade/distinção entre infraestrutura/superestrutura – são esses os intelectuais orgânicos.

Mas não são só os intelectuais orgânicos clássicos os responsáveis por essa tarefa. Sobretudo na Itália, os intelectuais tradicionais também são de suma importância. Os intelectuais tradicionais são mais precisamente os:

[...] intelectuais preexistentes, os quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias de intelectuais é dos eclesiásticos [...] (GRAMSCI, 2001. v. 2, Q. 12,§1, p. 16).

Para Gramsci, a compreensão da importância dos intelectuais tradicionais na história da Itália é fundamental, pois, como mencionado, a modernização da Itália se deu via revolução sem revolução, via revolução passiva. Ou seja, a burguesia italiana, bem como a de outros países, inclusive a brasileira, não foi capaz de criar sozinha seus intelectuais orgânicos e forjar a revolução clássica de tipo jacobina. Esses intelectuais, em países em que esse tipo de modernização ocorreu, tiveram papel decisivo, quer na resistência ao processo de modernização, quer sendo cooptados pela causa burguesa. (JESUS, 1989, p. 69)

No caso específico italiano, há um elemento importante sobre a atuação dos intelectuais e sobre a questão da unificação desigual entre Norte e Sul. A formação do Estado italiano traz à tona a questão camponesa. Diz Gramsci

Assim, cabe observar que a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais ‘orgânicos’ e não ‘assimila’ nenhuma camada de intelectuais ‘tradicionais’[...]. (GRAMSCI, 2001. v. 2, Q. 12, §1, p. 16)

Embora sejam de suma importância para a produção da existência, os camponeses não criam seus próprios intelectuais orgânicos. Por isso, são inseridos no bloco de poder e na vida política pela mediação dos intelectuais tradicionais; aquela categoria de intelectuais “organicamente ligada à aristocracia fundiária”. (GRAMSCI, 2001. v. 2, Q. 12, §1, p. 16)

Fazem parte dessa categoria de intelectuais os eclesiásticos, mas não somente eles, e sobre isso nos esclarece Gramsci:

Os intelectuais de tipo rural são, em grande parte, “tradicionais”, isto é, ligados à massa social do campo e pequeno-burguesa de cidades (notadamente dos centros menores), ainda não elaborada e posta em movimento pelo sistema capitalista: este tipo de intelectual põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliões etc.) e, por esta mesma razão, possui uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. (GRAMSCI, 2001. v. 2, Q. 12, §1, p. 22-23).

Há também graus de hierarquia na função que cumprem os intelectuais, sejam os orgânicos, sejam os tradicionais. O padre da sacristia ou Benedetto Croce, dois exemplos de intelectuais tradicionais, cumprem papéis hierarquicamente distintos na construção da unidade do bloco histórico ou da capacidade hegemônica do bloco histórico no poder. (JESUS, 1989, p. 63-64).

É impossível esgotar o tema dos intelectuais no presente trabalho, mas ainda é importante destacar que Gramsci amplia muito a noção de intelectual e procura pensá-la a partir da função que ele cumpre e não do indivíduo “intelectual”, supostamente independente ou autônomo, destacado das classes sociais. Vale lembrar, ainda, que, para o autor, todo ser humano é um intelectual, embora nem todos cumpram a função específica de intelectuais. (GRAMSCI, 2001. v.2, Q. 12, §1, p. 18).

O intelectual não é fruto de uma característica especial de um indivíduo peculiar, mas sim resultado de construções histórico-sociais específicas, visto que todo ser humano tem capacidade intelectual. E exercita, em seu cotidiano, essa capacidade em alguma medida.

Essa é a razão pela qual a luta cultural e a luta educacional são lutas políticas de suma importância na construção de uma outra ordem societal. Porque é decisivo forjar os intelectuais orgânicos de sua classe, que atuarão na construção e elaboração de outra hegemonia, o que passa justamente pela constituição de um outro bloco histórico, que, no caso da Itália, seria o bloco composto pela aliança operário-camponesa, a junção capaz de superar a unificação assimétrica, que subordina o Sul aos interesses da burguesia do Norte. A aliança capaz de revolucionar a sociedade italiana e superar a sociedade de classes.

Assim, podemos dizer que Gramsci concebe o poder de determinada classe social em termos hegemônicos, pensando que essa hegemonia tem que ser capaz de construir um bloco de poder, um bloco histórico, que em termos filosóficos é a unidade/distinção entre infraestrutura e superestrutura e se traduz no real – no caso italiano do período, entre a aliança de forças concretas, ou seja, entre a burguesia do Norte e o latifúndio do Sul.

Essa construção é mediada pelos intelectuais, sejam os orgânicos ligados ao mundo da produção das classes fundamentais, sejam os tradicionais, que se tornam orgânicos por cooptação. Os intelectuais são os profissionais da política, os que dão liga ao projeto hegemônico de poder que se materializa no bloco histórico.

Assim, o problema da revolução na Itália é o de construir outra hegemonia, que se materialize em outro bloco histórico, o bloco de poder operário e camponês mediado pela política (intelectuais orgânicos da classe operária).

Claro que isso significa libertar os trabalhadores da cidade e do campo da influência dos intelectuais da classe antagônica, e isso é justamente parte da tarefa do partido – a da luta cultural; a luta pela educação, por outra educação, por romper com a forma constitutiva do Estado burguês, seja *stricto sensu*, seja em sentido integral. Vencer o Estado que constrói sua atualização, ou seja, derrotar a revolução passiva que reconstrói incessantemente o poder burguês.

Sobre a luta específica por uma outra educação, Gramsci tem um programa e procurarei demonstrar, a seguir, como ele se forjou. O que ele procurou enfrentar, as influências teóricas que ele combateu e as que incorporou, e como esse programa educativo era um projeto de educação para uma participação política democrática. Não no sentido de uma democracia liberal burguesa, mas de uma democracia que superasse a distinção entre governantes e governados.

VIII A EDUCAÇÃO

Usei, em páginas anteriores, a metáfora do labirinto para me referir aos Cadernos do Cárcere, por entender que as notas de Gramsci e a forma de escrita – pouco sistematizada – oferecem dificuldade aos leitores.

Sem descartar então essa imagem, entendo que uma outra metáfora pode ser fecunda na compreensão dos escritos carcerários de Gramsci. Podemos dizer que a caneta tinteiro gramsciana, que raspa o caderno e quadricula os escritos, é a mesma que constrói a teia que articula as diversas categorias gramscianas.

A ideia de teia ou rede ajuda a pensar que as várias categorias descritas nos Cadernos se articulam de forma espantosa, tornando quase impossível tratar de educação e escola sem retomar algumas discussões já feitas sobre: Estado, cultura, revolução, revolução passiva, hegemonia, bloco histórico, intelectuais com o objetivo de encontrar e demonstrar os nexos entre elas e explicitar a importância que Gramsci dá à educação e à escola na luta cultural e no projeto de revolução.

A unificação italiana via revolução passiva, forjou um Estado burguês, que conformou uma estrutura social complexa e conservadora, alicerçada não apenas na absorção assimétrica das classes sociais, mas também em uma relação desigual entre Norte e Sul: a chamada – e já abordada – Questão Meridional, em que o Sul (agrário) é integrado ao Norte (industrial) em condições de subalternidade.

Se todo indivíduo é um bloco histórico, Gramsci viveu todas essas contradições da conformação social italiana na própria pele. De origem pequeno-burguesa, assistiu ainda criança ao esfacelamento econômico da família e a dura realidade da pobreza sarda após o pai ser preso por peculato no departamento de registros; muito embora a verdadeira razão de sua prisão tenha sido apoiar, em uma disputa eleitoral, o “jovem – Enrico Carbone Boy – contra o deputado Cocco Ortu, uma rica eminência local e que já era parlamentar”. (LAJOLO, 1982, p. 18)

Ao intervir na disputa de poder existente na ilha, Francesco Gramsci paga com a prisão. A família amarga a falência financeira e são a mãe (Peppina) e o irmão mais velho (Gennaro) – em princípio – que terão de arcar com o sustento da família. Aos outros irmãos e ao próprio Antonio sequer é revelado o destino do pai. Até que Nino, como assim esse era chamado, descobre ouvindo comentários de colegas na escola.

A humilhação e o preconceito assolaram a família Gramsci. E muito cedo Nino teve que colaborar com o seu sustento. O efeito foi que “[...] o trabalho pôs fim à sua infância, de

maneira mais brutal para uma criança, isto é, pela necessidade de contribuir ele também para a manutenção da família: com 11 anos foi trabalhar no registro civil de Ghilarza, dez horas por dia [...]” (LEPRE, 2001, p. 13)

Com 11 anos, Gramsci já tinha vivido quatro anos na escola, pois havia ingressado aos sete. As boas notas que sempre obtinha, ele atribuía ao fato de saber falar italiano³⁶, mas que colegas justificavam por perceberem que Gramsci lia muito (FIORI, 1979, p. 24).

Como vimos, a *Questão Meridional* se traduziu de forma duríssima na vida da família Gramsci e Nino, com 11 anos, recebia pelo duro trabalho de arrastar livros de registros mais pesados que ele, o equivalente a um quilo diário de pão, enquanto os filhos dos ricos – que na Sardenha eram o dono do bar, do açougue ou da farmácia – podiam estudar tranquilamente, mesmo obtendo resultados escolares inferiores aos do jovem Antonio. (LEPRE, 2001, p. 13)

Mesmo com dificuldades, a família se esforçou para garantir os estudos de Nino, seja com aulas particulares, seja enviando-o para fora de Ghilarza – primeiro para Santu Lussurgiu e depois para o Liceu em Cagliari. No entanto, mesmo com tantos esforços, suas condições de vida e de estudo sempre foram precárias. (LEPRE, 2001, p. 13-14)

É desse período o primeiro texto de Gramsci, intitulado “Oprimidos e opressores”, um trabalho escolar de 1910, época em que cursava o último ano do Liceu (equivalente ao ensino médio no Brasil) em Cagliari. O texto descreve um mundo dividido em classes e a luta entre dominantes e dominados, envolvendo – segundo o jovem Gramsci – interesses da burguesia comercial³⁷.

Findado o Liceu, Gramsci participa – em outubro de 1911 – de uma prova para concorrer a uma bolsa de estudos. Naquele tempo, “[...] os estudantes pobres das antigas províncias do ex-reino sardo tinham oportunidade [...] de prosseguir os estudos na Universidade de Turim, através de uma bolsa concedida pelo Colégio de Carlo Alberto” (FIORI, 1979, p. 87)

Não foi fácil para Gramsci participar da seleção, pois as condições precárias em que estudou, aliadas às várias refeições que deixou de fazer por não ter o que comer, o deixaram desnutrido. Um tio próximo o abrigou e o contratou como professor. Gramsci aceitou, mas não conseguiu estudar para o exame de seleção nos dois meses em que esteve na casa do tio. Isso o atormentou. Saiu dessa casa e teve apenas um mês para estudar. (FIORI, 1979, p. 88-89)

³⁶ Gramsci nasce na Sardenha, Itália. Na Sardenha, as crianças de sua época, em sua maioria, falavam o dialeto sardo e não o Italiano.

³⁷ Cf. GRAMSCI, 2005. v. 1, EP, p. 43-46.

Conseguiu ser aprovado nos exames e ingressou na Universidade de Turim para cursar *Lettere*. Importante registrar que nesse mesmo exame dois personagens importantes também são aprovados: Palmiro Togliatti e Angelo Tasca. (GRAMSCI, 2005. v.1, EP, p. 47)

O ingresso na Universidade com uma bolsa de estudo de 70 liras por mês não significava um refresco na vida de Gramsci. Era uma ínfima quantia para o custo de vida de uma cidade como Turim.

Lajolo descreve os primeiros meses de Gramsci em Turim:

O impacto com Turim é duro, a solidão é total: Antonio não tem dinheiro e não conhece ninguém, sofre com frio e com frequência não tem o necessário para comer no pequeno quarto que alugou sobre o Lungo Dora. [...] Empenha-se bastante no estudo, seguindo com particular interesse as aulas do Prof. Cosmo, que lhe recordam conversas com Garzia e o espírito laico de Croce, e realizando [...] uma pesquisa sobre o dialeto sardo. Tem assim ocasião de conhecer um estudante seu conterrâneo, Palmiro Togliatti, e de empreender junto com ele uma investigação sobre a estrutura social da Sardenha. (LAJOLO, 1982, p. 21)

Já nos primeiros meses de Turim, – solitário e sem dinheiro – Gramsci entra em contato com a teoria de Croce, com o movimento socialista e com figuras como Palmiro Togliatti e com Angelo Tasca, de quem se tornou muito amigo. No entanto, nesses primeiros meses, sua maior atenção é dedicada aos estudos. (LAJOLO, 1982, p. 22)

Gramsci sofrerá com solidão, depressão, dores de cabeça e a luta pela existência e a permanência na Universidade. Durante seu curto período como estudante universitário, enfrentou inclusive cortes da já mísera bolsa de estudos que o mantinha, por não conseguir fazer os exames. No fim de 1915, abandona definitivamente os estudos. Não sem pesar, mas com a convicção de que deve seguir o caminho de militante socialista e jornalista. Vejamos como Lajolo descreve esse episódio:

O trabalho no jornal ocupa-o agora inteiramente, permitindo-lhe viver imerso nos problemas mais candentes, participar no destino revolucionário de toda a classe. Não sente mais interesse pela glotologia e pela especialização linguística – à qual se dedicara com muita sensibilidade e até poucos meses antes –, e, por volta do fim de 1915, abandona o esforço e a solidão dos estudos. Não o faz sem tristeza, mas está consciente de que dedica agora aos estudos apenas muito pouco tempo e deseja sentir-se livre para trabalhar para si e para o próprio futuro, ainda que assim venha a trair as expectativas dos parentes. (LAJOLO, 1982, p. 26)

Interessante perceber que a inserção assimétrica promovida pela modernização italiana, que constrói e reconstrói cotidianamente a desigualdade social e a subalternização de uma classe e de uma região do país (Sul), é sentida – como já vimos anteriormente – e vivida por Gramsci. O Estado, fruto da revolução passiva, que submete não só os sardos, mas

também os operários do Norte, forja essa subalternização cotidianamente, mas constrói também o seu contrário, a militância anticapitalista e antiburguesa. E Gramsci percebe, nesse período em Turim, que os inimigos são os capitalistas do Norte e os latifundiários do Sul. (LAJOLO, 1982)

Sua luta pessoal por acesso e permanência na escola, e depois, na Universidade, foi forjando sua personalidade militante e socialista, a partir das contradições vividas. Da sua condição meridionalista à de um militante socialista, Gramsci foi construindo sua percepção de mundo, da exploração capitalista, de como essa se traduzia, também, na exclusão dos mais pobres da educação e da escola, e de como essa exclusão era estratégica para a consolidação e a reprodução da forma de vida burguesa, cotidianamente produzida pelo Estado, e que tinha que ser construída de forma diferente pelos comunistas, se esses quisessem se tornar Estado e edificar uma nova ordem.

Essas contradições foram vividas ao longo de toda a vida de Gramsci, e, por isso mesmo, também ao longo de toda a sua trajetória escolar. Lajolo lembra – baseada em críticas do próprio Gramsci –, por exemplo, que:

O ginásio é uma pequena escola municipal, onde três “supostos” professores fazem o melhor que podem para ensinar a cinco classes. Aquela escola não satisfaz sua curiosidade intelectual; ao contrário, faz com que ele perca o interesse pelas ciências exatas e pela matemática e não contribui muito para sua formação cultural. (LAJOLO, 1982, p. 19)

As críticas de Gramsci à escola formal e à Universidade não o fizeram esquecer nem perder de vista a importância delas, tanto para o projeto de mundo capitalista, quanto para o projeto antípoda, comunista. Afinal, foi também através da escola – e do irmão mais velho – que Gramsci tomou contato com a teoria socialista³⁸. E é na Universidade, particularmente nas aulas do Prof. Pastore – no curso de filosofia teórica – que Gramsci vai estudar o marxismo de forma crítica e inserir em seu arcabouço teórico o tema da cultura e seu papel na formação da consciência do proletariado. (LAJOLO, 1982, p. 24)

Vê-se, portanto, que, para Gramsci, a escola formal cumpre um papel contraditório: se, por um lado, é parte do projeto do Estado para conformar determinada sociedade – que exclui e torna desigual uma parcela considerável da população –, por outro lado, de alguma maneira, também contribui para o objetivo contrário a esse: a superação da forma de organização social.

Obviamente, Gramsci não perde de vista que o Estado é sempre

³⁸ O professor Raffa Garzia indica uma série de leituras socialistas para Gramsci, que acaba por tornar-se um dos seus alunos preferidos. (LAJOLO, 1982, p. 20)

[...] “educador” na medida em que tende precisamente a criar novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura [...] (GRAMSCI, 2000. v.3, Q. 13, §11, p. 28).

O excerto demonstra a relação complexa entre educação, estrutura e superestrutura. Ao mesmo tempo em que o Estado é expressão de determinada forma de produção é ele também o conformador e educador, de determinado modo de vida, ou seja, de determinada forma econômica, inclusive. Sendo assim, se não é possível mudar o mundo somente através da educação ou da luta cultural, também já não é mais possível mudar o mundo ou fazer a revolução sem a luta cultural e sem garantir o acesso dos subalternos à escola e à educação.

É por isso que Gramsci vai apresentar um projeto, um programa de educação e de escola, que é um projeto de educação comunista e que, por isso, só pode ser completado em uma sociedade comunista. Mas nem por isso deve-se deixar de buscar implementá-lo desde agora, pois não é apenas o projeto de uma escola futura, mas também um instrumento para a luta cultural do presente.

Seu programa de educação e de escola, descrito no Caderno 12, estava fortemente inserido nas disputas filosóficas gerais e específicas sobre o tema e foi também parte de sua luta cultural e intelectual contra o idealismo de Croce e de Gentile.

O Estado italiano, forjado na revolução passiva, tornou nacional a Lei Casati de 1859. Foi um movimento tardio, verificado em toda a Europa, no sentido de tornar burguesa e liberal a educação. Gramsci, que estudou na escola implementada segundo essa lei, a considerava muito atrasada. Segundo Jesus, essa lei:

[...] defendia uma centralização burocrática e um autoritarismo muito grande, visando neutralizar a ingerência do clero na educação. A lei defendia um dualismo de ensino – clássico e técnico –, enquanto favorecia uma ampla liberdade entre o ensino público e o privado, negando, em nome deste princípio, o monopólio estatal. Os municípios podiam abrir suas escolas. (JESUS, 2005, p. 22)

Na verdade, o modelo de educação que a Lei Casati criava era excludente e autoritário, o que levava ao fracasso do sistema de ensino italiano, refletido nos altos índices de analfabetismo, tema que Gramsci chegou a discutir em artigo pré-carcerário. Segundo Jesus, Gramsci concluía que os altos índices de analfabetismo eram o resultado da política pedagógica da Lei Casati e da educação que a classe dominante oferecia aos subalternos. (JESUS, 2005, p. 22)

Gramsci combateu o sistema educacional da Lei Casati, mas também enfrentou as propostas de reforma educacional implementadas no pós-guerra (pelo idealismo de Gentile aliado ao fascismo) e as sugeridas por outros partidos que disputavam esse terreno político. A estratégia de revolução passiva fascista valorizava a educação como algo estratégico. Sobre isso, diz Carmo:

A escola foi também, para os fascistas, uma das instituições de maior relevância, pois, na gênese do partido, foi objeto de profunda reformulação, aos cuidados de Giovanni Gentile, com o objetivo de garantir o progresso econômico do país, pela elevação do “nível moral e cultural” das massas e pela criação de uma elite dirigente forte e em contínua renovação. (CARMO, 1999, p. 46)

A reforma de Gentile foi implementada separadamente, por meio de uma série de decretos-leis e normas aprovadas no período em que este foi Ministro da Instrução Pública (30 de outubro de 1922 a 26 de junho de 1924). (CARMO, 1999, p. 48)

Embora aprovada por decretos separados, apresentava uma visão “[...] integral dos problemas da escola e da cultura” (CARMO, 1999, p. 48). Com efeito, segundo Manacorda, a escola fascista é pensada e forjada “[...] numa rigorosa distinção entre escolas para as classes privilegiadas, com tradicionais estudos humanísticos, e escolas para as classes subalternas, limitadas a aprendizados profissionais especializados”. (MANACORDA, 2006, p. 331)

Manacorda seleciona um trecho esclarecedor em que o próprio Ministro da Instrução do fascismo, Gentile, descreve seu projeto educacional. Diz ele:

Um dos artigos fundamentais do meu e, permitam-me dizê-lo, do nosso credo pedagógico é este: que as escolas, para que possam funcionar, devem receber somente aqueles que podem entrar nelas com espírito despreocupado, livre de segundas intenções, dispostos a procurar nelas a cultura pela cultura, a si mesmos e aquilo que pretendem ser. Para que isso se torne possível, é preciso que as escolas reduzam de muito seus efetivos escolares. ... A exclusão de um certo número de alunos da escola pública foi o propósito bem claro de nossa reforma. Não deve haver lugar para todos... A reforma visa exatamente isso: reduzir a população escolar. (GENTILE apud MANACORDA, 2006, p. 331)

É do próprio idealizador da reforma que lemos qual era seu objetivo: garantir uma educação assimétrica, em que as classes subalternas seriam incluídas de forma seletiva e formadas para especializações profissionais, quando muito. Enquanto para as classes dominantes, aquelas cujo filhos têm “espírito despreocupado e livre de segundas intenções”, será garantida a mais alta educação humanística para que essas continuem sendo dominantes.

Esse é o cenário educacional que Gramsci tenta combater. Por um lado, a educação oferecida pela Lei Casati era conservadora, atrasada, tratava a criança como objeto passivo,

era excludente e não garantia nem o acesso nem a permanência de todos. Por outro, as reformas fascistas eram ainda mais conservadoras e institucionalizavam a exclusão como projeto político educacional, querendo forjar um projeto pedagógico que restringia a entrada das camadas subalternas na escola ou lhes garantia apenas o ensino profissional, aprofundando uma distinção entre trabalho manual e intelectual.

Há aqui uma outra questão: diante dessa realidade, como traduzir filosoficamente um programa em um projeto pedagógico comunista?

Manacorda, ao tratar desse tema a partir da revisão das cartas de Gramsci, afirma:

A partir de 1929, se definem claramente os dois temas centrais da reflexão pedagógica gramsciana: a opção metodológica entre espontaneísmo e autoritarismo, e a opção conteudística entre instrução intelectual tradicional e instrução moderna tecnológica. (MANACORDA, 2008, p. 76)

Ao refletir, nessas cartas, sobre a educação dos filhos e da sobrinha, Gramsci se coloca o dilema, apresentado por Manacorda. Qual educação sugerir, a espontaneísta ou a autoritária? A conteudística, ou a moderna tecnológica?

À medida que foi construindo seu juízo sobre o tema, partindo da preocupação que tinha com a educação das crianças da família, Gramsci foi também forjando sua filosofia da educação e esboçando sua concepção de ser humano a ser criado pela revolução comunista. Toda educação, toda pedagogia quer formar um tipo de ser humano, cujo modelo Gramsci constrói, pela via da reflexão filosófica, e apresenta por meio de uma fecunda metáfora: a figura de Leonardo da Vinci.

Em uma carta de primeiro de agosto de 1932, endereçada à esposa, Gramsci mais uma vez discute com ela a educação dos filhos. O tema, agora, é se as crianças nascem, ou não, com alguma inclinação para determinadas atividades. Afirma não acreditar que crianças tenham tendências a alguma profissão específica e diz não concordar com as posições da esposa. Prossegue, ponderando que, por serem tão jovens, é possível que coexistam nelas todas as faculdades humanas (intelectuais e práticas) e que em algum momento da vida possam vir a se especializar (GRAMSCI, 2005. v. 2, CC, p. 224). Em seguida, apresenta a Giulia sua metáfora da formação humana integral:

O homem moderno deveria ser uma síntese daquelas características que são... hipostasiadas como características nacionais: o engenheiro americano, o filósofo alemão, o político francês, recriando por assim dizer, o homem italiano do Renascimento, o tipo moderno de Leonardo da Vinci transformando em homem-massa ou homem coletivo, ainda que mantendo sua forte personalidade e originalidade individual [...]. (GRAMSCI, 2005. v. 2, CC, p. 225)

São, portanto, as reflexões acerca da filosofia educacional e da formação dos filhos que conduziram Gramsci a uma ideia mais clara a respeito de qual tipo de ser humano a revolução comunista deveria forjar, articularam-se aqui, como uma teia, as diversas categorias debatidas anteriormente. No Caderno 11, em que ele enfrentou a filosofia idealista de Croce e Gentile, Gramsci apresentou a filosofia da práxis como a única capaz de dar unidade à realidade cindida que o capitalismo criou. Isso porque é única capaz de unificar pensamento e ação. Lenin, por isso, seria o filósofo por excelência, pois foi o que conseguiu dirigir a classe proletária rumo à revolução.

É através da filosofia da práxis em ato – ou seja, pela via da revolução mediada pela política – que se pode romper também a cisão existente entre trabalho intelectual e trabalho manual e possibilitar uma unidade orgânica entre as duas atividades.

Por sua vez, é pela educação (que aqui é pensada em unidade com a política) que é possível superar o senso comum e construir uma visão unitária de mundo capaz de possibilitar aos subalternos um “conhece-te a ti mesmo”, que nada mais é do que “[...] a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política)”. (GRAMSCI, 2004. v. 1, Q. 11, v. 1, § 12, p. 103)

É essa consciência que será capaz de forjar no simples, no homem-massa, a unidade entre a forma como ele pensa e a forma como ele age, as quais, segundo Gramsci, também encontram-se cindidas. (GRAMSCI, 2004. v. 1, Q. 11, § 12, p. 97)

É a unidade do gênero humano que Gramsci persegue. Em potência, todo ser humano é capaz de desenvolver as faculdades intelectuais e manuais. Todos são filósofos (Caderno 11) e intelectuais (Caderno 12), e não é possível atividade manual sem atividade intelectual ou filosófica. Por isso, ao se perguntar a respeito da educação espontaneísta *versus* a autoritária (metodologia), ou da educação conteudística *versus* a instrução moderna tecnológica, Gramsci rejeita todos os modelos (MANACORDA, 2008, p. 77).

A dicotomia entre um e outro é simplória e abstrata e não reflete a complexidade do tema. Na verdade, como bem aponta Meta, Gramsci “[...] estabelece a necessária complementaridade entre formação humanística e moderna formação matemática de tipo norte-americano” e ainda rejeita o espontaneísmo pedagógico, que significaria, na prática, o abandono da criança à influência dos estímulos externos. (META, 2017, p. 231)

Segundo Gramsci, a escola ativa (escola nova) contribuiu para uma necessária crítica à escola jesuítica, no entanto, houve um exagero que deu margem à apologia do espontaneísmo. Ele diz:

A “espontaneidade” é uma destas involuções: quase se chega a imaginar que o cérebro do menino é um novelo que o professor ajuda a desnovelar. Na realidade, toda geração educa a nova geração, isto é, forma-a; a educação é uma luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, a fim de dominá-las e de criar o homem “atual” à sua época. (GRAMSCI, 2001. v. 2, Q. 1, § 123, p. 62)

O homem, o ser humano, é sempre o resultado de uma construção histórica, fruto da luta contra os instintos biológicos, contra a natureza, a fim de dominá-los; em outros termos, somos – segundo Gramsci – o resultado da forma histórica como as gerações adultas modelaram, através também da educação, as gerações mais jovens. Não há, portanto, nesse processo de construção da humanidade, pura espontaneidade, pois, como já apontado, presumi-la seria abandonar a criança aos instintos e aos estímulos mais diversos.

Essa é uma das razões pelas quais Gramsci relaciona educação com política, com o Estado e com a revolução, pois a disputa por forjar uma nova ordem passa pela construção de uma nova humanidade, e, portanto, pela educação e pelo o Estado como educador. Trata-se daquilo que já dissemos: o Estado como instrumento da burguesia para forjar e atualizar, cotidianamente, na realidade, sua forma societal. No Caderno 13 o autor é literal sobre esse tema, ao dizer:

Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (GRAMSCI, 2000. v. 3, Q 13, § 7, p. 23)

É por meio do Estado, na sua tarefa educativa, que se constrói o ser humano adequado às exigências do modelo de produção vigente. A separação desses momentos – econômico e cultural; estrutural e superestrutural – só pode ocorrer para fins metodológicos, pois na realidade se apresentam como um todo orgânico, como um bloco histórico, a serviço do exercício de poder por uma classe determinada. Modo de produção, Estado (em sentido integral), escola e cultura são todos elementos de um só bloco histórico hegemônico. Formam um modo de vida, uma *civiltà*, um tipo civilizatório.

As democracias modernas ocidentais, em contraposição à Rússia de 1917, desenvolveram uma forma de sociedade mais complexa, em que o Estado cumpre uma tarefa muito mais orgânica, de modo que, segundo Gramsci, as revoluções não poderiam mais ser feitas no modelo jacobino. Não por acaso, o autor trata desse tema no mesmo parágrafo 7 do Caderno 13:

Conceito político da chamada “revolução permanente”, surgido antes de 1848, como expressão cientificamente elaborada das experiências jacobinas de 1789 ao Termidor. A fórmula é própria de um período histórico em que não existiam ainda grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos [...]. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição [...]. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações da sociedade civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra etc. (GRAMSCI, 2000. v. 3, Q 13, § 7, p. 24)

Nessa importante nota, Gramsci opera uma articulação entre a função educadora do Estado e a crítica da teoria de revolução permanente; isto é, articula organicamente o tema da construção de um determinado tipo de ser humano com o da produção econômica. Ou, dizendo de outra forma, Gramsci destaca - como estratégica - a função educadora do Estado e reflete sobre a validade da forma da revolução permanente. Nas sociedades ocidentais, a estratégia revolucionária deve ser a da “hegemonia civil”, em que a guerra de movimento passa paulatinamente a ser apenas parte de um processo, mais complexo, no qual ela se articula com a guerra de posição. Ou, na caneta do autor, tal estratégia “faz com que seja ‘parcial’ o elemento do movimento, que antes constituía toda a guerra”. (GRAMSCI, 2000. v. 3, Q. 13, § 7, p. 24)

Importante destacar que a estratégia revolucionária de Gramsci passa a ser a hegemonia civil, que seria a guerra de posição, ou seja, em parte, a luta cultural, que inclui a luta por um programa educacional, pela educação e pela escola, mais a guerra de movimento. Cabe destacar que o projeto revolucionário de Gramsci não descarta a guerra de movimento, mas acentua que somente essa não é capaz de garantir o sucesso da revolução. Fez-se necessário um ajuste estratégico que incorpore a guerra de posição.

Assim, a educação é parte da estratégia revolucionária de Gramsci. O desenvolvimento de sua filosofia da práxis inclui uma filosofia da educação e estabelece um nexo indissolúvel entre trabalho, Estado, educação, escola e o tipo de ser humano e modelo civilizatório da sociedade comunista.

Outra categoria importante, que atravessa a filosofia da educação e a filosofia política de Gramsci, é a de democracia, situada de forma original nas relações de poder. O tipo de sociedade a ser forjada é uma sociedade democrática, em que todos possam desenvolver suas capacidades e ter a possibilidade de decidir. Não se trata da democracia liberal burguesa, que é fundada em uma igualdade jurídica e abstrata, mas de uma democracia operária, cuja maior

experimentação foi aquela vivenciada pelos operários e dirigentes nos conselhos de fábrica, em Turim, e pelos soviets, na Rússia.

Trata-se, então, de forjar outra *civiltà*, ou seja, outra escola, outra cultura, outra política, outro Estado. Acontece, porém, que essa outra escola e essa outra política não são apenas um fim, mas também um meio para construção da nova *civiltà* e do novo homem.

A outra política só é possível com outra educação e com outra escola. E a luta por outra educação e outra escola já é outra política, outra estratégia: a da hegemonia civil, a da guerra de posição, aliada à guerra de movimento.

Gramsci estabeleceu, como já mencionei, um embate filosófico-político com a reforma educacional de Gentile.

O autor estabelece uma análise conjunta e comparativa entre o modelo tradicional representado pela escola da reforma Casati e o da reforma de Gentile. Segundo Gramsci, o ponto positivo do modelo tradicional, representado pela escola da Lei Casati, é que “sua organização e seus programas eram expressão de um modo tradicional de vida intelectual e moral, de um clima cultural difundido em toda sociedade italiana por uma antiquíssima tradição” (GRAMSCI, 2001. v. 2, Q. 12, § 2, p. 45).

A escola tradicional, a velha escola, tinha ligação orgânica com determinado momento histórico, com determinada tradição e formação cultural. Por outro lado, a proposta sugerida por Gentile, segundo o juízo de Gramsci, é baseada em um modelo abstrato. A crítica de Gramsci foi na direção de demonstrar que o idealismo de Gentile é a “[...] expressão de um modelo de sociedade liberal ligada a uma visão elitista da política e incapaz de captar a novidade de fundo da sociedade moderna: a irrupção das massas na vida política” (META, 2017, p. 247)

A denúncia de Gramsci a respeito da educação idealista-fascista é que ela é voltada para a manutenção e aprofundamento das desigualdades sociais na Itália e para o oferecimento de tipos diferentes de educação para os filhos das classes dominantes e os filhos das camadas subalternas. Diz Gramsci:

Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvado como democrático, quando, na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas. A escola tradicional era oligárquica já que destinada à nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez a tornar-se dirigente: mas não era oligárquica pelo seu modo de ensino. (GRAMSCI. v. 2, 2001, Q. 12, § 2, p. 49)

A escola tradicional, anterior à reforma de Gentile, era excludente porque atendia a poucos – uma elite privilegiada – mas não fazia diferenciação de classe quanto ao ensino que oferecia. O modelo de Gentile é ainda mais antidemocrático, pois conduz ao aprofundamento da divisão entre classes, diversificando o tipo de educação destinado a cada uma.

Contra o projeto de Gentile, Gramsci tem uma proposta de escola e uma ideia de democracia. Essa, para ele,

[...] não pode significar apenas que um operário manual se torne qualificado, mas que cada “cidadão” possa tornar-se “governante” e que a sociedade o ponha, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados. (GRAMSCI, 2001. v. 2, Q. 12, § 2, p. 50)

Uma escola democrática é uma escola que possibilite que cada cidadão possa tornar-se governante, ou seja, que contribua para o fim da distinção entre dirigentes e dirigidos, algo muito distante dos objetivos da escola fascista idealizada por Gentile. Diz Gramsci:

Mas o tipo de escola que se desenvolve como escola para o povo não tende mais nem sequer a conservar a ilusão, já que ela cada vez mais se organiza de modo a restringir a base da camada governante tecnicamente preparada, num ambiente social, político que restringe ainda mais a “iniciativa privada”, no sentido de dar esta capacidade e preparação técnico-política, de modo que, na realidade, retorna-se às divisões em “ordens” juridicamente fixadas e cristalizadas em vez de superar as divisões em grupos: a multiplicação das escolas profissionais, cada vez mais especializadas desde o início do currículo escolar, é uma das mais evidentes manifestações desta tendência. (GRAMSCI, 2001. v. 2, Q. 12, § 2, p. 50)

A ilusão a que se refere o autor é a de que a escola proposta por Gentile é democrática. Era, na verdade, uma escola excludente, antidemocrática, voltada a manter as desigualdades sociais.

Isso foi descrito de forma muito clara por Gramsci. Para ele, a tendência da escola fascista era a de “[...] abolir qualquer tipo de escola ‘desinteressada’” (não imediatamente

interessada) e ‘formativa’, ou de conservar apenas um seu reduzido exemplar, destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres”. (GRAMSCI, 2001, Q. 12, v. 2, § 1, p. 33)

Era essa a elite da burguesia, que seria formada para ser dirigente, enquanto para a maioria das pessoas e para as classes subalternas seriam oferecidas as “[...] escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados”. (GRAMSCI, 2001. v. 2, Q. 12, § 1, p. 33)

No bojo dessa crítica, o autor propõe um modelo de escola condizente com sua estratégia revolucionária para o Ocidente. Uma escola do trabalho, que alie formação humanística e especialização técnica, ou seja, que eduque para um “*ordine nuovo*” e forme um novo homem.

Nosella sintetiza muito bem o teor dessa proposta educacional de Gramsci, lembrando que se trata de uma escola do trabalho, entendido esse em sentido desinteressado, que não se pode confundir com emprego. Diz o autor:

A estrutura de escola unitária, inspirada no trabalho moderno de forma desinteressada, é a seguinte: formará a nova geração desde os 6 anos de idade até os 16 ou 18, isto é, até o limiar da escola profissionalizante, que será a universidade (onde se ensinam as profissões intelectuais) ou da academia (onde se ensinam as profissões ligadas diretamente à produção prática). Mesmo o ensino primário e médio (1º grau), portanto, é informado pelo princípio pedagógico do trabalho industrial obviamente de forma desinteressada. De fato, ao ensinar as leis objetivas que governam a natureza (*societas rerum*) e a sociedade (*societas hominum*), prepara remotamente o jovem para o mundo do trabalho, pois o ajuda a superar o mundo da fantasia, do folclore e da relações subjetivo-familiares. Didaticamente será uma escola ativa, temperando e fecundando a orientação “dogmática” que, nessa primeira fase, não pode deixar de existir. O caráter didático-diretivo deve ser abandonado à medida que o jovem supera e vence a fase “instintiva”, tornando-se, ao assumir e internalizar os mecanismos e as leis da sociedade, um homem livre, autônomo e criativo. (NOSELLA, 2004, p. 169)

Uma escola do trabalho, ativa, mas que não abra mão de um certo diretivismo necessário, sobretudo, nos anos iniciais – essa é a proposta de escola única sugerida como contraponto à escola de Gentile. Para Gramsci, a crise educacional aprofundada pelo projeto fascista poderia encontrar solução com o seu projeto de escola única que “[...] equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual”. (GRAMSCI, 2001. v. 2, Q. 12, § 1, p. 33)

E para não restar dúvidas de se tratar de um projeto de sociedade e não só de uma reforma escolar, Gramsci esclarece que o “[...] advento da escola unitária significa o início de

novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial, não apenas na escola, mas em toda vida social”. (GRAMSCI, 2001.v. 2, Q. 12,§ 1, p. 40)

Isso se daria porque – segundo o autor – essa unidade “[...] irá se refletir em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo”. (GRAMSCI, 2001.v. 2, Q. 12,§ 1, p. 33)

Cabe ainda deixar muito claro que é uma escola pública e gratuita, uma escola em que o Estado

[...] possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família no que toca à manutenção dos escolares, isto é, requer que seja totalmente transformado o orçamento do ministério da educação nacional, ampliando-o enormemente e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações deixa de ser privada e torna-se pública, pois somente assim ela pode abarcar todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas. (GRAMSCI, 2001. v. 2, Q. 12, § 1, p. 36)

Uma escola democrática, capaz de atingir todas as gerações e findar a distinção entre trabalho intelectual e trabalho manual. Acabar com a distinção entre uma escola para os subalternos e uma para as elites, garantindo – através do Estado – o acesso e permanência de todos.

Uma escola capaz de criar um ser humano unitário, integral – um Leonardo –, em que as especializações não signifiquem dilacerações do humano ou impedimentos para que qualquer um exerça sua participação política; se identifique com seu representante e que seja capaz de, a qualquer momento, substituí-lo.

Assim, o projeto de educação e de escola de Gramsci é parte integrante do projeto de outra hegemonia, capaz de interromper o processo contínuo de restauração (revolução/restauração) do poder burguês empreendido pelo Estado burguês.

Nesse projeto hegemônico, a educação e a escola assumem papel estratégico, deixando de ser apenas um modelo de uma sociedade futura, mas constituindo parte integrante da guerra de posição, a qual, juntamente com a guerra de movimento, compõe a estratégia revolucionária gramsciana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em novembro de 1926, Gramsci é preso pela polícia fascista e, ao perceber que sua estadia na prisão seria longa, passou a refletir sobre os motivos de sua derrota pessoal, que se relacionava com a derrota do movimento revolucionário na Itália e no Ocidente.

Com seu corpo aprisionado, mas ainda com sua mente em movimento – imagina continuar sua tarefa de militante comunista – mesmo que as condições carcerárias lhe trouxessem problemas de saúde e inúmeras dificuldades.

Revolução, revolução passiva, partido, hegemonia, Estado, cultura, escola, filosofia, senso comum, bom senso e tantas outras categorias e temas são mobilizados em um ritmo próprio e não linear, mas, em um sentido muito claro: o da revolução comunista.

O que o presente trabalho procurou demonstrar é que é nesse sentido que sua filosofia da educação deve ser entendida, isto é, ao mesmo tempo como um fim e um meio para a efetivação de uma nova ordem, capaz de forjar uma nova forma de vida e um novo tipo de ser humano.

A forma de vida burguesa é cotidianamente construída por uma complexa engenharia política que tem como tarefa naturalizar aquilo que é essencialmente histórico, social e político. Foi a partir desse pressuposto que Gramsci articulou categorias como Estado, cultura, bloco histórico, hegemonia, intelectuais, educação e outras.

Centrando suas análises nos elementos da política, Gramsci iluminou o caminho para o combate à forma de vida burguesa, ao capitalismo, tendo em vista a construção de uma sociedade comunista. A nova ordem!

Nessa empreitada, nessa luta filosófica / educacional/ política, Gramsci reelabora a estratégia revolucionária para países de formação social mais complexa, marcada pela distinção não geográfica que ele faz entre Oriente e Ocidente.

Depois da análise dos paradigmas francês e russo, sugere, influenciado por Engels, uma mudança na estratégia revolucionária aplicada até então pelos comunistas: a superação da guerra de movimento pela incorporação da guerra de posição. Não se trata da substituição de uma pela outra, mas da incorporação, em uma relação dialética que levaria em conta sempre a correlação de forças políticas de cada momento.

Em parte, é nesse contexto que se incorporam à estratégia revolucionária a luta cultural e, assim, a luta por educação. A luta por educação é então condição para o sucesso da estratégia revolucionária, ou seja, um meio para sua realização. Mas não só isso! A educação não é um simples instrumento da política e da luta revolucionária. Ela é também um fim, uma

utopia de um mundo em que os subalternos deixem de ser subalternos e possam ter acesso a um desenvolvimento humano unitário e integral.

Esse debate é importante, pois ele realoca em termos mais precisos as polêmicas intermináveis entre escola formal e informal; entre educação comunista antes e depois da revolução. É evidente que Gramsci constrói, no Caderno 12, um programa de escola unitária, que ele acredita ser o modelo de educação comunista. No entanto, não há nada em seus escritos que sugira a ideia etapista de que a luta por essa escola não possa ser empreendida desde já, e nem que a escola pública do Estado deva ser abandonada ou não tenha importância por ser uma instituição capitalista. Tanto a filosofia quanto a prática gramsciana negam veementemente esses pensamentos mecanicistas. (Aliás, para o autor não se separa a filosofia da prática.)

A luta por acesso, pela permanência e pela socialização dos conhecimentos socialmente construídos é o indicativo da filosofia educacional de Gramsci, bem como a relação democrática entre dirigentes e dirigidos. Seja nas escolas formais, na relação entre professores e alunos, seja nas escolas não formais, como redações de jornais, revistas e inclusive nas relações entre camaradas e companheiros do partido.

Se Gramsci acredita em um primado do conhecimento, em que aquele que sabe mais dirige o que ainda está em processo de desenvolvimento, por outro lado, não há lugar em seu pensamento para a ideia de que esse saber mais seja instrumento de dominação e opressão. Utopicamente e politicamente, dismantelar essa distinção entre dirigente/dirigido e garantir que o que sabe menos receba a educação para que possa substituir – se necessário –, o que sabe mais, são tarefas da escola e do partido – pois o partido é também uma escola.

É então um projeto de cultura, de modo de vida, comunista e democrático. Não uma democracia formal, liberal e burguesa. Mas uma democracia viva, operária, em que dialeticamente representante e representado formem uma unidade orgânica em um modelo de sociedade unitário.

Por fim, acredito que a filosofia política e educacional de Gramsci fornece elementos para guiar nossa ação como educadores para os dias de hoje. Em um momento em que reformas educacionais são propostas no sentido de garantir tipos distintos de educação para filhos das classes subalternas e filhos das elites dominantes, a atualidade das ideias do autor parece evidente.

Os excertos gramscianos são também elucidativos não apenas para desvendar os modelos educacionais propostos por aqueles que historicamente constroem a subalternidade cotidiana dos trabalhadores, mas também para uma visão crítica das formas de agir dos

modelos de educação e de representação implementados pelos partidos que se apresentam como representantes dos subalternos.

Será que, no Brasil, esses partidos têm um projeto de educação e participação política coerente com as tarefas sugeridas por Gramsci?

Essa pergunta parece central àqueles educadores comprometidos com a ampla e irrestrita socialização do saber construído historicamente pela humanidade. Na verdade, é uma pergunta a ser feita e respondida por todos que vislumbram uma sociedade menos desigual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Edipro, 2014.

BARATTA, Giorgio. **Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

_____. **As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

_____. Antonio Gramsci: entre a Itália e o Brasil. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-25.

BIANCHI, Álvaro. **Laboratório de Gramsci**. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. Democracia e revolução no pensamento de Marx e Engels (1847-1850). **Revista Outubro**, São Paulo, n. 16, p. 109-143, 2007.

_____. Gramsci e a revolução. **Crítica Marxista**, São Paulo: Editora Revan, 2006, n. 23.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BUKHARIN, Nicolai. **Tratado de materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.

CARMO, Jefferson Carriello do. **Giovanni Gentile e a reforma da escola italiana nos primórdios do fascismo**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000189095>.

COUTINHO, Carlos N. **Gramsci e a Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: UFRJ. http://www.youtube.com/watch?v=S_F8_1QbklI acesso dia 1/11/2013. _____. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. COUTINHO, Carlos Nelson. (Ed. e Trad.)/ HENRIQUES Luiz Sérgio; NOGUEIRA Marco Aurélio (Co-ed.). 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 7- 45.

_____. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 11-31.

_____. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, Alberto. (Org.). **Gramsci a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 15-36.

CREHAN, Kate. **Gramsci: cultura e antropologia**. Lisboa: Campo da Comunicação, 2004.

DEBRUN, Michel. **Gramsci: filosofia, política e bom senso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Centro de Lógica e Epistemologia, 2001.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a educação do educador**. Cad. Cedes. Campinas, SP, v.26, nº 70, 2006, p. 311-328.

_____. **Gramsci e o fascismo**. Disponível em: <https://www.oriundi.net/gramsci-e-o-fascismo>
Acesso em 15 de outubro de 2018.

_____. **Os Primas de Gramsci**: a fórmula política da frente única. São Paulo: Xamã, 2005.

DIAS, Edmundo F. **Revolução passiva e modo de vida**: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia. São Paulo: Sundermann, 2012.

_____. **Textos didáticos**: do giolittismo à guerra mundial. Primeira parte. Campinas: IFCH/Unicamp/ Setor de publicações, 2004a.

_____. **Textos didáticos**: do pós-guerra à fundação do PCD'I. Segunda parte. Campinas: IFCH/Unicamp/ Setor de publicações, 2004b.

_____. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.

ENGELS, Friedrich. Prefácio [ao As lutas de classes na França de 1848 a 1850, de Karl Marx (1895)]. In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012. p.9-31.

FELICE, R.; GENTILE, E. **Itália de Mussolini e a origem do fascismo**. São Paulo: Ícone, 1988.

FIORI, Giuseppe. **A vida de Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GALASTRI, Leandro. **Gramsci, Marxismo e Revisionismo**. Campinas: Autores Associados, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere**. v. 2 Valentino Gerratana (Ed.) Torino: Einaudi

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 1. COUTINHO, Carlos Nelson. (Ed. e Trad.)/ HENRIQUES Luiz Sérgio; NOGUEIRA Marco Aurélio (Co-ed.). 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 .

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 2. COUTINHO, Carlos Nelson. (Ed. e Trad.)/ HENRIQUES Luiz Sérgio; NOGUEIRA Marco Aurélio (Co-ed.). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 3. COUTINHO, Carlos Nelson. (Ed. e Trad.)/ HENRIQUES Luiz Sérgio; NOGUEIRA Marco Aurélio (Co-ed.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 4. COUTINHO, Carlos Nelson. (Ed. e Trad.)/ HENRIQUES Luiz Sérgio; NOGUEIRA Marco Aurélio (Co-ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 5. COUTINHO, Carlos Nelson. (Ed. e Trad.)/HENRIQUES Luiz Sérgio; NOGUEIRA Marco Aurélio (Co-ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 6. COUTINHO, Carlos Nelson. (Ed. e Trad.)/HENRIQUES Luiz Sérgio; NOGUEIRA Marco Aurélio (Co-ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cartas do cárcere**. v. 1, v. 2. COUTINHO, Carlos Nelson; HENRIQUES, Luiz Sérgio (Eds.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Escritos políticos**. v. 1, v. 2. COUTINHO, Carlos Nelson; HENRIQUES, Luiz Sérgio (Eds.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JESUS, Antônio T. **O pensamento e a prática escolar de Gramsci**. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. **Educação e hegemonia**. São Paulo: Cortez, 1989.

LAJOLO, Laurana. **Antonio Gramsci, uma vida**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEPRE, Aurelio. **O prisioneiro: A vida de Antonio Gramsci**. São Paulo: Record, 2001.

MANACORDA, Mario A. **O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo**. Campinas: Alínea, 2008.

_____. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Para a crítica da economia política do capital: O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Nova Cultura, 2006.

_____. **O manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

META, Chiara. Verbete Educação e Escola. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Orgs.) **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAXTON, Roberto O. **A Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RAPONE, Leonardo. **O jovem Gramsci: Cinco anos que parecem séculos 1914- 1919**. Brasília: Contraponto, 2014.

SCHLESENER, Anita H. **A escola de Leonardo: política e educação nos escritos de Gramsci**. Brasília: Liber Livro, 2009.

_____. **Hegemonia e cultura.** Curitiba: Editora UFRP, 2007

_____. **Revolução e cultura em Gramsci.** Curitiba: Editora UFPR, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Campinas: Autores Associados, 2008.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e a revolução.** São Paulo: Alameda, 2006.

TOSEL, André. Gramsci e a Revolução Francesa. **Novos Rumos**, São Paulo, v. 9, n. 22, 1994
Disponível em
<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/issue/view/166>>. Acesso em
04 mai. 2014.

TROTSKY, Léon. **Questões do modo de vida.** Lisboa: Antidoto, 1979.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva.** Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VICENTINO, Claudio. **História Geral.** São Paulo: Scipione, 2007.